



Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense – IFSul
Programa de Pós-Graduação em Educação e Tecnologia

SIMONE DA CRUZ VARA

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
Sul-Rio-Grandense e o Polo Naval e *Offshore* de
Rio Grande: a educação na terra que leva
ao trabalho no mar

Pelotas/RS
2014

SIMONE DA CRUZ VARA

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
Sul-Rio-Grandense e o Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande:
a educação na terra que leva ao trabalho no mar

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado Profissional em Educação e Tecnologia do IFSul.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Cristhianny Bento Barreiro.

Pelotas/RS

2014

FICHA CATALOGRÁFICA

V287i Vara, Simone da Cruz.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense e o polo naval e Offshore de Rio Grande : da educação na terra que leva ao trabalho no mar / Simone da Cruz Vara. -- 2014.

180 f. ; 30 cm.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Cristhianny Bento Barreiro.

Dissertação (mestrado) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, Programa de Pós-Graduação em Educação, Mestrado Profissional em Educação e Tecnologia, Pelotas, 2014.

1. Educação profissional. 2. Qualificação profissional. 3. Polo naval. 4. Offshore de Rio Grande. 5. Emprego. I. Barreiro, Cristhianny Bento. II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense. III. Título.

Catálogo na publicação:

Bibliotecária Glória Acosta Santos CRB 10/1859

IFSUL - *Campus* Pelotas

Simone da Cruz Vara

**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
Sul-Rio-Grandense e o Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande:
a educação na terra que leva ao trabalho no mar**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense.

Banca Examinadora

Prof^a. Dr^a. Cristhianny Bento Barreiro – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense – IFSul (Orientadora)

Prof. Dr. Mauro Del Pino – Universidade Federal de Pelotas – UFPel

Prof^a. Dr^a. Denise Nascimento Silveira – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense – IFSul

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar a Deus, inteligência suprema, causa primeira de todas as coisas. A minha família, em especial aos meus pais, Pedro e Diva, exemplos de força e dedicação, aos meus irmãos, Eder Jairo, Vera Cristina e principalmente a Edison Cleomar, ser humano admirável que me fez entender o verdadeiro significado da palavra irmão. Ao meu companheiro de dezesseis anos, meu amor e meu amigo, Edinilson Brum (Magrão), pelo apoio incondicional e incentivo neste trabalho de pesquisa e em todos os momentos da minha vida. A minha amiga Adriana Ramos, que se colocou de imediato e de inteira disposição para me ajudar no início desta caminhada, auxiliando-me no desenvolvimento do pré-projeto para a seleção do Mestrado. Ao Prof. Dr. Marcelo Vinicius de La Rocha Domingues, da FURG, ele que foi o meu primeiro contato sobre o Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande, através de suas pesquisas, informações que foram fundamentais no início do desenvolvimento deste trabalho de investigação. Depois, num segundo momento, pude conhecer pessoalmente o professor e pesquisador Domingues, sobrenome que aparecia em vários documentos sobre a indústria naval e o Polo Naval e *Offshore*, que demonstrou interesse em colaborar nesta pesquisa. Marcos, Sônia e Júlia, amigos que me acolheram com muito carinho em sua casa para que eu pudesse permanecer por mais tempo na cidade de Rio Grande. Ao meu amigo Antônio de Pádua, conhecido como Sombrinha (chamado assim apenas pelos amigos mais antigos) ou DJ Antony (hoje, sua profissão e seu prazer), que se colocou a disposição para ajudar, levando-me às empresas e também para ver de perto o Polo Naval, Distrito Industrial, região do Porto Velho, Porto e Superporto. A senhora Débora Nill, coordenadora dos cursos de capacitação realizados pela Prefeitura de Rio Grande, sempre disposta a ajudar. Gostaria de agradecer também aos entrevistados do grupo de gestão do IFSul e das empresas do Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande pela contribuição dada a esta pesquisa. Aos meus amigos, dos quais andei afastada em razão do curso de Mestrado, agradeço a compreensão. Aos novos amigos, meus colegas de Mestrado, minha fonte de alegria, parceria e aprendizado. Aos professores deste curso, mestres e amigos. Por fim, a Prof^a. Dr^a. Cristhianny Bento Barreiro que, num momento de incerteza vivido por mim ao saber

que minha orientadora havia se afastado do Instituto, após meses sem nenhuma orientação, trouxe-me a segurança de volta, colocando-se a disposição para ser minha orientadora, parceria que deu certo. Cris, obrigada por tudo, por horas orientaste minha dissertação, por outras, a minha vida.

Justifica-se a exclusão e a desigualdade como elementos necessários à competitividade. Busca-se firmar uma consciência alienada de que os vencedores ou os incluídos devem-no a seu esforço e competência. Os excluídos, os derrotados ou os miseráveis do mundo pagam o preço de sua incompetência ou de suas escolhas.

Gaudêncio Frigotto

RESUMO

A presente dissertação tem como foco a relação entre o campo da educação e o mundo do trabalho, exemplificada pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense – IFSul *campus* Pelotas e o Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande, sendo o objetivo principal desta pesquisa averiguar quais são as demandas profissionais que estão sendo geradas na região sul com a consolidação do Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande e como o IFSul *campus* Pelotas está reagindo a este acontecimento. No que faz menção ao Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande, os objetivos trataram de investigar quais são os tipos de profissionais demandados, averiguar de onde tem vindo estes profissionais e verificar como estão sendo qualificados os trabalhadores para atuarem na indústria naval. No que se refere ao espaço de qualificação profissional, IFSul *campus* Pelotas, o enfoque é compreender como o Instituto está reagindo às demandas do Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande e identificar estratégias utilizadas pelo IFSul *campus* Pelotas para o atendimento dessas demandas. Para atingir estes objetivos, utilizo a abordagem de pesquisa qualitativa, sendo a coleta das informações obtidas a partir de entrevistas semiestruturadas realizadas com o setor de Recursos Humanos de duas significativas empresas que compõem o Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande e com o grupo de gestão do IFSul *campus* Pelotas, no total de nove entrevistados. Para a interpretação dessas narrativas foi utilizada a metodologia de Análise Textual Discursiva, uma abordagem de análise de informações que transita entre duas formas reconhecidas de análise na pesquisa qualitativa que são a Análise de Conteúdo e a Análise de Discurso. Duas categorias foram extraídas dessas entrevistas e apresentadas neste trabalho. A primeira discussão trata sobre o IFSul e relação com os Arranjos Produtivos Locais, sendo aqui apresentada, dentro desta categoria, a missão dos Institutos Federais, expansão e mudanças dos institutos e a relação entre empresas privadas e instituições públicas de ensino. A segunda categoria refere-se à reação do IFSul *campus* Pelotas frente às demandas profissionais exigidas pelo Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande, como se dá o atendimento e as causas da resistência apresentada pelo Instituto para atender à indústria naval. O resultado desta investigação revelou que o IFSul *campus* Pelotas atende algumas das demandas profissionais do Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande, de forma direta e indireta, e que para que pudesse ampliar este

atendimento necessitaria de maior estrutura, tanto física como humana. Além disso, fica evidenciado que para além deste atendimento mais imediato ao setor produtivo, os gestores do IFSul apostam na oferta de uma educação com vistas a uma formação integral, o que demonstra a perfeita sintonia entre gestão e objetivos atribuídos por força de lei aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Palavras-chave: Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande; Instituto Federal Sul-Rio-Grandense; Educação Profissional; Mundo do trabalho.

ABSTRACT

This paper has as its focus the relation between education and world of work, exemplified by Federal Institute of Education, Science and Technology of Riograndense South – IFSul *campus* Pelotas and Naval Polo and Rio Grande's Offshore. The main objective of this research is ascertain what are the professional demands created in Southern because of the consolidation of Naval Polo and Rio Grande's Offshore, besides how IFSul *campus* Pelotas is reacting to those. With respect to Naval Polo and Rio Grande's Offshore the objectives dealt with investigating what are the types demanded professionals, ascertaining from where such professionals have arrived and, finally, verifying how the workers are being qualified to act in naval industry. With respect to space qualification, IFSul *campus* Pelotas, the approach is understanding how the Institute is reacting to Naval Polo and Rio Grande's Offshore demands and identifying strategies used by IFSul *campus* Pelotas to attend them. To reach these objectives I use a qualitative research approach, with information resultant through semi structured interviews realized with human resources sector of two important companies that compose Naval Polo and Rio Grande's Offshore and with management group of IFSul *campus* Pelotas, totaling nine respondents. To the interpretation of such narratives was used methodology Textual Discourse Analysis, an approach to analysis of information that travels between two recognized forms of analysis in qualitative research that are Content Analysis and Discourse Analysis. Two categories were drawn from those interviews and presented in this paper. The first discussion is about IFSul and relationship with the Local Productive Arrangements, being presented here, within this category, the mission of Federal Institutes, expansion and changes of institutes and the relationship between private companies and public education. The second category refers to the IFSul *campus* Pelotas opposite reaction to the professional demands required by Naval Polo and Rio Grande's Offshore, how is the service and the causes of resistance presented by the Institute to meet the marine industry. The result of this research showed that IFSul *campus* Pelotas meets some of the demands of the professional Naval Polo and Rio Grande's Offshore, directly and indirectly, and that could extend this service require larger structure, both physical and human. Furthermore, it is evident that in addition to this more immediate attention to the productive sector, the managers of IFSul betting in offering an

education with a view to a complete formation, demonstrating the perfect harmony between management and objectives assigned by law to the Federal Institutes of Education, Science and Technology.

Keywords: Naval Polo and Rio Grande's Offshore; Federal Institute Riograndense South; Professional Education; World of Work.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 – Bairro Jaime Pons – Pedro Osório-RS (Foto: Simone Vara)	16
FIGURA 02 – Cachoeira Paraíso – Pelotas-RS (Foto: Simone Vara)	21
FIGURA 03 – Passo do Rosa – Pedro Osório-RS (Foto: Simone Vara)	29
FIGURA 04 – Vila Nova – Pelotas-RS (Foto: Edinilson Brum)	47
FIGURA 05 - Mapa dos estaleiros no Brasil	52
FIGURA 06 - Vista aérea do Polo Naval e Offshore de Rio Grande-RS	53
FIGURA 07 - Vista aérea do Polo Naval e Offshore de Rio Grande-RS	54
FIGURA 08 - Vista aérea do Superporto de Rio Grande – Pórtico e Dique-Seco	61
FIGURA 09 - Vista aérea do Porto Novo de Rio Grande-RS	62
FIGURA 10 - Vista aérea da cidade São José do Norte-RS	63
FIGURA 11 - Passo da Divisa – Pedro Osório-RS x BR 293 (Foto: Simone Vara)	65
FIGURA 12 - Instituto Federal Sul-Rio-Grandense – IFSul campus Pelotas-RS	71
FIGURA 13 - BR 116 – Trecho Pedro Osório x Pelotas-RS (Foto: Simone Vara)	72
FIGURA 14 - Vista aérea da cidade de Rio Grande-RS	74
FIGURA 15 - Mapa da origem da cidade de Rio Grande – Forte Jesus-Maria-José	76
FIGURA 16 - Trabalhador do Polo Naval e Offshore de Rio Grande – RS	81
FIGURA 17 - Vista aérea da cidade de Pelotas – RS	84
FIGURA 18 - BR 392 - Rio Grande-RS (Foto: Simone Vara)	87
FIGURA 19 - Molhes do Cassino – Rio Grande-RS (Foto: Antônio de Pádua)	124
FIGURA 20 - Molhes do Cassino – Rio Grande-RS (Foto: Antônio de Pádua)	151
FIGURA 21 - Lagoa dos Patos - Travessia entre Rio Grande e São José do Norte-RS (Foto: Simone Vara)	157
FIGURA 22 - Praia do Mar Grosso – São José do Norte-RS (Foto: Simone Vara)	166
FIGURA 23 - Praia do Mar Grosso – São José do Norte-RS (Foto: Simone Vara)	176

LISTA DE SIGLAS

ABEAM – Associação Brasileira de Empresas de Apoio Marítimo
BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social
CEFET-RS – Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CMM – Comissão de Marinha Mercante
CTRIN – Centro de Treinamento para a Indústria Naval
ETFPEL – Escola Técnica Federal de Pelotas
ETP – Escola Técnica de Pelotas
ERG-RS – Estaleiros Rio Grande - RS
FMM – Fundo de Marinha Mercante
FPSO – Unidades Flutuantes de Produção, Armazenamento e Descarga (*Floating Production, Storage and Offloading*)
FURG – Universidade Federal do Rio Grande
GEICON – Grupo Executivo da Indústria de Construção Naval
IFSul – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense
MEC – Ministério da Educação
PCN – Plano de Construção Naval
PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação
PPCN – Plano Permanente de Construção Naval
PPI – Projeto Político Institucional
PROMINP – Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural
PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAT – Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
SEST – Serviço Social do Transporte
SINAVAL – Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval e *Offshore*
SOBENA – Sociedade Brasileira de Engenharia Naval
SUNAMAM – Superintendência Nacional de Marinha Mercante
SUPRG – Superintendência do Porto do Rio Grande
UCPel – Universidade Católica de Pelotas

UFPel – Universidade Federal de Pelotas

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNICAMP – Universidade de Campinas

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

PERCORRENDO UM CAMINHO DE TERRA QUE LEVA AO MAR	16
1. TRAJETÓRIA METODOLÓGICA DA PESQUISA: o caminho se faz ao caminhar	21
2. TRAJETO I: Trabalho e Educação	29
3. TRAJETO II: Polo Naval e <i>Offshore</i> de Rio Grande	47
4. TRAJETO III: da Escola de Artes e Offícios ao IFSul	65
5. TRAJETO IV: os locais que envolvem esta pesquisa	72
5.1 Rio Grande, a cidade e o mar	73
5.2 Pelotas: tradição em educação profissional	82
6. CONSTRUINDO O ÚLTIMO PERCURSO I: IFSul e Relação com os Arranjos Produtivos Locais	87
6.1 Missão dos Institutos Federais	88
6.2 Expansão e mudanças dos institutos	111
6.3 Empresas privadas e instituições públicas de ensino	115
7. CONSTRUINDO O ÚLTIMO PERCURSO II: atendimento ao Polo Naval e <i>Offshore</i> de Rio Grande pelo IFSul	124
7.1 Atendimento às demandas	125
7.2 Resistência para atender ao Polo Naval e <i>Offshore</i> de Rio Grande	135
A CHEGADA: das considerações finais deste estudo	151
REFERÊNCIAS	157
ANEXO	166
Lista dos profissionais demandados pelo Polo Naval e <i>Offshore</i> de Rio Grande	167
APÊNDICES	176
APÊNDICE 1 Termo de consentimento	177
APÊNDICE 2 Roteiro das entrevistas	178



PERCORRENDO UM CAMINHO DE TERRA
QUE LEVA AO MAR



PERCORRENDO UM CAMINHO DE TERRA QUE LEVA AO MAR

Escrever. Ao mesmo tempo em que é um deleite é também um desafio. Desafio que pode tornar-se ainda maior quando o assunto a ser desenvolvido origina-se de um ambiente totalmente diferente daquele vivido pelo pesquisador/escritor. Este é o meu caso. Sou licenciada em Artes com habilitação em Desenho e Computação Gráfica – atuo como professora e designer gráfica – e a pesquisa que realizei trata da indústria naval e *offshore*¹. Faz-se necessário, neste momento, que eu esclareça o porquê do distanciamento entre a minha área de formação e o contexto ora pesquisado.

Em razão de minha cidade natal não proporcionar condições para a continuidade de meus estudos após a conclusão do Ensino Médio, bem como não disponibilizar oportunidades de emprego, no início dos anos 90, aos dezenove anos de idade, saí de Pedro Osório, cidade localizada no sul do Rio Grande Sul, e fui para a capital, Porto Alegre, distante trezentos quilômetros de meu município. Em Porto Alegre morei por quase dez anos. Neste período, afastei-me dos estudos por não conseguir conciliá-los com o trabalho, visto que o curso que me interessava, Artes, só era ofertado nas universidades públicas no turno diurno. Em 2000, após a decisão de voltar a estudar, o que resultaria em ficar desempregada, prestei vestibular para duas universidades e, no ano de 2001, ingressei na Universidade Federal de Pelotas – UFPel, como aluna do curso de Licenciatura em Artes, finalizado em 2004. Em 2011, concluí o curso de Especialização em Educação, pelo Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, Instituto em que desenvolvi a presente pesquisa no curso de Mestrado Profissional em Educação e Tecnologia.

Minha história é muito parecida com a de tantos por aí, moradores de pequenas cidades que, após concluírem o Ensino Médio, precisam abandonar a família, os amigos, interromper os estudos e partir em busca de trabalho em outros lugares, na espera de um dia, quem sabe, voltar a estudar.

Ainda que o foco deste estudo surja a partir de uma área do conhecimento diferente da que tem feito parte da minha trajetória nos últimos anos, a Arte, este estudo tem muito a ver com a minha vida, com a minha busca por qualificação

¹ Basicamente, “offshore” quer dizer “fora da orla”. É todo o trabalho realizado no mar, dentro d’água, desde a pesca até a extração de petróleo.

profissional e o meu desejo de inserção no mundo do trabalho, anseio de muitos estudantes/trabalhadores.

Minha busca por qualificação e inserção no mundo do trabalho começou ainda em Pedro Osório, quando, na busca por alternativas para driblar a falta de oportunidades de emprego, vendia assinaturas de revista, produzia e comercializava meias, toucas, polainas de lã, bolachinhas e pães caseiros, além de pintar telas à óleo, cartões, vestidos, camisetas etc. Paralelamente ao desenvolvimento destas atividades cursava o Ensino Médio no turno da noite. Nesta mesma época, buscava qualificação profissional através de cursos por correspondências e também me deslocando para a cidade de Pelotas, aos sábados, para fazer curso de informática. Mesmo com minha tentativa de obter aperfeiçoamento em alguma área, quando cheguei a Porto Alegre de nada adiantou meu currículo. Havia vagas e interesse e disponibilidade para trabalhar eu tinha, mas me faltava experiência, motivo pelo qual fiquei desempregada por um algum tempo.

Do ano de 2001 – ano em que comecei o curso de graduação em Arte – até início de 2013, eu não havia ainda conseguido me inserir no mundo do trabalho de forma legal. Trabalhei como designer e também fui Assessora de Imprensa. Em ambas atividades trabalhava de forma informal, em uma como autônoma (designer) e na outra como Cargo de Confiança (Assessoria de Imprensa). Finalmente, em maio de 2013, ingressei como professora de Arte na rede municipal de ensino da cidade Pelotas, começo de um novo ciclo na minha vida profissional.

Acredito que este breve relato sobre minha trajetória profissional possa indicar porque que me identifiquei com o caso do Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande, no qual vagas de emprego são ofertadas em uma região em que há grande número de trabalhadores desempregados, mas, por motivos que busco abordar neste texto, tais vagas não são preenchidas por trabalhadores locais.

Meu interesse em investigar este tema surgiu ao constatar que a região sul do estado do Rio Grande do Sul vive um momento de grande crescimento econômico com a instalação, na cidade de Rio Grande, do Polo Naval e *Offshore*, uma nova realidade que me pareceu, num primeiro momento, um tanto quanto curiosa e também desigual. Percebi que, apesar do surgimento de muitos postos de trabalho com a implementação do Polo Naval e *Offshore* muitos trabalhadores da região continuavam e continuam desempregados, pois muitas dessas vagas são preenchidas por trabalhadores oriundos de outras partes do Estado, do Brasil e

também de outros países. E por que isso acontece? Falta de qualificação profissional? Falta de experiência? Ou faz parte da política das empresas que compõem o Polo Naval e *Offshore* contratarem trabalhadores de outras partes do Brasil, como São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia, regiões que possuem tradição na indústria naval? Essas e outras questões abordo neste trabalho, destacando as questões referentes à qualificação profissional desses trabalhadores, visto que nossa região não possui tradição neste tipo de indústria.

Neste estudo, são investigadas as demandas profissionais que estão sendo geradas com a consolidação do Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande e como o Instituto Federal Sul-Rio-Grandense – IFSul *campus* Pelotas –, espaço educacional com tradição na qualificação profissional, está reagindo a este novo momento que o mundo do trabalho vive. Além desse propósito, este estudo pretende contribuir para a produção de conhecimento a respeito do que é indústria naval e *offshore*. Deste modo, este trabalho de investigação, além de revelar quais são as novas profissões que estão sendo demandas com a consolidação do Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande e como o IFSull *campus* Pelotas está reagindo a isso, pretende, a partir de uma revisão de literatura, produzir um conhecimento que sirva para aqueles que possam estar interessados em trabalhar com o conceito de referencial aqui trabalhado. Para isto, como forma de explicar a todos os que não são conhecedores da indústria naval e *offshore*, optei pela inserção de notas de rodapé com definições que auxiliam na compreensão das expressões usadas no contexto naval e, também, nos vários segmentos que envolvem a indústria naval e *offshore*, como órgãos do governo, ministérios e secretarias, empresas privadas, associações, sindicatos, enfim, nas diversas esferas que fazem parte desta complexa estrutura.

Esta dissertação está estruturada da seguinte forma. O capítulo *TRAJETÓRIA METODOLÓGICA DA PESQUISA: o caminho de faz ao caminhar*, como já anuncia seu título, destina-se ao esclarecimento da metodologia utilizada na realização desta pesquisa, imprescindível na definição do caminho percorrido.

Em seguida, no capítulo *TRAJETO I: trabalho e educação procuro* fazer uma breve análise de como vem se constituindo a relação entre o mundo do trabalho e o campo da educação.

Logo após, em *TRAJETO II: Polo Naval e Offshore de Rio Grande* é feito um relato sobre a história da indústria naval no Brasil e a implantação e consolidação do Polo Naval e *Offshore* na cidade de Rio Grande.

O capítulo seguinte, *TRAJETO III: da Escola de Artes e Ofícios ao IFSul*, trata da história do Instituto Federal Sul-Rio-Grandense e como este vem se organizando para continuar qualificando os estudantes de Pelotas e da região sul do Estado.

A seguir, no capítulo *TRAJETO IV: os locais que envolvem esta pesquisa*, trago a história de Pelotas e de Rio Grande. No subcapítulo intitulado *Pelotas: Tradição em Educação Profissional*, a história da cidade é abordada, ressaltando a trajetória desta cidade que se construiu e se constrói como importante espaço de qualificação profissional para a região. No subcapítulo que traz como título *Rio Grande, a cidade e o mar*, é retratada a história da cidade de Rio Grande, abordando sua relação com o mar e com a indústria naval, assim como sua reação frente às transformações operadas pela instalação do Polo Naval e *Offshore*.

Nos dois capítulos seguintes, *CONSTRUINDO O ÚLTIMO PERCURSO I: IFSul e a relação com os Arranjos Produtivos Locais* e *CONSTRUINDO O ÚLTIMO PERCURSO II: Atendimento ao Polo Naval e Offshore de Rio Grande pelo IFSul*, apresento uma análise através dos resultados obtidos a partir das entrevistas com o Grupo de Empresas do Polo Naval, identificado pela sigla GEPL, e com o Grupo de Gestores do IFSul, designado pela sigla GGIF. A identidade dos entrevistados das empresas que compõem o Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande foi mantida em sigilo, visto a não autorização para divulgação, sendo o mesmo procedimento adotado para os entrevistados do IFSul. Nestes dois capítulos, ao analisar os trechos extraídos das falas dos entrevistados, foi possível obter um panorama acerca do que pensam e de como agem as empresas privadas que compõem o Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande e os gestores do IFSul a respeito do atendimento às demandas.

Por fim, em *A CHEGADA: das considerações finais deste estudo*, os resultados da avaliação desse processo de pesquisa são apresentados, retomando os pontos relevantes desta discussão, embora com a percepção de que muito mais há a compreender acerca da temática. Chego ao fim deste trabalho com a certeza de muito mais a ser dito.

No anexo a listagem das vagas disponibilizadas pela indústria naval na região e no apêndice são apresentados os instrumentos de investigação, o termo de consentimento e as perguntas norteadoras utilizadas nas entrevistas semiestruturadas.



TRAJETÓRIA METODOLÓGICA DA PESQUISA:
o caminho se faz ao caminhar



1. TRAJETÓRIA METODOLÓGICA DA PESQUISA: O CAMINHO SE FAZ AO CAMINHAR

Caminhante, são tuas pegadas o caminho e nada mais; caminhante, não há caminho, se faz o caminho ao andar.
Antonio Machado

O objetivo geral deste trabalho, como mencionado anteriormente, é investigar *quais são as demandas profissionais que estão sendo geradas na região sul com a consolidação do Polo Naval e Offshore de Rio Grande e como o IFSul está reagindo a este acontecimento*. Como já referido, esta inquietação surgiu ao perceber que, apesar do surgimento de muitos postos de trabalho com a chegada do Polo Naval e *Offshore* na cidade de Rio Grande, muitos trabalhadores da região continuavam e continuam desempregados, pois muitas dessas vagas são preenchidas por trabalhadores oriundos de outras partes do estado, do Brasil e também de outros países. E por que isso acontece? Este e outros questionamentos alusivos a questões referentes ao mundo do trabalho e à educação profissional – dois contextos que há algum tempo chamam a minha atenção e que agora vejo transformados em dissertação –, resultaram na produção de um novo conhecimento a respeito destes dois mundos através deste trabalho de pesquisa.

Juntamente com a questão central que orientou este trabalho, neste processo de investigação também estão presentes questionamentos que se referem aos dois principais segmentos envolvidos nesta pesquisa: o Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande e o IFSul *campus* Pelotas, espaços que se interseccionam durante o percurso deste estudo. Assim, a partir de minhas inquietações no que diz respeito a esses espaços, originaram-se os seguintes objetivos específicos desta investigação:

No que faz menção ao Polo Naval e *Offshore*, meus objetivos se desenvolveram em torno de:

- Investigar quais são os tipos de profissionais demandados para atuação no Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande;
- Averiguar de onde tem vindo estes profissionais para a atuação no Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande;

- Verificar como estão sendo qualificados os trabalhadores para atuar na indústria naval.

No que se refere ao espaço de qualificação profissional, IFSul *campus* Pelotas, propus:

- Compreender como o Instituto está reagindo às demandas de qualificação profissional resultantes da implantação do Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande;
- Identificar as estratégias utilizadas pela Instituição no atendimento às demandas do Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande.

Com vistas a alcançar os objetivos propostos, tanto geral como específicos, a abordagem metodológica utilizada nesta pesquisa caracteriza-se por ser qualitativa, visto que:

Consiste em um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo. Essas práticas transformam o mundo em uma série de representações, incluindo as notas de campo, as entrevistas, as conversas, as fotografias, as gravações e os lembretes. Nesse nível, a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem naturalista, interpretativa, para mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender, ou interpretar, os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem. (DENZIN; LINCOLN, 2006, p.17)

Diferente dos estudos quantitativos, que “ênfatizam o ato de medir e de analisar as relações causais entre variáveis, e não processos” (DENZIN; LINCOLN, 2006, p.23), os pesquisadores qualitativos acreditam que descrições ricas do mundo social são valiosas. Os pesquisadores quantitativos são deliberadamente indiferentes à riqueza das descrições, pois esse tipo de detalhe interrompe o processo de desenvolvimento das generalizações. Por não envolver a quantificação como principal agente no processo de investigação, uma das diferenças encontradas entre essas duas abordagens, a pesquisa qualitativa virou sinônimo de não-quantitativa. É por alguns definida como sendo fenomenológica e para outros etnográfica (ANDRÉ, 1995).

A pesquisa qualitativa surge tanto na Sociologia quanto na Antropologia frente à necessidade de entender o outro. Envolve uma abordagem interpretativa que analisa um determinado fenômeno, dentro de um determinado grupo, num determinado lugar, com tempo de duração também determinado. Por isso a importância de pesquisar não só o Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande e o IFSul,

mas também as cidades envolvidas, Rio Grande e Pelotas, pois, assim, é possível entender o “outro” a partir do seu cenário natural.

Este tipo de pesquisa objetiva a compreensão de um acontecimento através de diferentes práticas. A pesquisa qualitativa:

[...] não pertence a uma única disciplina. Nem possui um conjunto distinto de métodos ou práticas que seja inteiramente seu. Os pesquisadores qualitativos utilizam a análise semiótica, a análise da narrativa, do conteúdo, do discurso, de arquivos e a fonêmica e até mesmo as estatísticas, as tabelas, os gráficos e os números. Também aproveitam e utilizam as abordagens, os métodos e as técnicas da etnometodologia, da fenomenologia, da hermenêutica, do feminismo, rizomáticas, do desconstrucionismo, da etnografia, das entrevistas, da psicanálise, dos estudos culturais, da pesquisa baseada em levantamentos e da observação participante, entre outras. (DENZIN; LINCOLN, 2006, p.21)

Sobre este tipo de abordagem Lüdke & André (1986) acrescentam que a pesquisa dita qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados, fundamentando-se em um estudo de caso visto que este estudo tem um campo de trabalho específico, uma unidade dentro de um sistema mais amplo. Para André (1995, p.31), o estudo de caso enfatiza o conhecimento do particular:

[...] o interesse do pesquisador ao selecionar uma determinada unidade é compreendê-la como uma unidade. Isso não impede, no entanto, que ele esteja atento ao seu contexto e às suas inter-relações como um todo orgânico, e à sua dinâmica como um processo, uma unidade em ação.

Um dos diferenciais da pesquisa qualitativa para outra abordagem é o seu caráter de profundidade, talvez por oferecer ao pesquisador a possibilidade de utilizar diferentes métodos e/ou instrumentos para um estudo mais intrínseco, mesmo que a realidade objetiva nunca possa ser captada, pois podemos conhecer algo, mas apenas por meio das suas representações. Mesmo assim, a pesquisa qualitativa tenta assegurar uma melhor compreensão do fenômeno em questão (DENZIN; LINCOLN, 2006). Para tanto, o pesquisador que opta por este tipo de pesquisa se utiliza de vários instrumentos que auxiliam numa melhor interpretação do fenômeno estudado. Com este intento, comecei este trabalho com uma pesquisa exploratória através de entrevistas semiestruturadas realizadas com duas expressivas empresas que atuam no Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande, procedimento que se fez indispensável visto a necessidade de um maior conhecimento sobre o tema, procurando uma maior familiaridade com o fenômeno estudado. Este estudo preliminar foi de extrema importância diante do fato de que

existe pouco material disponível a respeito do Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande. Com este trabalho, foi possível definir o meu objeto de estudo com mais precisão.

Considerada como um dos principais meios que o investigador tem para a coleta de dados, uma das características da entrevista semiestruturada é o uso de um roteiro previamente elaborado, o que faz com que, conforme Triviños (1987, p.152) “[...] além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações, favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade”. E, assim, através de um roteiro de perguntas pré-determinado, o pesquisador começa seu processo de investigação, coletando informações que o ajudarão na compreensão do fenômeno estudado.

No começo da trajetória desta pesquisa, percebi que chegar até meu objeto de estudo, ao “ambiente natural” chamado Polo Naval e *Offshore*, talvez não fosse uma tarefa fácil. Um momento de impasse, em que a carência de uma bibliografia especializada sobre o tema unia-se à incerteza no que se refere à aproximação e ao retorno dos dados solicitados para as empresas, uma vez que, ao buscar informações a respeito do Polo Naval e *Offshore*, deparei-me com a dificuldade para conseguir um primeiro contato com as empresas, verificando *sites* sem telefones de contato e *e-mails* que nunca eram respondidos. Percebi, naquele instante, que era imprescindível insistir na busca, confirmar a possibilidade ou não de conseguir as informações necessárias para a minha pesquisa através de um contato direto com as empresas que compõem o Polo Naval e *Offshore*, pois, caso se confirmasse a impossibilidade, precisaria mudar o rumo, encontrar outros meios para chegar aos objetivos propostos, sem a utilização da entrevista como instrumento para a coleta de dados. Por isso, a importância da pesquisa exploratória, a qual, além de descrever um contexto novo, proporcionou também a certificação da viabilidade da coleta de informações diretamente com as empresas que fazem parte do Polo Naval e *Offshore*. Felizmente, consegui chegar até duas significativas empresas, tendo realizado entrevistas com cada uma delas.

As perguntas feitas aos responsáveis pelo setor de Recursos Humanos das duas empresas tratavam de quais são os profissionais demandados, se existe na região mão de obra qualificada para atender a essa demanda, de onde tem vindo estes profissionais, como estão sendo qualificados os trabalhadores da nossa região para atuarem no Polo Naval, dentre outras. As entrevistas foram gravadas mediante

a autorização dos interlocutores e, posteriormente, transcritas, facilitando assim o tratamento e a análise das informações. Não foi autorizada pelos entrevistados das empresas do Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande a divulgação de suas identidades.

Após a realização da pesquisa exploratória com o Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande, em que obtive minhas primeiras impressões e descrições, realizei entrevistas semiestruturadas com o grupo de gestores que compõem o IFSul, incluindo os responsáveis pelos programas de qualificação profissional do Governo Federal, existentes na Instituição. A escolha pelo grupo de gestores do IFSul se deu em função de que as mudanças e os rumos adotados pela Instituição ocorre a partir destes sujeitos. Estas entrevistas foram gravadas e transcritas, tal como foi feito na primeira fase com a pesquisa exploratória com o Polo Naval e *Offshore*, e mantido o sigilo quanto à identidade dos entrevistados. Como forma de manter preservada a identidade dos entrevistados, foi criada as siglas GGPL, representando o Grupo de Empresas do Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande, e GGIF, representando o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense – IFSul, *campus* Pelotas.

Tendo em vista a informação recebida dos próprios sujeitos de pesquisa do IFSul, ampliou-se as entrevistas para incluir os responsáveis pelo Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (PROMINP) e pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), tendo em vista que boa parte da qualificação profissional para atuação no Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande se dá através dos mesmos.

O PROMINP, iniciado no dia 19 de dezembro de 2003, através do decreto nº. 4.925, pelo governo brasileiro, através do Ministério de Minas e Energia, em articulação com as entidades empresariais da indústria e operadoras de petróleo com atuação no Brasil, especialmente a PETROBRAS, tem o objetivo de maximizar a participação da indústria nacional fornecedora de bens e serviços, em bases competitivas e sustentáveis, na implantação de projetos de investimentos do setor de petróleo e gás natural, tanto no Brasil como também no exterior. Já o PRONATEC tem como foco ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, tendo sido criado em 2011 pelo Governo Federal. Seus objetivos são: expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio e de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação

profissional presencial e a distância; aumentar as oportunidades educacionais aos trabalhadores por meio de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; aumentar a quantidade de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de educação profissional e tecnológica; construir, reformar e ampliar as escolas que ofertam educação profissional e tecnológica nas redes estaduais; melhorar a qualidade do Ensino Médio. Portanto, pode-se perceber que não seria possível, ao tratar do tema referente à qualificação profissional, não abordar os gestores destes programas.

Para a interpretação dessas informações foi utilizada a metodologia de Análise Textual Discursiva, uma abordagem de análise de informações que transita entre duas formas reconhecidas de análise na pesquisa qualitativa: a Análise de Conteúdo e a Análise de Discurso (MORAES; GALIAZZI, 2006). Esse tipo de abordagem:

[...] é descrita como um processo que se inicia com uma unitarização em que os textos são separados em unidades de significado. Estas unidades por si mesmas podem gerar outros conjuntos de unidades oriundas da interlocução empírica, da interlocução teórica e das interpretações feitas pelo pesquisador. Neste movimento de interpretação do significado atribuído pelo autor exercita-se a apropriação das palavras de outras vozes para compreender melhor o texto. Depois da realização desta unitarização, que precisa ser feita com intensidade e profundidade, passa-se a fazer a articulação de significados semelhantes em um processo denominado de categorização. Neste processo reúnem-se as unidades de significado semelhantes, podendo gerar vários níveis de categorias de análise. A análise textual discursiva tem no exercício da escrita seu fundamento enquanto ferramenta mediadora na produção de significados e por isso, em processos recursivos, a análise se desloca do empírico para a abstração teórica, que só pode ser alcançada se o pesquisador fizer um movimento intenso de interpretação e produção de argumentos. Este processo todo gera meta-textos analíticos que irão compor os textos interpretativos. (MORAES; GALIAZZI, 2006, p.119)

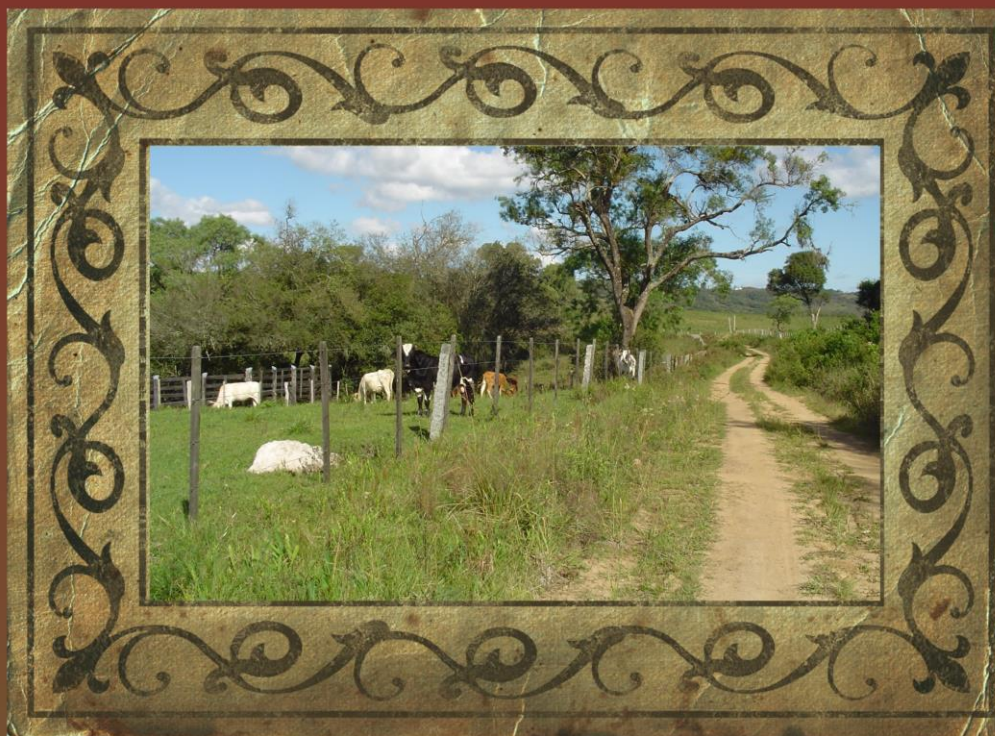
Na elaboração desta pesquisa, além das entrevistas realizadas com os sujeitos colaboradores desta investigação – os responsáveis dos setores de RH de duas empresas do Polo Naval e *Offshore* e os gestores do IFSul *campus* Pelotas –, foram consultados livros, jornais, revistas, *sites*, *blogs*, dissertações e artigos que tratavam de diferentes contextos envolvidos, como a história da indústria naval no Brasil, a implementação do Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande, a consolidação do Instituto Federal como espaço educativo de profissionalização, a relação da cidade

de Rio Grande com o mar e também o reconhecimento de Pelotas como cidade que possui tradição na qualificação profissional.

Assim, com o auxílio documental – impresso, virtual, audio ou audiovisual – e as entrevistas realizadas inicialmente com o Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande e posteriormente com o IFSul, este processo de investigação foi realizado, respondendo as minhas inquietações, estas resultantes da observação de um novo momento vivido pela região sul do estado do Rio Grande do Sul, a qual se vê tomada por mudanças, em vários segmentos da sociedade, principalmente no mundo do trabalho, num momento de crescimento econômico com a consolidação do Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande, justamente numa região tão carente de postos de trabalho.

Escutar o setor produtivo e também o setor educacional, entrelaçando seus comportamentos, foi fundamental para a compreensão de que forma se dá, neste contexto, a relação entre educação e trabalho. Para isso, utilizei no capítulo que trata desse tema, Gaudêncio Frigotto, Dermeval Saviani, Álvaro Vieira Pinto, Acácia Kuenzer, entre outros, com vistas a ser referencial de sustentação para a análise das informações recebidas destes setores.

Justifica-se a relevância deste trabalho de pesquisa – o qual tem como temática as novas demandas de qualificação profissional na região com a consolidação do Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande e como o IFSul *campus* Pelotas percebe isso – no fato de que o fruto deste estudo resultou num material aprofundado e atualizado, podendo ser utilizado por instituições de ensino profissionalizante no repensar de seus currículos. Esta investigação pretendeu colaborar com aqueles que se interessam por este assunto, construindo um referencial teórico que auxilie para uma melhor compreensão sobre o que é indústria naval e *offshore*.



TRAJETO I:
Trabalho e Educação



2. TRAJETO I: TRABALHO E EDUCAÇÃO

Não basta saber ler que Eva viu a uva. É preciso compreender qual a posição que Eva ocupa no seu contexto social, quem trabalha para produzir a uva e quem lucra com esse trabalho.
Paulo Freire

Dou início a este capítulo, e o faço buscando suporte na área da Sociologia, trazendo uma sucinta definição a respeito de como são referenciados os termos trabalho e educação utilizados nesta investigação. No que diz respeito à educação, considerando a definição apresentada por esta área do conhecimento, a Sociologia, educação está intimamente ligada à socialização, de tal modo que:

Em todos os sistemas educacionais, a socialização assegura que todos os novos membros saibam como deles participar. Em sistemas mais simples, esse treinamento pode ser feito informalmente. Em sistemas mais complexos, como as sociedades industriais, o volume de conhecimentos necessários é tão grande e diversificado que treinamento formal, sistemático, torna-se necessário. No uso sociológico, o conceito de educação refere-se a esse treinamento, com vistas a distingui-lo de modos menos formais de socialização. As escolas são instituições sociais encarregadas de ministrar a educação (JOHNSON, 1997, p.81).

Seguindo as definições apresentadas pelo campo sociológico, trabalho significa, de um modo geral,

toda atividade que gera um produto ou um serviço para uso imediato ou de troca. [...] Em sociedades de mercado, onde indivíduos satisfazem suas necessidades principalmente mediante auferimento de salário, em vez de produzir para consumo próprio ou praticar escambo com outros produtores, o trabalho é em geral considerado como ocupação apenas se resultar em ganho monetário. [...] Não é raro, sobretudo em sociedades capitalistas industriais, que as carreiras incluam não só uma série de empregos, mas também mudanças ocupacionais. Mudando a estrutura de oportunidades no mercado de trabalho, por exemplo, o indivíduo pode descobrir que diminuem as vagas de emprego em sua ocupação e, como resultado volta a estudar para adquirir novas habilidades que o qualifica para ocupações diferentes. As ocupações são sociologicamente importantes devido ao papel que representam na distribuição da riqueza, renda, poder e prestígio e no processo geral através do qual sociedades produzem bens e serviços que atendam a necessidades humanas (JOHNSON, 1997, p.241).

Para Karl Marx,

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos –, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana (MARX, 2012, p.211).

Ainda, buscando em *O Capital* significado para o termo trabalho, Marx elucida:

Pressupomos o trabalho sob forma exclusivamente humana. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colmeia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade. (MARX, 2012, p.211).

Para este pensador, o trabalho é tanto o processo quanto o produto de trabalho produtivo. Para Marx, “o trabalho e as relações materiais de produção social da existência são fundantes da especificidade humana à medida que é pelo trabalho que a espécie humana se reproduz” (MARX, 1964, 1975 e 1978; LUKÁCS, 1970 *apud* FRIGOTTO, 2012).

Para Frigotto o mercado do trabalho é uma relação social:

O ser humano se contrapõe e se afirma como sujeito num movimento e ação teleológica sobre a realidade objetiva. Modificando a realidade que o circunda, modifica-se a si mesmo. Produz objetos e, paralelamente, altera a sua própria maneira de estar na realidade objetiva e de percebê-la. E – o que é fundamental – faz a sua própria história. Toda a chamada história mundial – assegura Marx – “não é senão a produção do homem pelo trabalho humano”. (FRIGOTTO, 2012, p.29)

Apesar de pertencerem a ambientes distintos e exercerem funções diferentes, trabalho e educação possuem algo em comum: a inserção na vida das pessoas. Através dos adultos, já nos primeiros anos de vida, a criança começa a ser educada. Aprende sobre si mesma, como se relacionar com os outros e com o mundo, enfim, aprende a viver em sociedade. Como nos diz Brandão (1983, p.07):

Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos todos nós envolvemos pedaços

de vida com ela: para aprender, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos vida com educação.

O mesmo autor afirma, ainda, sobre educação:

Em todo o tipo de comunidade humana onde ainda não há uma rigorosa divisão social do trabalho entre classes desiguais, e onde o exercício social do poder ainda não foi centralizado por uma classe como um Estado, existe a educação sem haver escola e existe aprendizagem sem haver o ensino especializado e formal, como um tipo de prática social separada das outras. É da vida. (BRANDÃO, 1983, p.32)

Percebemos até aqui, a íntima relação entre o campo da educação e o mundo trabalho, uma vez que a educação constitui as novas gerações e, hoje, pertencendo a um modelo de sociedade produtiva capitalista, o trabalho se constitui como uma dimensão inerente a própria vida.

Deste modo, desde muito cedo, a educação começa a fazer parte de nossas vidas. Com o trabalho acontece algo semelhante. Desde a infância somos conduzidos, induzidos a ter uma profissão. Quem não se lembra daquela velha perguntinha que os adultos nos faziam: “O que você vai ser quando crescer?”.

Conforme vamos crescendo e a partir das escolhas que fazemos, vamos delineando a nossa trajetória pessoal e também profissional. Faz-se necessário pensar no futuro e pensar no futuro é pensar no que trabalhar; trabalhar significa ter qualificação e para qualificar-se é preciso estudar. Por isso, a aproximação entre esses dois mundos, o da educação e do trabalho. Konder (2000, p.112) ressalta:

Toda sociedade vive porque consome; e para consumir depende da produção. Isto é, do trabalho. Toda a sociedade vive porque cada geração nela cuida da formação da geração seguinte e lhe transmite algo da sua experiência, educa-a. Não há sociedade sem trabalho e sem educação.

Na citação acima, além de reafirmar o que já havia dito sobre o fato de educação e trabalho estarem profundamente ligados e presentes na nossa vida, Konder elucida que não existe sociedade sem educação e trabalho.

Assim como a educação, o trabalho faz parte de nossas vidas. Ele se faz necessário por ser através dele que promovemos o nosso sustento e exercitamos nosso corpo e nossa mente. Sendo assim, ele é instância constitutiva da formação humana (TIRIBA; CIAVATTA, 2011).

Para Frigotto (*et. al*, 2005, p.3)

É fundamental socializar-se, desde a infância, o princípio de que a tarefa de prover a subsistência e outras esferas da vida pelo

trabalho é comum a todos os seres humanos, evitando-se, desta forma, criar indivíduos ou grupos que exploram e vivem do trabalho de outros.

Através do trabalho o homem estabelece relações sociais, como nos confirma José Luiz Fiorin (1998, p.68):

Engels, num texto intitulado “O papel do trabalho na transformação do macaco em homem”, enfatiza que o trabalho é a categoria fundadora da história e que, a partir do processo de trabalho, estabelecem-se relações sociais que estão na base da origem da linguagem. Esta surge da necessidade da comunicação. Trabalho e linguagem estão, por sua vez, associados no desenvolvimento da capacidade de pensar, que, por seu turno, aperfeiçoou a linguagem e os processos de trabalho.

Para Álvaro Vieira Pinto

[...] o homem “necessariamente” trabalha, e quando mais elaborada é a sua capacidade de trabalhar, mais humanizado ele se torna. O fruto do seu trabalho é a fonte básica para o estudo antropológico de sua existência, uma vez que na relação entre homem e utensílio se apresenta o “grau de domínio” que o sujeito tem sobre o objeto, ou inversamente, o “grau de subordinação” que a situação lhe impõe. Há algo da forma-homem na forma-trabalho e vice-versa. Por isso o conceito de trabalho é uma chave de leitura antropomórfica” da sociedade (1973, p.83).

Ao mesmo tempo em que o campo da educação e o mundo do trabalho fazem parte da vida de cada um de nós desde muito cedo, falar a respeito destes dois temas não é tarefa fácil, ainda mais quando colocados lado a lado. Inúmeros discursos anunciam o risco de uma mercantilização do conhecimento, apontam que a educação serve ao mercado de trabalho deixando de lado seu papel principal – proporcionar as condições necessárias para o desenvolvimento das potencialidades do educando – em prol do atendimento às necessidades de qualificação profissional das empresas. Segundo Frigotto, analisando esta questão na perspectiva das classes dominantes,

historicamente, a educação dos diferentes grupos sociais de trabalhadores deve dar-se a fim de habilitá-los técnica, social e ideologicamente para o trabalho. Trata-se de subordinar a função social da educação de forma controlada para responder às demandas do capital (2010, p.28).

Carlos Minayo Gomez, ao se referir à alienação do processo de trabalho, salienta que

[...] todas as instituições de nossa sociedade capitalista (a família, a escola, a igreja, a política, a economia etc.) contribuem para reproduzir a dominação. Por isso, criam hábitos de comportamento,

de ação, de pensamento apropriados ao nosso tipo de inserção no modo de produção. A educação aí se realiza através das relações sociais e é tanto mais eficaz quanto mais corresponde à lógica capitalista. [...] Em síntese, o percurso seguido para a “habituação” do trabalhador à produção reflete as diversas formas de como a classe dominante, através de todas as suas instituições e aparelhos ideológicos, organiza a utilização do corpo, no sentido mais amplo do termo... [...] com o desenvolvimento capitalista, desenvolve-se um processo de dominação do homem nas suas dimensões físicas, fisiológicas, de seus desejos, de seus estímulos e motivações, para adequá-lo à produção (2012, p.69).

Gomez afirma que é fundamental para o entendimento da relação trabalho e educação “compreender o trabalho como sendo marcado pela sua condição de mercadoria e pelas consequências *da* alienação/dominação daí derivadas” (2012, p.77).

Não é de hoje que a relação entre trabalho e educação se configura como uma relação antagônica. Voltaire, em 1757 já dizia o quanto era essencial a existência de trabalhadores ignorantes, pois, assim, o povo seria guiado e não instruído. Diderot, na defesa pela instrução de todos, proferia “É bom que todos saibam ler, escrever e contar, desde o primeiro-ministro ao mais humilde dos camponeses, porque é mais difícil explorar um camponês que sabe ler do que um analfabeto.” (In: PONCE, A. *Educação e luta de classes*. Lisboa: Vega, p.175). Miguel Arroyo, referindo-se às reflexões de Voltaire e Diderot a respeito da educação – ou a falta dela – para a classe trabalhadora, diz que este dilema continua presente ainda hoje nas lutas dos trabalhadores que almejam uma educação de qualidade:

[...] de um lado, defender como bom que todos saibam ler, escrever e contar, até o mais humilde dos camponeses – democratizar a instrução elementar; de outro lado, não permitir que os trabalhadores sejam esclarecidos, mas controlar a sua formação, mantê-los ignorantes para serem guiados pela burguesia esclarecida – controlar, reprimir o saber, a educação, a organização e constituição das classes trabalhadoras. A história da educação burguesa para o povo comum gira em torno desse binômio: permitir sua instrução e reprimir sua educação-formação, ou o binômio libertar e reprimir, *libertar* o povo dos preconceitos da velha ordem através de um mínimo de modernidade, e *reprimir* o saber e o poder de classe. (2012, p.104)

Ao tentar compreender a relação entre trabalho e educação através dos tempos, percebe-se que tal relação se declara como um processo complexo, em que a luta de classes e as relações de poder fazem parte deste movimento. Com a

ascensão da burguesia e sua manifestação como uma classe revolucionária – momento de mudança do modo de produção feudal e a elaboração do modo de produção capitalista, onde o trabalhador não é mais vinculado a terra, mas livre para vender sua força de trabalho –, a classe burguesa intercede, contra o clero e a nobreza, em defesa da igualdade entre os homens:

Logo, aquela sociedade fundada em senhores e servos não poderia persistir. Ela teria que ser substituída por uma sociedade igualitária. É nesse sentido, então, que a burguesia vai reformar a sociedade, substituindo a sociedade com base num suposto direito natural por uma sociedade contratual. [...] É sobre essa base de sociedade contratual que as relações de produção vão se alterar: do trabalhador servo, vinculado à terra, para o trabalhador não mais vinculado à terra, mas livre para vender a sua força de trabalho, e ele vende mediante contrato [...] No entanto, é sobre esta base de igualdade que vai se estruturar a pedagogia da essência e, assim que a burguesia se torna classe dominante, ela vai, em meados do século passado, estruturar os sistemas nacionais de ensino e vai advogar a escolarização para todos. (SAVIANI, 1984, p.44)

Com o passar do tempo, a participação política das massas entra em contradição com os interesses da burguesia, esta já não mais considerada uma classe revolucionária, que lutava pelos interesses dos trabalhadores, mas sim uma classe alicerçada no poder.

Quando refletimos a respeito de como se estabeleceu a educação no Brasil, percebemos, desde sua criação, a simbiose existente entre o espaço escolar e o mundo do trabalho.

Com a missão de converter os nativos à fé católica, os jesuítas desembarcaram no Brasil portando métodos pedagógicos, começando, assim, a se estabelecer no país o que hoje chamamos de escola. Esse fato me fez lembrar Paulo Freire, no livro *Medo e Ousadia: o cotidiano do professor*. Tal obra, no diálogo com Ira Shor, fala a respeito da educação não ser a alavanca da transformação revolucionária, pois “o sistema escolar foi criado por forças políticas cujo centro de poder está distante da sala de aula” (1986, p.27). E assim, com base em um método pedagógico moldado a partir de uma realidade totalmente diferente, o povo brasileiro começa a ingressar no ambiente educativo. Fazia-se necessário que os nativos fossem alfabetizados para que, assim, pudessem ser catequizados.

Por mais de duzentos anos os jesuítas educaram e catequizaram o povo brasileiro. Criaram as primeiras escolas de instrução elementar, em que eram aplicados dois modelos de instrução: um modelo para os indígenas centrado na

leitura, escrita e poucas operações e outro modelo voltado para os filhos dos colonos, consistindo num ensino mais culto. Com o passar do tempo o interesse em instruir para a fé católica foi substituído, pela Coroa Portuguesa, pelo empenho em colocar a escola a serviço do Estado. Romanelli (2012, p.35) afirma que:

O ensino que os padres jesuítas ministravam era completamente alheio à realidade da vida da Colônia. Desinteressado, destinado a dar cultura geral básica, sem a preocupação de qualificar para o trabalho, uniforme e neutro (do ponto de vista nacional, como quer Fernando de Azevedo), não podia, por isso mesmo, contribuir para modificações estruturais na vida social e econômica do Brasil, na época.

Após a expulsão dos jesuítas por não mais atenderem aos interesses da corte, a educação brasileira volta ao começo, mesmo com a existência de dezessete colégios e escolas de primeiras letras.

No início do século XIX, com a chegada da Família Real ao Brasil, começaram a surgir os primeiros investimentos no ensino técnico e multiplicam-se as escolas de ensino superior que assumiam um sentido profissional prático, sendo que o mesmo não aconteceu com educação popular, permanecendo esquecidos os estudos primários e médios.

Durante toda a monarquia, a educação de letrados assume tamanha importância devido ao fato de estar diretamente ligada à necessidade do país em preencher o quadro geral da administração e da política. Conforme Romanelli (2012, p.38):

A escola, representada sobretudo pelas novas faculdades de Direito, criadas da década de 1820 – uma em São Paulo e outra em Recife, ambas em 1827 – passou a desempenhar o papel de fornecedora do pessoal qualificado para essas funções. Apesar da existência de cursos de Medicina, Engenharia e Artes, que as antecederam, as faculdades de Direito lograram uma supremacia na formação de quadros superiores no Império.

Para se ter uma ideia da predominância do ensino jurídico sobre as demais áreas do conhecimento, em 1864, nas faculdades de Direito estavam matriculados 826 alunos enquanto que apenas 294 nas de Medicina, 154 nas de Engenharia e 109 na escola Militar e de Aplicação (ROMANELLI, 2012, p.41).

Após a independência do Brasil começam a surgir os primeiros sinais do ensino como instituição, passando a ser, através de um artigo publicado na Constituição Brasileira de 1824, a instrução primária gratuita para todos os cidadãos.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 1900, o analfabetismo no Brasil atingia 65% da população. Após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), acontece um surto industrial com o aumento do operariado. Com a criação, no governo de Getúlio Vargas (1930 e 1945), do Ministério da Educação e Saúde Pública, a educação como instituição começa a ser mais delineada. Durante o Estado Novo de Getúlio Vargas, há uma valorização do ensino profissionalizante no Brasil.

Seguindo este caminho investigativo que discorre sobre a relação entre trabalho e educação e compreendendo o espaço escolar como um ambiente que favorece a discriminação social, na escola tradicional, por exemplo, a educação, ao se referir à classe trabalhadora, reservava para estes alunos conteúdos educacionais que servissem para o seu aperfeiçoamento enquanto mão de obra qualificada para o mercado de trabalho, um currículo escolar apoiado no ensino das primeiras letras, no cálculo elementar e na preparação para o trabalho. Ao mesmo tempo, formava as gerações das elites e classes médias a partir de conteúdos educativos constituídos pelos conhecimentos básicos das letras e das humanidades, das ciências matemáticas e da natureza, por meio de disciplinas que cobriam diversas áreas do conhecimento (TIRIBA; CIAVATTA, 2011, p.26).

Conforme Saviani (1984, p. 07), no que se refere à marginalidade², as teorias educacionais classificam-se em dois grupos distintos. O primeiro grupo entende a educação como um espaço de equalização social, um lugar de superação da marginalidade. O segundo grupo compreende a educação como um instrumento de discriminação social, parte integrante do processo de marginalização. Para o autor, a escola, enquanto Aparelho Ideológico do Estado³ (AIE), constitui instrumento de reprodução das relações de produção do tipo capitalista. “Para isso ela toma a si todas as crianças de todas as classes sociais e lhes inculca durante anos a fio de audiência obrigatória ‘saberes práticos’ envolvidos na ideologia dominante” (SAVIANI, 1984, p.27). Ainda, conforme Saviani, “o AIE escolar, em lugar de

² Marginalidade de grupos ou classes dominadas. Grupos e classes marginalizados tanto socialmente porque não possuem força material (capital econômico) como culturalmente por não possuírem força simbólica (capital cultural).

³ Para Althusser, ao analisar a reprodução das condições de produção que implica a reprodução das forças produtivas e das relações de produção existentes, distingue diferentes tipos de AIE presente na sociedade, como por exemplo, os sistemas das diferentes religiões (AIE religioso), das diferentes escolas públicas e privadas (AIE escolar), Letras, Belas Artes, desporto, etc. (AIE cultural), da informação (AIE da informação), familiar (AIE familiar), jurídico (AIE jurídico), sindical (AIE sindical). (SAVIANI, 1984, p. 26)

instrumento de equalização social, constitui um mecanismo construído pela burguesia para garantir e perpetuar seus interesses”.

De acordo com Saviani (1984, p.47):

Esse ensino tradicional que ainda predomina hoje nas escolas se constituiu após a revolução industrial e se implantou nos chamados sistemas educacionais de ensino, configurando amplas redes oficiais, criadas a partir de meados do século passado, no momento em que, consolidado o poder burguês, aciona-se a escola redentora da humanidade, universal, gratuita e obrigatória como instrumento de consolidação da ordem democrática.

Diversos autores como Bowles, Gintis, Edwards, entre outros, chamados de “Radicais Americanos”, ao discorrerem sobre a educação escolar, destacam a escola como espaço que fornece força de trabalho disciplinada e qualificada para atender ao mercado de trabalho. Saviani, no livro *Escola e Democracia*, escrito no início da década de 80, já anunciava como se estabelecia a relação entre a escola, mais especificamente entre os professores e os pais de crianças pobres, estes cientes da importância da educação para os seus filhos como forma de inserção na sociedade:

Os pais das crianças pobres têm uma consciência muito clara de que a aprendizagem implica a aquisição de conteúdos mais ricos, têm uma consciência muito clara de que a aquisição desses conteúdos não se dá sem esforço, não se dá de modo espontâneo; conseqüentemente, têm uma consciência muito clara de que para aprender é preciso disciplina e, em função disso, eles exigem mesmo dos professores disciplina. É comum a gente encontrar esta reação nos pais das crianças das classes trabalhadoras: se o meu filho não quer aprender, vocês têm que fazer com ele queira. E o papel do professor é de garantir que o conhecimento seja adquirido, às vezes mesmo contra a vontade da criança, que espontaneamente não tem condições de enveredar para a realização dos esforços necessários à aquisição dos conteúdos mais ricos e sem os quais ela não terá vez, não terá chance de participar da sociedade. (SAVIANI, 1984, p.53)

Sem educação e, portanto sem qualificação profissional, a consolidação do desejo de entrar no mundo do trabalho torna-se ainda mais difícil, visto que, com os avanços tecnológicos, o mercado torna-se cada vez mais exigente, fato este que não é novo. Com o advento da Revolução Industrial, período de transformação tecnológica nos meios de produção, o modelo de trabalho começa a se modificar: deixa de ser apenas manual para tornar-se também intelectual. A chamada Revolução Industrial que, para alguns historiadores divide-se em três grandes fases, a Primeira, a Segunda e a Terceira Revolução Industrial, caracterizou-se por

mudanças que aconteceram na Europa nos séculos XVIII e XIX, em que a principal particularidade foi a substituição do trabalho artesanal pelo assalariado, com a introdução das máquinas no modo de produção. Esse acontecimento fez com que os trabalhadores – que até então trabalhavam no campo e produziam para sua subsistência – necessitassem aprender a ler, escrever, fazer cálculos, enfim, de qualificação profissional para conseguir operar as máquinas e assim conquistar e manter seu emprego, especialmente a partir da Terceira Revolução Industrial - segundo alguns autores ela está acontecendo - pela introdução da ciência e da tecnologia nos meios de produção, exigindo do trabalhador uma formação flexível. Com o passar do tempo, o trabalhador deixa de ser o dono do seu tempo, de sua matéria-prima, de seu modo de produção, de uma possível comercialização do seu produto e lucro, passa a ser um trabalhador assalariado, que vende a sua força de trabalho, que tem patrão, este detentor da matéria-prima, meio de produção, comercialização e o lucro. Segundo Jeremy Rifkin (2012), podemos citar como principais características da Terceira Revolução Industrial:

- Uso de tecnologias no processo de produção;
- A crescente utilização de recursos da informática nos processos de produção industrial, tendo como principal exemplo, a Robótica.
- Devido à substituição de mão-de-obra humana pelas máquinas, sistemas automatizados, computadores e robôs industriais, a sua utilização passa por um processo de diminuição, principalmente no que refere as tarefas braçais;
- Expansão significativa dos produtos tecnológicos ligados aos meios de comunicação e internet no início do século XXI.
- O emprego de várias fontes de energia (antigas e novas) aliadas à preocupação com a redução do uso das fontes de energia poluidoras e crescimento da utilização de energia limpa;
- Desenvolvimento da Biotecnologia;
- Crescimento da consciência ambiental;
- Produção de produtos com peças fabricadas em várias partes do mundo decorrente da Globalização.

Conforme Frigotto, os processos de conhecimento e de educação constituídos e constituintes na e da sociedade foram se pautando cada vez mais pelos critérios pragmáticos do mercado e avaliados por critérios mercantis. Conforme o autor:

Tal estratégia vem definindo processos formativos cada vez mais pragmáticos e restritos na educação básica dos filhos da classe trabalhadora. Aquilo que era ideal das instituições de formação profissional geridas pelos órgãos de classe dos proprietários dos meios e instrumentos de produção, como Sistema Nacional de Formação Profissional da Indústria (SENAI) – *ensinar o que ser*, ao mercado -, tornou-se a orientação da educação básica para os trabalhadores. Os protagonistas desta orientação passaram a ser os organismos internacionais representantes do sistema capitalista mundial, em especial o Banco Mundial, com quadros preparados em cada país para disseminar suas teses e políticas. (FRIGOTTO, 2012, p.11)

Percebe-se aqui a redução da educação a um processo formativo de mão de obra, uma aniquilação de sua principal finalidade perante a sociedade, tal como o que acontece com o trabalho ao ser reduzido a uma mercadoria, a simplesmente uma força de trabalho, como esclarece Frigotto:

A concepção burguesa de trabalho vai-se construindo, historicamente, mediante um processo que reduz a uma coisa, a um objeto, a uma mercadoria que aparece como trabalho abstrato em geral, força de trabalho. Essa interiorização vai estruturando uma percepção ou representação de trabalho que se iguala à ocupação, emprego, função, tarefa, dentro de um mercado (de trabalho). Dessa forma, perde-se a compreensão, de um lado, de que trabalho é uma relação social e que esta relação, na sociedade capitalista, é uma relação de força, de poder e de violência; e, de outro, de que o trabalho é a relação social fundamental que define o modo humano de existência, e que, enquanto tal, não se reduz à atividade de produção material para responder à produção físico-biológica (mundo da necessidade), mas envolve as dimensões sociais, estéticas, culturais, artísticas, de lazer etc. (mundo da liberdade). (FRIGOTTO, 2012, p.21)

Educação está tão profundamente ligada ao mundo do trabalho que, havendo modificações neste, mudanças começam a repercutir no campo da educação, tal como a onda provocada na água através de uma pedra lançada, começando com pequenos círculos que vão se alargando e chegam até sua margem. Este acontecimento fica evidenciado, por exemplo, através da pesquisa realizada pelo Prof. Dr. Manoel José Porto Junior, do IFSul, ao constatar em sua dissertação de Mestrado:

que existe uma perfeita coerência entre as alterações estruturais ocorridas nos cursos técnicos do CEFET-RS com as mudanças que ocorrem no mundo do trabalho, sobretudo quando tais alterações educacionais são implantadas a partir de políticas públicas baseadas em uma análise superficial dos fenômenos econômico-político-sociais que ocorrem no capitalismo tardio. (PORTO JUNIOR, 2008, p.150)

Modificações no mundo do trabalho resultam em desafios para a educação e muito desses desafios são resultado dos avanços tecnológicos. A educação seria o espaço no qual esses desafios serviriam de inspiração para a formação de novos tipos de homens que atendam a esse novo momento vivido pela sociedade. Para Kuenzer (1998, p.33):

Estabelecem-se novas relações entre trabalho, ciência e cultura, a partir das quais constitui-se historicamente um novo princípio educativo, ou, seja um novo projeto pedagógico por meio do qual a sociedade pretende formar os intelectuais/trabalhadores, os cidadãos/produtores para atender às novas demandas postas pela globalização da economia e pela reestruturação produtiva. O velho princípio educativo decorrente da base técnica da produção taylorista/fordista vai sendo substituído por um outro projeto pedagógico, determinado pelas mudanças ocorridas no trabalho, o qual, embora ainda hegemônico, começa a apresentar-se como dominante.

Conforme Brandão (1983, p.11):

Assim, quando são necessários guerreiros ou burocratas, a educação é um dos meios de que os homens lançam mão para criar guerreiros ou burocratas. Ela ajuda a pensar tipos de homens. Mais que isso, ela ajuda a criá-los, através de passar de uns para outros o saber que os constitui e legitima.

É praticamente impossível dissociar educação e trabalho, mas é necessário ver suas diferenças. Ambos andam juntos ao mesmo tempo em que desempenham papéis diferentes, apesar de se complementarem. Enquanto a educação se preocupa com a construção do conhecimento, com a preparação de um ser humano mais crítico, autônomo, comprometido consigo e com o meio, o mundo do trabalho ocupa-se da produção de condições objetivas necessárias à vida humana, sendo o espaço no qual o cidadão, na transformação do próprio mundo objetivo, poderá colocar em prática o que aprendeu na escola, desenvolver suas habilidades profissionais, promover o seu sustento. O mundo do trabalho também pode ser visto como espaço de satisfação de desejos, por vezes provocados por uma sociedade capitalista. Pertencentes a esta sociedade capitalista, os indivíduos não se limitam a satisfazerem as necessidades de sobrevivência, mas acabam por determinar uma forma de vida condicionada por padrões estabelecidos por uma sociedade de consumo. Para Marx: “a riqueza das sociedades onde rege a produção capitalista configura-se em imensa coleção de mercadorias, e a mercadoria isoladamente considerada é a forma elementar dessa riqueza” (MARX, 1989, p.41). Assim, “O que

os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção” (MARX; ENGELS, 2007, p.42).

Seguindo esta mesma linha de pensamento que tenta desvelar o envolvimento entre trabalho e educação durante a construção do processo histórico, mais uma vez em Frigotto busco esclarecimentos a respeito da implicação do mercado de trabalho no mundo da educação:

[...] No Brasil, paradoxal e cínicamente, o ideário da educação que defende instruir para o que serve o mercado é demarcado pelo slogan “todos pela educação”. Daí emergem as orientações dominantes que o empresariado disputa no âmbito das políticas para a escola pública para uma educação cada vez mais restrita e mercantil. (2012, p.13)

A organização dos empresários em prol do projeto *Compromisso Todos pela Educação* e sua adesão ao Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) é uma amostra do envolvimento entre o pensamento mercantil e o campo da educação nos dias atuais. Para Frigotto (2011, p.246):

O movimento dos empresários em torno do Compromisso Todos pela Educação e sua adesão ao PDE, contrastada com a história de resistência ativa de seus aparelhos de hegemonia e de seus intelectuais contra as teses da educação pública, gratuita, universal, laica e unitária, revela, a um tempo, o caráter cínico do movimento e a disputa ativa pela hegemonia do pensamento educacional mercantil no seio das escolas públicas. Um exemplo emblemático da busca por impor a visão financeirista e mercantil na educação básica é a iniciativa do mercado de capitais (Federação Brasileira de Bancos - FEBRABAN, Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – ANBIMA e gestores, Bolsa de Valores – BOVESPA, Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, etc.) que, desde agosto de 2010, implantou um projeto-piloto de *educação financeira*, com supervisão do MEC, em 450 escolas, de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Ceará, Distrito Federal e Tocantins, estados dirigidos por seu partido ou que seguem a filosofia do ministro Paulo Renato Souza da Era Fernando Henrique Cardoso.

Em vários momentos, e por que não dizer desde a sua criação, o campo da educação se vê mediado, amparado pelo capital, a mercê de um sistema capitalista, em que a finalidade do ensino e da aprendizagem passa a ser não apenas um processo que visa a atender as necessidades de formação de um indivíduo através da ampliação de seus conhecimentos, com capacidade de ser crítico, criando possibilidades de autonomia, mas consentindo que o mundo da educação torne-se formador, fornecedor de trabalhadores com mão de obra qualificada para o mercado

de trabalho, atendendo aos interesses das classes dominantes. Para Frigotto (2010, p.27):

A educação, quando apreendida no plano das determinações e relações sociais e, portanto, ela mesma constituída e constituinte destas relações, apresenta-se historicamente como um campo da disputa hegemônica. Esta disputa dá-se na perspectiva de articular as concepções, a organização dos processos e dos conteúdos educativos na escola e, mais amplamente, nas diferentes esferas da vida social, aos interesses de classe.

No começo, a burguesia visava defender os interesses da classe trabalhadora, proporcionando aos trabalhadores do campo, os quais, a partir daquele momento passavam a vender a sua força de trabalho, a oportunidade de, após serem alfabetizados, assinarem os contratos de trabalho. No trabalho no campo não havia a necessidade da existência de contratos, portanto não era exigido que o trabalhador soubesse ler e escrever. Na Revolução Industrial, o trabalhador se sente impelido a aprender a ler, escrever e fazer cálculos para que, assim, pudesse operar as máquinas. Concomitantemente, a escola aos poucos preparava os seus currículos para atender a esta nova demanda, preparando jovens para atuarem na indústria.

Ao longo do tempo, a escola se manteve e se mantém como espaço de possibilidades, instrumento reservado para aqueles que desejam chegar ao mercado de trabalho, forma de garantir estabilidade no emprego e assim sobreviver na lógica da sociedade capitalista (ARROYO, 2012, p.123). Para alguns, a escola pode ser sinônimo de ascensão social e o trabalho, conforme Vieira Pinto:

[...] chave de desvendamento da situação concreta, uma vez que, por ele e com ele, o sujeito adquire condições de perceber os limites do sistema social em que está inserido, e também com qual classe social poderia identificar-se [...]. (2006, p.88)

Um fator decisivo para que não se limite pensar a educação apenas para servir especificamente ao mundo de trabalho, fornecendo mão de obra qualificada para atender a determinado setor produtivo, é a globalização. Conforme Frigotto:

A globalização, como mostram vários estudos, na forma que se explicita atualmente é, sobretudo, a ruptura das fronteiras dos mercados nacionais pela ferrenha competição na realização (venda) das mercadorias que condensam trabalho social explorado (capital-mercadoria), sob a égide da força desigual do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) e pela hegemonia do capital-financeiro (capita-dinheiro), que circula, como uma nuvem, de um polo a outro no planeta, facilitado pelas redes de informação, sob a tecnologia microeletrônica, em busca de valorização. Estima-se que circulem

por dia no mundo mais de três trilhões de dólares, capazes de, de uma hora para outra, quebrar bancos e desestabilizar economias nacionais. (2012, p.41)

Assim sendo, com a desterritorialização do capital, consentida principalmente pelas novas bases tecnológicas que possibilitam um rápido deslocamento de investimentos produtivos de uma determinada empresa de uma parte do mundo para outra, provocando mudanças em diferentes aspectos – tanto quando se instala como quando a empresa migra para outros lugares –, como “desmobilizando e minguando a organização e o poder sindical que se vê forçado a negociar direitos conquistados por uma garantia mínima do emprego. Amplia-se, neste contexto, a possibilidade de super exploração da força de trabalho” (FRIGOTTO, 2012, p.42).

Conforme Gomez:

[...] quando grandes contingentes da força de trabalho estão desempregados ou ameaçados de perder o emprego, na condição conjunturalmente irreversível de ter que vender sua força de trabalho para sobreviver, têm consciência de que luta pelo emprego é ao mesmo tempo a aceitação da exploração. (2012, p.79)

Marcos Arruda, ao trazer para o debate a discussão sobre educação e trabalho repetitivo, busca, a partir de uma investigação em uma empresa do setor automobilístico, subsidiária da Mercedes-Benz, explicações a respeito desse assunto:

Este tipo de trabalho é parte essencial do capitalismo modernizado e transnacionalizado. Nessa vida de operário, nós somos a nossa força de trabalho e percebemos que ela vale estritamente aquilo que o capitalista crê que ela pode produzir de ganho para ele. Como ela é mercadoria, nós também nos sentimos – e, de fato, somos – reduzidos a mercadoria. Ao vendê-la, perdemos qualquer direito sobre ela, como o direito de definir o seu valor segundo o critério das nossas reais necessidades, o direito de decidir como usá-la, para produzir o quê, para quem. Nossa única “liberdade” é ficar ou sair da fábrica. (2012, p.86)

Ao aproximar-me do final deste capítulo, trago mais uma vez Frigotto. Em uma rápida passagem por Pelotas, para participar da abertura da I Jornada de Pós-Graduação do IFSul, o autor abordou a questão da “dupla cidadania”. Ao se referir à função da educação, ressalta a importância em não se formar o cidadão apenas para o mundo do trabalho, e sim para que tenha uma vida digna, saiba se organizar para ver se está sendo tratado como cidadão ou não, conheça seus direitos. Para o autor a “dupla cidadania” trata-se da cidadania política, social, em que o cidadão debate, conhece seus direitos, aliada a uma cidadania econômica, em que o sujeito

tem domínio técnico para se inserir no mundo da produção com qualificação. Para elucidar a respeito de uma visão simplista da educação, considerada apenas como formadora de mão de obra, Frigotto sugere a reflexão feita por Luiz Gonzaga Belluzzo, na Revista Carta Capital do dia 29 de agosto de 2012, sobre a escola e cidadania⁴. Ele diz:

A visão simplória e simplista da educação obscurece a tragédia cultural que ronda o Terceiro Milênio. A especialização e a “tecnificação” crescentes despejam no mercado, aqui e no mundo, um exército de subjetividades mutiladas, qualificadas sim, mas incapazes de compreender o mundo em que vivem. Os argumentos da razão técnica dissimulam a pauperização das mentalidades e o massacre da capacidade crítica.

Ao discorrer sobre o vínculo existente entre educação e trabalho não ignoro, de maneira alguma, a importância de se educar as crianças, jovens e adultos para além do mercado de trabalho, de se educar cidadãos cientes de seus direitos e deveres, conhecedores de sua cultura e da cultura de outros lugares, pessoas críticas a respeito de si e do mundo que as rodeia. Talvez por pertencer a uma família de classe média baixa (quem sabe a melhor designação seja de uma família pobre) e também por ter nascido numa cidade pequena que não atendia a meus anseios de formação profissional, percebi, desde cedo, a importância que a educação tinha e tem quando o assunto é inserção no mundo do trabalho. Não via e não vejo (e, talvez, isso seja uma construção social) um jovem oriundo de uma família de baixa renda ter sucesso profissional sem antes ter passado por uma educação formal.

Entendo a educação como um processo pelo qual o indivíduo se constrói a partir de sua relação com o outro, com o mundo e com os seus saberes, por isso é possível dizer que ela participa ativamente na construção de sua cidadania. Cidadania aqui entendida como “o ato de o homem se construir como homem entre outros homens e como homem que, com os outros, constrói o mundo humano, material e simbólico em que subsiste” (PACHECO; MORIGI, 2012, p.10). Através da educação se constroem cidadãos, pessoas cientes de seu papel de protagonistas no processo histórico, sujeitos com direitos e deveres em pleno processo de evolução, seres humanos de infinitas possibilidades.

⁴ Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/escola-e-cidadania> (Acessado em 22 de fevereiro de 2014)

Ao pensar sobre o conceito de cidadania, percebo que o mesmo está ligado ao mundo da educação e do trabalho. Sendo a escola um dos meios de transição entre o ambiente familiar e o mundo⁵, é a partir do espaço escolar que vamos construindo a nossa cidadania, nossos saberes, para que, num futuro próximo, através de nossa atuação no mundo do trabalho, possa ser colocado em prática o que aprendemos no ambiente educacional. Mais uma vez, educação e trabalho se cruzam, pois a escola é o espaço em que o ser humano se constrói como cidadão, como profissional qualificado, com os atributos necessários para atuar no mundo do trabalho. Apesar das várias formas de educação que vivenciamos ao longo de nossa existência, que se apresentam como sinônimo de oportunidade de aquisição de novos conhecimentos, é no ambiente escolar que os conhecimentos adquiridos se legitimam socialmente.

Aqui percebemos o envolvimento do mundo do trabalho nas relações sociais, tal como acontece com a educação. Já de imediato, na escola, a criança começa a se relacionar com seus colegas, inicia uma relação de afeto que a fará pertencer a um grupo. Do mesmo modo, ao entranhar-se no mundo do trabalho, este indivíduo vai conhecer novas pessoas e com elas criar laços afetivos, vai se relacionar socialmente e, assim como no espaço escolar, pertencer a algum grupo.

As relações sociais acontecem nestes dois ambientes: o espaço educacional e o mundo do trabalho, lugares em podemos desenvolver nossa capacidade de pensar. Na escola é preciso pensar, no trabalho também. No espaço escolar descobrimos a nossa capacidade de resolver problemas, de criar soluções, de ser criativo. Hoje, para atuar no mundo do trabalho é necessário que o trabalhador, além de capacitação profissional, possua capacidade de ser criativo. É preciso pensar sobre as coisas para poder melhorá-las, processo que inicia na família, passa pela escola e permanece no mundo do trabalho.

⁵ Aqui se entende mundo como o exterior ao ambiente primeiro vivenciado pela criança.



TRAJETO II:
Polo Naval e Offshore de Rio Grande



3. TRAJETO II: POLO NAVAL E OFFSHORE DE RIO GRANDE

*Um homem se humilha
Se castram seu sonho
Seu sonho é sua vida
E vida é trabalho
E sem o seu trabalho
O homem não tem honra
E sem a sua honra
Se morre, se mata.
Gonzaguinha*

Antes de descrever este novo momento vivido pela indústria da construção naval no Brasil, com o seu renascimento e expansão, do qual faz parte deste processo o estado do Rio Grande do Sul, com a implantação e consolidação do Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande⁶ e, futuramente, de São José do Norte, sinto a necessidade de narrar como se deu o nascimento e o desenvolvimento da indústria naval em nosso país ao longo do tempo⁷.

Construído com capital privado de terceiros em uma modelagem de captação próxima ao *Project Finance* moderno, o primeiro estaleiro⁸ do país foi inaugurado, em 1846, em Ponta da Areia (Niterói/RJ), por Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá. Este acontecimento marca o processo de industrialização do país. Neste estaleiro, foi construído cerca de um terço dos navios de guerra usados no conflito com o Paraguai. Em 1905, este estaleiro foi incorporado pela Cia. Comércio e Navegação (CCN), ocorrendo, nessa ocasião, breves períodos de atividade, com encomendas pontuais e de curta duração, principalmente durante a década de 1930.

No governo do presidente Juscelino Kubitschek, entre os anos de 1956 e 1961, teve início a construção naval com o parque industrial moderno, criado a partir do Plano de Metas⁹, resultado do Relatório do Grupo Misto Cepal/BNDES¹⁰. O

⁶ Também chamado de Polo Naval Gaúcho ou somente Polo Naval.

⁷ Disponível em <http://www.sinaval.org.br/docs/Balanco-Historia.pdf> (Acessado em 17 de fevereiro de 2013)

⁸ Lugar onde se constroem e/ou se consertam navios.

⁹ Plano que teve duração de cinco anos com significativo envolvimento do setor público no estímulo direto e indireto a investimento na indústria de bens de capital e em infraestrutura.

¹⁰ Com um acordo de colaboração, em outubro de 1952 teve início a parceria entre a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) e BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). O resultado desta parceria foi a criação do Grupo Misto de Estudos CEPAL/BNDES, que se propunha a avaliar o ritmo de crescimento do país e traçar

Plano de Metas, além de criar a indústria de construção naval, também criou a indústria automobilística e a malha rodoviária.

Com a criação da Lei 3.381, em abril de 1958, conhecida como a Lei do Fundo de Marinha Mercante (FMM), tem início a política de desenvolvimento da indústria naval brasileira. Esta lei tem como principais objetivos prover recursos para a renovação, ampliação e recuperação da frota mercante nacional, assegurar a continuidade das encomendas de navios, estimular a exportação de embarcações, evitar a importação de navios e diminuir despesas com o fretamento de navios estrangeiros.

Durante este período foram criados dois novos grupos: o Grupo Executivo da Indústria de Construção Naval (GEICON) e a Comissão de Marinha Mercante (CMM), os quais, em seguida, se transformariam na Superintendência Nacional de Marinha Mercante (SUNAMAM).

Durante os governos de Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-1964) e o governo Castelo Branco (1964-1967), novos projetos para a construção naval em nosso país se mantiveram numa atuação modesta e estável. Após este ciclo, em 1967, o governo Costa e Silva inicia um novo período de investimentos em infraestrutura, principalmente nos setores de energia elétrica e de telecomunicação, aliado a grandes investimentos nas indústrias de bens de capital e de bens de consumo duráveis. Em seu governo, foram criadas políticas exclusivas para o desenvolvimento do setor naval, como o Plano de Emergência de Construção Naval (PECN: 1969 a 1970) e dois Programas de Construção Naval (I PCN: 1971 a 1974; II PCN: 1974 a 1980), período em que o Brasil se torna o segundo maior construtor naval mundial, ainda que num curto período.

No ano de 1981, o Brasil assiste a primeira recessão econômica desde o pós-guerra. É lançado o Plano Permanente de Construção Naval (PPCN: 1981-1983) com o propósito de inverter a tendência de depressão econômica.

Com as dificuldades financeiras apresentadas pela SUNAMAM desde o final da década de 1970 – situação agravada pelo aumento de custos de produção e má administração –, em 1983, a gestão financeira dos contratos de financiamentos à construção naval passa para o BNDES. Em 1987, a SUNAMAM foi extinta.

Embora as empresas locais não tivessem porte para enfrentar grandes operadores em escala mundial, o ano de 1990 é marcado pela liberalização do transporte marítimo de longo curso, expondo os armadores brasileiros à concorrência internacional.

Neste momento chegava ao seu final o período que levou a construção naval brasileira ao posto de segundo parque industrial naval mundial, com toneladas de porte bruto (TPB) construídas e mais de quarenta mil trabalhadores empregados diretamente.

O surgimento de discussões e análises voltadas a uma possível revitalização da indústria naval no Brasil começou na segunda metade dos anos 90, a partir de estudos de economia industrial desenvolvidos principalmente pela Universidade de São Paulo (USP), Universidade de Campinas (UNICAMP) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no início desta mesma década. Ao lado dessas instituições, no intuito de contribuir com a revitalização da indústria naval brasileira, empenharam-se nesta proposta o BNDES¹¹, a Sociedade Brasileira de Engenharia Naval (SOBENA)¹², o Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval e *Offshore* (SINAVAL)¹³ e o Ministério da Marinha¹⁴ (ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2009).

¹¹ Desde a sua fundação, em 1952, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) se destaca no apoio à agricultura, indústria, infraestrutura, comércio e serviços, oferecendo condições especiais para micro, pequenas e médias empresas. O BNDES é uma empresa pública federal, hoje o principal instrumento de financiamento de longo prazo para a realização de investimentos em todos os segmentos da economia. Sua política inclui as dimensões social, regional e ambiental. Em seu Planejamento Corporativo 2009/2014, o BNDES elegeu a inovação, o desenvolvimento local e regional e o desenvolvimento socioambiental como os aspectos mais importantes do fomento econômico no contexto atual, e que devem ser promovidos e enfatizados em todos os empreendimentos apoiados pelo Banco. (Disponível em http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/O_BNDES/A_Empresa (Acessado em 13 de fevereiro de 2013))

¹² A Sociedade Brasileira de Engenharia Naval (SOBENA) é uma sociedade civil sem fins lucrativos que foi declarada de Utilidade Pública Federal pelo Decreto nº. 97.589/89. Foi fundada em 15 de março de 1962, nos primórdios da fase moderna da construção naval brasileira, com o objetivo de congrega engenheiros, técnicos e outros profissionais que atuam nas seguintes atividades: construção e reparo naval, construção e conversão de plataformas e outras embarcações offshore, transporte marítimo, projetos e serviços de engenharia, transporte fluvial, hidrovias, portos, terminais especializados de carga, bases de apoio *offshore*, logística *offshore*, aspectos navais da exploração e produção *offshore*, economia de transporte marítimo e fluvial e proteção do meio ambiente marinho. (Disponível em <http://www.sobena.org.br/institucional.asp> (Acessado em 13 de fevereiro de 2013))

¹³ O Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval e Offshore (SINAVAL) é uma instituição que representa os estaleiros brasileiros instalados em diversas regiões do país. O SINAVAL também produz e divulga informações sobre o setor para a sociedade e a imprensa. Sua missão é defender os interesses das indústrias deste setor e participar de grupos de estudos em órgãos governamentais e instituições de ensino e pesquisa. (Disponível em <http://www.sinaval.org.br/sinaval.php> (Acessado em 13 de fevereiro de 2013))

Nos anos 90, um novo ciclo se inicia com a Lei do Petróleo (Lei 9.478, de 06 de agosto de 1997), a qual abriu o mercado de exploração e refino do hidrocarboneto a novos operadores além da PETROBRAS¹⁵, o que resultou na aceleração do processo de expansão da exploração de petróleo *offshore*.

Em 1997, no governo Fernando Henrique Cardoso, o Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo (MICT) lança duas grandes estratégias direcionadas ao setor de construção naval: recuperação e estímulo ao mercado interno de navios e implantação de um programa de exportação de navios (MICT, 1997).

No início da década de 2000, via licitações, a PETROBRAS liderou o mercado de contratação dos serviços de embarcações de apoio marítimo, originando encomendas para os estaleiros locais. Em decorrência das articulações políticas realizadas pela Associação Brasileira de Empresas de Apoio Marítimo (ABEAM)¹⁶ e por estaleiros, num mercado em que 70% das embarcações eram de bandeira estrangeira, a Petrobras passa a exigir que os navios de apoio marítimo fossem fabricados no Brasil.

O programa Navega Brasil, lançado pelo Governo Federal em novembro de 2000, trouxe modificações nas condições do crédito aos armadores e estaleiros. Uma dessas mudanças foi o aumento da participação limite do FMM nas operações da indústria naval de 85 para 90% do montante total.

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no ano de 2003, determina a prioridade para estaleiros locais de navios e equipamentos de exploração e

¹⁴ Ministério da Marinha - A Marinha é uma das três Forças Armadas do Brasil. Detém a missão de zelar pela segurança do País, valendo-se do poder naval (o poder bélico da Marinha), juntamente com o Exército e a Força Aérea. Além de contribuir para a defesa, a Marinha também tem como missão garantir os poderes constitucionais, proteger os interesses nacionais e atuar em ações sob a égide de organismos internacionais ou em missões de apoio à política externa brasileira. A Marinha também é responsável pelo policiamento da costa brasileira e das águas interiores, bem como por fiscalizar e orientar a Marinha Mercante. O Comando da Marinha é o responsável pela Marinha do Brasil, e é dirigido por um almirante-de-esquadra, nomeado pelo presidente da República. (Disponível em <http://www.brasil.gov.br/sobre/o-brasil/defesa-e-seguranca-publica/marinha> (Acessado em 12 de fevereiro de 2013))

¹⁵ A PETROBRAS é uma sociedade anônima de capital aberto, em que seu acionista majoritário é o governo brasileiro. Atua como uma empresa de energia nos seguintes setores: exploração e produção, refino, comercialização, transporte, petroquímica, distribuição de derivados, gás natural, energia elétrica, gás-química e biocombustíveis. Está presente em 25 países e é líder do setor petrolífero no Brasil. Seu foco é expandir as operações para estar entre as cinco maiores empresas integradas de energia no mundo até 2020. Disponível em <http://www.petrobras.com.br/pt/quem-somos/perfil/> (Acessado em 27 de fevereiro de 2014)

¹⁶ Fundada em 4 de abril de 1977 a finalidade principal da ABEAM é contribuir para o desenvolvimento brasileiro do setor de apoio marítimo às atividades de produção e exploração de hidrocarbonetos e minerais na plataforma continental brasileira. Disponível em <http://www.abeam.org.br/historico.php> (Acessado em 27 de fevereiro de 2014)

produção de petróleo pela PETROBRAS. Neste momento, a Transpetro¹⁷ lança o Programa de Modernização e Expansão da Frota, licitando petroleiros de grande porte em estaleiros locais. Grandes grupos empresariais brasileiros investem na construção de novos estaleiros, fazendo com que os estaleiros que estavam em fase de reativação ingressassem numa nova etapa de consolidação e expansão.



Figura 05 – Mapa dos estaleiros no Brasil¹⁸

Como estratégia para a dinamização da indústria naval, o Governo Federal, a partir de 2003, inicia um processo de desconcentração dos estaleiros, resultando na implantação do Polo Naval e *Offshore* em Rio Grande, promovendo assim o desenvolvimento regional (CARVALHO, 2011).

Desde o ano de 2006, a região sul do Rio Grande Sul vive um momento de grande expansão econômica devido à implantação do Polo Naval e *Offshore* na cidade de Rio Grande¹⁹ (CARVALHO, s.d.). Resultado do Plano de Aceleração do

¹⁷ A PETROBRAS Transporte S/A (Transpetro), empresa brasileira, subsidiária integral da Petrobras, tem como finalidade realizar o transporte de petróleo e seus derivados, gás natural e álcool, utilizando-se de oleodutos, gasodutos e navios. Disponível em <http://www.petrobras.com.br/pt/quem-somos/perfil/principais-subsidiarias> (Acessado em 12 de fevereiro de 2013)

¹⁸ Disponível em <http://www.robertomoraes.com.br/2012/09/estaleiros-no-brasil.html> (Acessado em 23 de fevereiro de 2013).

¹⁹ Grande parte das informações contidas neste estudo sobre o Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande, são oriundas das pesquisas do Prof. Dr. Marcelo Vinicius de La Rocha Domingues, da FURG, como a sua orientação da dissertação de mestrado o “Polo Naval do Rio Grande: Desafio a estruturação técnico-produtiva do território”, a participação no artigo “Polo Naval e Desenvolvimento

Crescimento econômico (PAC) – projeto do Governo Federal –, o renascimento da indústria naval foi um acontecimento que gerou mudanças tanto na cidade de Rio Grande como em toda região, perpassando a estrutura social, econômica, cultural e profissional. A imagem a seguir apresenta uma vista parcial do Polo Naval e *Offshore*, onde está localizado o Estaleiro Rio Grande (ERG1).



Figura 06 – Vista aérea do Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande²⁰

Devido à localização deste empreendimento, longe dos grandes centros, a Metade Sul do estado passa a ser o “celeiro” do Polo Naval, atraindo o interesse tanto de grandes empresas, para suprimento de bens industriais, como também de pequenas empresas prestadoras de serviços. Desperta também o interesse dos trabalhadores da região com a mão de obra qualificada, como já vem acontecendo com trabalhadores pelotenses e de outras partes do estado, do Brasil e também do exterior, os quais migram para a cidade de Rio Grande em busca de novas e

Regional na Metade Sul do Rio Grande do Sul Estudos: Setoriais, Cadeias Produtivas e SIp”, e o estudo “Desenvolvimento e consolidação do Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande”, realizado a partir do convênio firmado pela Secretaria Estadual do Desenvolvimento e Assuntos Internacionais – SEDAI e a Universidade Federal do Rio Grande – FURG, sob a coordenação do Prof. Domingues.

²⁰ Disponível em <http://fatosedados.blogspetrobras.com.br/2010/10/21/petrobras-inaugura-polo-naval-do-rio-grande> (Acessado em 23 de fevereiro de 2013)

melhores oportunidades de emprego. Na próxima figura, mais uma imagem do Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande, agora visto por outro ângulo:



Figura 07 – Vista aérea do Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande²¹

O Rio Grande do Sul possui condições de suprir as necessidades advindas do Polo Naval e *Offshore*, tanto no fornecimento de insumos como na preparação de mão de obra. Entre os diferentes segmentos que compõem a cadeia de suprimentos para a construção naval, o Rio Grande do Sul está em primeiro lugar em Mecânica, Elétrica e Eletrônica, e em segundo lugar em Metalurgia e Química, setores determinantes para o desenvolvimento da indústria naval, hoje consolidados nas regiões da Serra e Metropolitana de Porto Alegre. O Rio Grande do Sul possui também um número elevado de matrículas em escolas técnicas e está entre os estados que possui o maior nível de empregados com o Ensino Médio, o que contribui para uma melhor qualificação profissional, com trabalhadores mais preparados, com um nível de conhecimento mais elevado (OLIVEIRA *et. al.*, 2010).

²¹ Crédito/Foto: arquivo Jornal Agora. Disponível em <http://polonaval.com.br/polo-naval-de-rio-grande-trabalhadores-protestam-contra-atraso-no-salario> (Acessado em 23 de fevereiro de 2013)

De acordo com a SINAVAL, em 2010, o Rio Grande do Sul ocupava a quarta posição no *ranking* dos empregos com a geração de 5.500 empregos diretos gerados em estaleiros. A partir da segunda metade do ano de 2013, com o início da construção do Estaleiro Brasil (EBR) na cidade de São José do Norte, esse número passa para 15.000 pessoas atuando diretamente na indústria naval no sul do Estado²².

As mudanças ocorridas no mundo do trabalho com a implantação do Polo Naval e *Offshore* na cidade de Rio Grande, principalmente na metade sul, e também os reflexos que esse grandioso empreendimento lança para além do território nacional com a chegada de empresas e de trabalhadores oriundos de outros países, causaram-me tamanha curiosidade, resultando no estímulo necessário para dar início a este processo investigativo. Meu primeiro passo foi realizar uma pesquisa exploratória a respeito do assunto, através de pesquisas em *sites*, dissertações, jornais, artigos, participação em eventos e de entrevistas aos setores de RH de empresas que compõem o Polo Naval e *Offshore*. Este estudo exploratório, realizado com essas empresas, foi concretizado através da realização de entrevistas semiestruturadas, cujo objetivo era investigar questões relacionadas ao processo de preenchimento de vagas pelos trabalhadores, muitos oriundos de outras partes do Brasil e do exterior, à capacitação profissional da mão de obra, à consolidação do Polo Naval e *Offshore* em Rio Grande, além de buscar perceber a viabilidade de obtenção de informações junto ao Polo.

Após a realização das entrevistas com duas expressivas empresas que compõem o Polo Naval, que aqui são definidas como GEPL-1 e GEPL-2, pude perceber que:

- A mão de obra direta, dita operacional, é basicamente formada por soldadores, lixadores, pintores, montadores de estrutura metálica, esmerilhadores, maçariqueiros, encanadores industriais, caldeireiros, inspetores de solda, inspetor de LP²³, carpinteiros, eletricitas industriais, armadores, desempenadores, grafiteiros, montadores de andaime, operadores de ponte rolante, pintor industrial, topógrafo etc.;

²² SINAVAL. Disponível em <http://www.sinaval.org.br/noticia-27.php> (Acessado em 03 de fevereiro de 2013)

²³ Inspetor de Líquido Penetrante

- Existe também a mão de obra indireta, compostas por funções administrativas como assistente administrativo, assistente de suprimentos, assistente de documentação e almoxarife, sendo que cada área possui um auxiliar, como auxiliar administrativo, auxiliar do almoxarifado, auxiliar do meio ambiente, auxiliar técnico, auxiliar de técnico de segurança. As empresas possuem também os cargos de chefia, como os chefes, coordenadores (de elétrica, de condicionamento, de qualidade), supervisores, encarregados, engenheiros (de tubulação, mecânico, de qualidade) psicólogos, assistentes sociais, projetistas, técnicos de meio ambiente, técnicos de planejamento, técnicos de segurança do trabalho, inspetores de qualidade, de saúde, de recursos humanos, do financeiro, da logística etc. Em suma, corresponde a todas as outras áreas que não atuam diretamente na produção;
- Algumas áreas podem pertencer tanto a mão de obra direta como a mão de obra indireta, como é o caso do técnico em mecânica, pois este mesmo profissional pode atuar na área de mecânica de manutenção, que é mão de obra direta, e também como técnico em mecânica, considerado mão de obra indireta;
- Sobre mão de obra, a GEPL-1 informa que existe mão de obra qualificada disponível, mas não existe mão de obra com experiência. Os trabalhadores são qualificados, a maioria deles fez cursos, estão capacitados, mas não têm experiência. Recebem os certificados, mas não estão habilitados;
- Basicamente, os espaços de capacitação profissional para atuação no Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande são o SEST SENAT²⁴, SENAI²⁵,

²⁴ SEST SENAT - O Serviço Social do Transporte (Sest) e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Senat) são entidades civis sem fins lucrativos e foram criadas com o objetivo de valorizar os trabalhadores do setor de transporte. Quando o assunto é área educacional, o foco se volta a programas de aprendizagem, que incluem preparação, treinamento, aperfeiçoamento e formação profissional. Na área social, o Sest Senat é responsável por gerenciar, desenvolver e apoiar programas que prezam pelo bem-estar do trabalhador em áreas como saúde, cultura, lazer e segurança no trabalho. Disponível em <http://www.sestsenat.org.br/Paginas/Quem-Somos.aspx> (Acessado em 11 de fevereiro de 2013)

²⁵ O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial do Rio Grande do Sul (Senai-RS), por meio de cursos e serviços técnicos e tecnológicos, contribui para o fortalecimento da indústria e o desenvolvimento do País. Direcionada a jovens e adultos que desejam a profissionalização ou a atualização no mercado de trabalho, a educação profissional possibilita o aperfeiçoamento de

CTRIN²⁶, Estilo²⁷, Dimensão²⁸ e o Emitec²⁹, o que não exclui a contratação dos profissionais capacitados por outras escolas. Algumas empresas que compõem o Polo Naval chegam a pagar 90% do curso para os trabalhadores da comunidade, mediante uma pré-seleção do currículo, e os outros 10% é pago pelo próprio aluno. Em alguns casos, as empresas chegam a pagar 95% do valor do curso, como ocorre com os cursos para soldador e montador. Muitos cursos acontecem dentro das próprias empresas;

- A contratação dos trabalhadores é feita somente após a realização dos cursos profissionalizantes, considerados pelas empresas como um conhecimento prévio, ou, como as próprias empresas definem, uma “base” para o trabalhador. Em seguida a empresa capacita, treinando esses trabalhadores, por um período de dois a três meses, para depois exercerem definitivamente a função. Esses profissionais começam com uma função inicial, como ajudante, o cargo mais baixo,

competências. Promove a educação para o trabalho e para a cidadania, a assistência técnica e tecnológica, a produção e disseminação de informação, e a adequação, geração e difusão de tecnologia. O aprendizado é feito de forma integrada com o mercado de trabalho, acompanhando as novidades da ciência e aproveitando os conhecimentos e aplicações da tecnologia. Disponível em http://www.senairs.org.br/entidades_senai.asp?idArea=12&idSubMenu=16 (Acessado em 13 de fevereiro de 2013)

²⁶ O CTRIN, Centro de Treinamento para a Indústria Naval do Rio Grande (Ctrin-RG), tem como objetivo formar pessoas que estejam preparadas para as constantes mudanças do mercado de trabalho, qualificando principalmente profissionais para atuarem na área naval, como já vem acontecendo com centenas de alunos do CTRIN que já foram encaminhados para o Polo Naval, como soldadores, esmerilhadores, ajudantes, caldeiros, etc. Este projeto recebe o apoio da Prefeitura Municipal de Rio Grande e é mantido pelo Colégio Kyrius, sendo todos os instrutores do CTRIN profissionais que atuam no Polo Naval. Disponível em <http://www.riogrande.rs.gov.br/pagina/index.php/noticias/detalhes+96e97,,prefeitura-e-ctrin-rg-assinaram-convenio-de-apoio.html> (Acessado em 13 de fevereiro de 2013) e em <http://www.kingcompras.com.br/oferta/34> (Acessado em 13 de fevereiro de 2013)

²⁷ A Escola de Educação Profissional Estilo possui atualmente Cursos Técnicos em: Enfermagem, Segurança do Trabalho, Radiologia; Cursos de Qualificação em: Farmácia, Instrumentação Cirúrgica, Auxiliar em Saúde Bucal e Laboratório de Análises Clínicas; Curso de Especialização em Enfermagem do Trabalho e Cursos Qualificação Profissional à Distância – EAD. A Escola Estilo dedica-se à qualificação profissional, atenta as necessidades do mercado de trabalho. Disponível em <http://www.olhaso aqui.com/empresas-detalhes/escola-estilo> (Acessado em 16 de fevereiro de 2013)

²⁸ O Instituto Educacional Dimensão oferece as séries iniciais – 1ª a 4ª série, Ensino Médio, EJA – Educação de Jovens e Adultos, pré-vestibular, cursos técnicos de Informática, Enfermagem e Segurança do Trabalho. Desde 2007, o Dimensão possui quatro unidades, em cidades diferentes: Guaíba, Pelotas, Camaquã e Charqueadas. Disponível em <http://www.institutodimensao.com.br/historia.php> (Acessado em 16 de fevereiro de 2013)

²⁹ Não foram encontradas informações concretas a respeito. Esta sigla pode representar o projeto Ensino Médio com Intermediação Tecnológica (EMITec), das Secretarias da Educação, mas só foi encontrado este projeto sendo executado no Estado da Bahia. Disponível em <http://institucional.educacao.ba.gov.br/noticias/emitec-recebe-premio-nacional-pelo-carater-inovador> (Acessado em 16 de fevereiro de 2013)

e depois passam para a função de encanador, esmerilhador, pintor, encarregado de pintura, participando de um processo hierárquico. Ou como, por exemplo, soldador, que ingressa como soldador 1S e, neste caso, não precisa de teste de solda nem de qualificação para ingressar na empresa. Recebe da própria empresa treinamento em um espaço chamado de “escolinha”, ficando depois promovido a soldador;

- Os profissionais hoje contratados pelas empresas são tanto locais, da própria cidade de Rio Grande, vindos de Pelotas, Bagé, São José do Norte, como de fora do Estado, oriundos de estaleiros dos estados de Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, bem como da região do Norte e Nordeste, regiões com tradição na indústria naval. Estes trabalhadores são alojados pelas próprias empresas, disponibilizando elas de profissionais capacitados e com experiência. O objetivo das empresas hoje é que futuramente não precise trazer trabalhadores de fora, qualificando a mão de obra existente na região, visto o alto custo investido no transporte e na acomodação desses trabalhadores, chegando a triplicar o valor de um trabalhador local, além do fator emocional que faz com que esses trabalhadores não rendam o que poderiam render caso estivessem com seus familiares e amigos. Hoje, na GEPL-2, quase 70% dos trabalhadores não são do Rio Grande do Sul;
- É comum os trabalhadores da indústria naval migrarem de cidade em cidade atrás de trabalho em plataformas. Muitos encarregados, por exemplo, ao finalizarem um trabalho em uma plataforma, dirigem-se para outro estaleiro, em outra cidade, para trabalhar em outra plataforma em outra cidade, levando consigo sua equipe, experiente no trabalho em plataformas;
- Outro fator que dificulta a inserção do trabalhador neste mercado de trabalho é o perfil desse trabalhador. Muitos deles terminam o curso e percebem que não têm perfil, não se adaptam, não se identificam com o tipo de trabalho a ser exercido. Conforme as entrevistas realizadas: “o curso é uma coisa, experiência é outra coisa”;
- Além das empresas que operam diretamente no Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande na produção de plataformas e cascos de navio, outras

empresas participam desse processo com a prestação de serviços para as primeiras, como, por exemplo, empresas que montam andaimes, operam empilhadeiras, prestam serviços de transportes, limpeza, portaria, refeitório, segurança etc., bem como as empresas que fornecem os insumos como chapas de metal.

O Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande é hoje constituído pelo Porto Novo³⁰ e Superporto³¹ e, nos próximos meses, também pelo vizinho município de São José

³⁰ No 2 de junho de 1910, começou a implantação do Porto Novo, entrando em operação em 15 de novembro de 1915, com a entrega ao tráfego dos primeiros 500m de cais. Porto Novo possui hoje um cais de 1.952m de comprimento e 11 berços e profundidade de 10m. Possui 9 áreas de atendimento portuário sendo distribuídas da seguinte maneira: Área 1 é destinada a atividades desportivas; A área 2 a atividades militares; Na área 3 ficam os granéis sólidos, com 1 berço onde se localiza o terminal da Cesa, com capacidade de armazenamento de 60.000t, utilizado para armazenagem de soja, milho, trigo e cevada; Já a área 4 é destinada a roll-on-rolloff, com 1 berço para operações de movimentação de carga geral, possui 3 armazéns que totalizam área de 12.000m² com capacidade de armazenar 18.000t ou 200 veículos cada área; 3 armazéns que totalizam 9.000m³ com capacidade de armazenar 15.000t ou 160 veículos cada um; 1 pátio com área de 136.000m², todas as instalações da área 4 atendem a General Motors do Brasil na importação e exportação de veículos; Na área 5 fica localizada a movimentação de carga geral, com 1 berço de atracação, possui instalações de armazenagem sendo: 5 armazéns com área de 2.000m² cada uma, um deles destinado a cargas perigosas e tóxicas; 2 armazéns com área de 4.000m² cada um, destinado a carga geral, com capacidade de armazenar 380.000 sacos; 1 armazém com área de 3.000m² com capacidade de armazenar 250.000 sacos; A área 6 é designada a movimentação de granéis sólidos e líquidos, com 1 berço de atracação onde estão situadas as instalações da Samrig; A área 7 é destinada a operação de carga geral e contêineres com 3 berços exclusivos e 1 berço para barcaças (Teflu), possui pátio de armazenagem de contêineres e pré-stacking para exportação, totalizando 75.000m²; Na área 8 a operação de movimentação de fertilizantes, com 3 berços, sendo 1 para barcaças; Por fim, a área 9 destinada a operações portuárias em geral. Disponível em <http://www2.transportes.gov.br/bit/05-mar/1-portos/riogrande.pdf> (Acessado em 16 de fevereiro de 2013)

³¹ No Superporto estão instalados os seus principais terminais especializados. Dispõe de 1.552m de cais com profundidades variando de 5m a 14,5m. O atendimento à navegação se faz por meio de áreas: área 1 destinada a prestação de serviços às atividades marítimas e portuárias; Na área 2 o carregamento e descarregamento de petróleo e fertilizantes, onde estão instalados os terminais da Copesul com capacidade de armazenamento estática total para petroquímicos de 40.000m³ em 10 tanques; terminal da Petrobrás (píer petroleiro e área de tancagem) com capacidade de armazenamento estática de 22.500m³; Terminal Trevo Operadora Portuária Ltda., especializado em movimentação de matérias primas para fertilizantes e produtos químicos e que oferece armazenagem de 42.000m³ e capacidade estática de 250.000t; Terminal Amoniasul, especializado na estocagem de amônia líquida com um tanque com capacidade estática de armazenamento de 15.000t (25.300m³). Na retroária existem a Granel Química, Bunge Fertilizantes S.A. e Roullier Brasil; Já a área 3 é destinada a atendimentos portuários em geral; Na área 4 fica a movimentação de produtos agrícolas como soja, trigo, arroz e outros. Na área existem os terminais: Terminal Bunge Alimento S.A., especializado na armazenagem de grãos, farelo e óleos vegetais para exportação. Possui 2 armazéns graneleiros com área total de 42.000m² e capacidade estática de 157.000t; Terminal Bianchini S.A. especializado em movimentar grãos e farelos. Ultimamente tem realizado exportações de cavaco de madeira. O terminal oferece 3 armazéns graneleiros com capacidade estática total de 600.000t de granéis agrícolas distribuídos em 77.000m²; A área 5 é destinada a carga e descarga de contêineres. Na área está instalado o Terminal Tecon Rio Grande S.A., especializado na movimentação e armazenagem de contêineres ocupando uma área total de 670.000m² dos quais 200.000m² são destinados a estocagem de contêineres em pátio pavimentado. Possui um armazém com 17.000m² cujas cargas são movimentadas através de 10 portas de entrada e saída. O seu cais esta equipado com dois portêineres Post Panamax, dois autoguindastes e um outro guindaste que possibilita a operação simultânea de 2 navios. No pátio a movimentação de

do Norte. Em Rio Grande este empreendimento é formado pelos Estaleiros Rio Grande (ERG1 e ERG2) sendo proprietária a Ecovix-Engevix Construções Oceânicas³². No Estaleiro Rio Grande 1, o ERG1, está localizado o primeiro dique seco³³ da América Latina, o qual é considerado o segundo maior do mundo e foi construído, em 2006, com investimentos da PETROBRAS. No Estaleiro (imagem a seguir) foi construída a P-55³⁴, em construção uma série de oito cascos para o Pré-sal e três navios-sonda, totalizando doze encomendas.

contêineres é feita por oito empilhadeiras reack stackers de 41t, quatro top loaders de 37t, três top loaders de 15t, três front loaders de 9t e 60 outros equipamentos. O pátio tem capacidade para 15.000TEU; Na área 6 destina-se a atividades portuárias em geral e na área 7 a movimentação de pescado, onde está instalado o Terminal Leal Santos Pescado S.A., com área industrial de 22.000m², área construída de 10.800m² e armazenagem frigorificada de 2.000t em 2 câmaras frigoríficas. Disponível em <http://www2.transportes.gov.br/bit/05-mar/1-portos/riogrande.pdf> (Acessado em 16 de fevereiro de 2013)

³² Foi criada em março de 2010 a Ecovix – Engevix Construções Oceânicas S/A, subsidiária da Engevix ENGENHARIA S/A, para executar para a PETROBRAS dois contratos de construção de oito cascos de plataformas de exploração de petróleo (FPSO na sigla em inglês) na camada do pré-sal. Para atender às novas demandas destes contratos e às futuras encomendas do mercado de construção naval no Brasil, foi adquirido, por esta empresa, o estaleiro construído no Porto de Rio Grande (RS). Este investimento, feito através da RG Estaleiros S/A, permitirá a complementação das instalações do estaleiro através da construção de uma fábrica automatizada de painéis e blocos, futuramente, um novo cais de atracação e instalações complementares. Esta aquisição foi feita em parceria com a FUNCEF – Fundação dos Economistas Federais, onde a FUNCEF é detentora de 25% das quotas e a ECOVIX de 75%. A ECOVIX já iniciou em parceria com a Prefeitura de Rio Grande e o Governo do Rio Grande do Sul um extenso programa de qualificação de mão de obra e constituiu a ECIX – Processamento de Aços S/A para, em conjunto com a ICEC, fornecer a mão de obra qualificada necessária ao empreendimento. Disponível em <http://www.ecovix.com/sobre-ecovix/Paginas/perfil.aspx> (Acessado em 13 de fevereiro de 2013) e em <http://www.portalnaval.com.br/estaleiros-no-brasil> (Acessado em 13 de fevereiro de 2013)

³³ Dique seco ou doca seca é um recinto cavado à beira de um braço de água (mar, rio etc.) de forma a receber uma ou mais embarcações em simultâneo para vistorias, fabrico, limpeza ou construção, sendo mais uma Oficina-Naval que um Estaleiro. No fundo do dique seco existem picadeiros onde as embarcações assentam as quilhas; as paredes laterais vão alargando para a parte superior para facilitar a circulação do pessoal e os escoramentos das embarcações. Na extremidade que comunica com a água há uma porta estanque (porta batel); após a entrada da embarcação, estas portas são fechadas e a água que havia entrado na doca é bombeada para fora. No processo inverso, para a saída da embarcação, a água é bombeada até um nível que permita a abertura das portas sem que o caudal da entrada ponha em risco a estabilidade da embarcação dentro da doca. Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Dique_seco (Acessado em 04 de janeiro de 2013)

³⁴ Cerca de R\$ 1,5 bilhão foram investidos na P-55 e deve ser totalmente finalizada no primeiro trimestre de 2013. Depois de concluída, a P-55 será levada para a Bacia de Campos, no Rio de Janeiro, onde deverá extrair 180 mil barris de petróleo por dia. Disponível em <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2012/10/plataforma-p-55-sera-removida-do-dique-seco-em-rio-grande-rs.html> (Acessado em 16 de fevereiro de 2013) Integração do deque superior Disponível em <http://www.sinaval.org.br/docs/SINAVAl-Cenario2012-4tri.pdf> (Acessado em 17 de fevereiro de 2013)

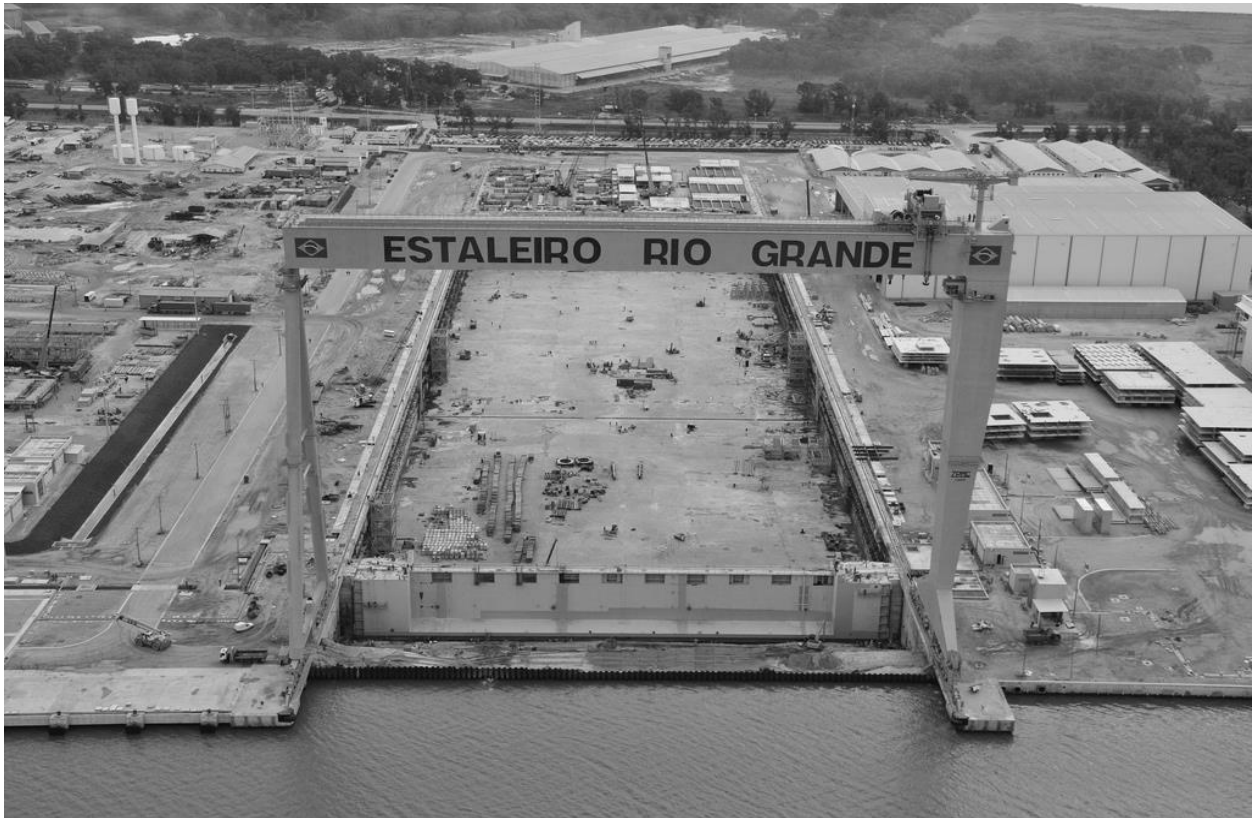


Figura 08 – Vista aérea do Superporto de Rio Grande - Pórtico e Dique Seco³⁵

A Ecovix-Engenix Construções Oceânicas dedica-se à construção de navios e plataformas de petróleo para a indústria de óleo e gás. Seu dique seco possui 133 metros de largura e 350 metros de comprimento e o mais potente guindaste do país, com capacidade para erguer até duas mil toneladas de carga e receber, simultaneamente, até duas embarcações para construção ou reparos.

Faz parte também deste empreendimento a QUIP S/A. Criada em 2005, a QUIP foi formada, inicialmente, como uma sociedade entre as empresas Construtora Queiroz Galvão, UTC Engenharia e IESA Óleo e Gás para construir a plataforma de petróleo *offshore* P-53³⁶ para a PETROBRAS, a primeira plataforma construída em solo riograndino, na qual foram empregados 3,5 mil trabalhadores no pico do serviço. Instalada no cais do Porto Novo, em um terreno de 320 mil m², e no Estaleiro Rio Grande, a QUIP hoje reforça seu caráter estratégico e financeiro com a

³⁵ A junção do pórtico e dique torna a estrutura uma das maiores da construção de plataformas no mundo. Crédito/foto: Divulgação/Petrobras. Disponível em <http://www.flickr.com/photos/pacgov/7007179786/> (Acessado em 23 de fevereiro de 2013)

³⁶ A P-53 é uma Unidade de Produção Flutuante (FPU), com capacidade de produzir 180 mil barris de óleo e seis milhões de metros cúbicos de gás por dia. Disponível em <http://www.clicrbs.com.br/pdf/3236771.pdf> (Acessado em 16 de fevereiro de 2013)

participação de dois novos sócios: a Construtora Camargo Correa e PJMR Ltda.³⁷. A partir desse momento a empresa QUIP trabalhou na construção de mais plataformas em Rio Grande: a P-63, em seu canteiro de obras situado na ponta sul do Porto Novo, e a P-55³⁸, no Estaleiro Rio Grande (ERG1), na área do Superporto. Também a FPSO – P-58 módulos (QUIP e UTC) e P-62 (QUIP e UTC), integração de módulos e a FPSO – P-63 (QUIP), todos contratos com a PETROBRAS.

No que se refere à mão de obra empregada na execução das plataformas P-55³⁹ e P-63⁴⁰, segundo levantamento realizado pela QUIP, 70,9% é do Rio Grande, 11% de outros municípios do Rio Grande do Sul e 18,1% de outros estados.



Figura 09 – Vista aérea do Porto Novo de Rio Grande - RS⁴¹

³⁷ Disponível em http://www.quip.com.br/site_2011/apresentacao.asp (Acessado em 16 de fevereiro de 2013)

³⁸ Semissub P-55 - Integração dos módulos de processo. Disponível em <http://www.sinaval.org.br/docs/SINAVAL-Cenario2012-4tri.pdf> (Acessado em 17 de fevereiro de 2013)

³⁹ P-55 e a comunidade de Rio Grande e Pelotas: Geração de Empregos Diretos: Média= 1500 homens, Pico= 3000 homens / Geração de Empregos Indiretos: 4500 / Geração de Renda: R\$ 150 Milhões. Disponível em <http://www.quip.com.br/p55.html> (Acessado em 21 de fevereiro de 2013)

⁴⁰ P-63 e a comunidade de Rio Grande e Pelotas: Geração de Empregos Diretos: Média= 1500 homens, Pico= 3000 homens / Geração de Empregos Indiretos: 4500 / Geração de Renda: R\$ 150 Milhões. Disponível em <http://www.quip.com.br/p63.html> (Acessado em 21 de fevereiro de 2013)

Hoje, além da QUIP e do Estaleiro Rio Grande – ERG1 e ERG2 –, da Ecovix-Engevix Construções Oceânicas, que estão em operação, está em processo de implantação o Estaleiro Brasil (EBR), em São José do Norte, já com duas encomendas de plataformas FPSO, a P-74 e a P-76.



Figura 10 – Vista aérea da cidade de São José do Norte⁴²

Deste modo, como parte do processo de consolidação do Polo Naval e *Offshore* na região, teve início, em 2013, as obras de construção do estaleiro na vizinha cidade de São José do Norte, realizada pela empresa Estaleiros do Brasil (EBR)⁴³, um grupo de empresas privadas nacionais e internacionais, a qual já possui autorização para o uso do cais por cinco anos. O novo estaleiro deve custar R\$ 1 bilhão e gerar entre 4 e 6 mil empregos diretos no município que possui 25 mil habitantes. A obra, que será três vezes maior que o Estaleiro de Rio Grande, faz com que a cidade de São José do Norte se prepare para receber o maior

⁴¹ Crédito/Foto: Assessoria de Comunicação Social da Superintendência do Porto do Rio Grande (SUPRG). Disponível em <http://polonaval.com.br/suprg-realizara-audiencias-publicas-em-rio-grande-e-sao-jose-do-norte> (Acessado em 23 de fevereiro de 2013)

⁴² Disponível em <http://novajpmdbnortense.blogspot.com.br/2012/12/sao-jose-do-norte-amamos-mui-heroica.html> (Acessado em 23 de fevereiro de 2013)

⁴³ Empreendedores: Setal Óleo e Gás (SOG) = 50%; Toyo Engineering Corporation = 50%. Disponível em <http://www.sinaval.org.br/docs/SINAVAL-Cenario2012-4tri.pdf> (Acessado em 17 de fevereiro de 2013)

empreendimento da história do município. Este estaleiro vai construir módulos de plataforma para a PETROBRAS que vão explorar o petróleo na camada pré-sal.⁴⁴

A última plataforma a deixar Rio Grande foi a P-58, no final de 2013, e para 2014 estão previstas as obras de construção e integração dos módulos da P-75 e da P-77 e, em andamento, a construção dos cascos dos oito FPSOs replicantes e mais três sondas de perfuração para o pré-sal⁴⁵.

Quando o assunto é construção naval mundial o Brasil tem uma participação de 8%. É o quarto maior construtor de sondas de perfuração (depois da Coreia, Cingapura e China) e o segundo maior, depois da Coreia, na construção de plataformas de produção *offshore*⁴⁶.

Hoje, com o renascimento e expansão da indústria naval no Brasil, cada vez mais será necessária mão de obra qualificada para atender este setor. Para isso é necessário que os espaços de qualificação profissional ampliem a oferta de cursos visando este novo nicho do mercado de trabalho que surge com a ampliação da indústria da construção naval e *offshore*.

⁴⁴ Disponível em <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2012/12/obras-do-estaleiro-de-sao-jose-do-norte-rs-comecam-ate-fevereiro.html> (Acessado em 16 de fevereiro de 2013)

⁴⁵ Disponível em <http://www.portosenavios.com.br/industria-naval-e-offshore/22317-polo-naval-ultrapassando-as-fronteiras>. (Acessado em 27 de fevereiro de 2014)

⁴⁶ Disponível em <http://www.sinaval.org.br/docs/SINAVAL-Cenario2012-4tri.pdf> (Acessado em 08 de fevereiro de 2013)



TRAJETO III:
da Escola de Artes e Offícios ao IFSul



4. TRAJETO III: DA ESCOLA DE ARTES E OFFÍCIOS AO IFSUL

A principal meta da educação é criar homens que sejam capazes de fazer coisas novas, não simplesmente repetir o que outras gerações já fizeram. Homens que sejam criadores, inventores, descobridores. A segunda meta da educação é formar mentes que estejam em condições de criticar, verificar e não aceitar tudo que a elas se propõe."
Jean Piaget

Grande parte das instituições que formam, hoje, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica é originária de uma das 19 Escolas de Aprendizagem de Artífices instituídas no Brasil, a partir de 1909, pelo Decreto nº. 7.566, expedido pelo Presidente Nilo Peçanha (MEIRELES, 2010).

Em 1917, é criada a Escola de Artes e Ofícios de Pelotas, vinculada à Biblioteca Pública Pelotense, que, através de ações desta diretoria, em 7 de julho daquele ano – data do aniversário da cidade de Pelotas –, sediou a assembleia de fundação da Escola. Caracterizava-se por ser uma sociedade civil, cujo objetivo era oferecer educação profissional para meninos pobres. O prédio foi construído, mediante doações da comunidade, em terreno doado pela Intendência Municipal. Começa, neste momento, a trajetória da Educação Profissional em Pelotas.

A mudança para Escola Technico-Profissional acontece em 1930, quando o município assumiu a Escola de Artes e Ofícios de Pelotas, viabilizando seu funcionamento. O regulamento da Escola Technico-Profissional, expedido pelo Decreto Municipal nº. 1.798, estabeleceu os objetivos da Escola, os cursos a serem ministrados, os respectivos currículos, o calendário letivo, os sistemas de avaliação, entre outras disposições. Neste regulamento consta que objetivo principal da Escola era “proporcionar, gratuitamente, aos menores pobres que preencherem as condições estabelecidas, o ensino e a educação technico-profissional necessária ao exercício de profissões em que possam, com facilidade, encontrar trabalho remunerado e ser úteis à sociedade”. A Escola funcionava em regime de externato e só eram admitidos alunos do sexo masculino.

Posteriormente, em 1933, a Escola passou a denominar-se Instituto Technico Profissional, cujos cursos compreendiam grupos de ofícios divididos em seções:

Madeira, Metal, Artes Construtivas e Decorativas, Trabalho de Couro, Artes Têxteis, Artes Gráficas e Eletro-Chímica. O objetivo, agora, do Instituto passa a ser mais específico: formação de artífices. Apenas para elucidar qual era a visão a respeito do Instituto nesta época, compartilho o trecho a seguir:

Pelotas, terra progressista e culta, possui diversos estabelecimentos que sem dúvida muito a recomendam.

Entre todos, se destaca o Instituto Profissional Técnico, onde o pobre se prepara para a luta no futuro, tornando-o útil à sociedade e, contribuindo eficazmente para o progresso e o engrandecimento da nossa terra.

Encantado! Institutos como o nosso Profissional Técnico assegurarão, por certo, o futuro e o progresso do nosso Brasil.

O Instituto Profissional Técnico realiza obra meritória, dando aos filhos de proletários a instrução e eficiência que os habilitara a vencer na vida.

A minha impressão é magnífica. Para as escolas desse gênero é que se deve encaminhar a infância do nosso país de bacharéis.

Registro de Livro de Visitas – Exposição de Trabalhos – IPT – 1938 (MEIRELES, 2007, p.33)

No ano de 1942, é criada a Escola Técnica de Pelotas – ETP, pelo presidente Getúlio Vargas a partir do Decreto nº. 4.127, de 25 de fevereiro de 1942, e mediante gestões e ações de Luiz Simões Lopes, sendo integrada à estrutura do Ministério da Educação sob a responsabilidade da União. É inaugurada em 1943 e tem o início de suas atividades letivas em 1945. E assim,

Paulatinamente a Escola foi se preparando para atender os preceitos da Lei Orgânica do Ensino Industrial, atentando para os interesses de formação adequada do aluno, futuro trabalhador, das empresas e da nação. (MEIRELES, 2007, p.57)

O primeiro curso técnico da ETP foi Construção de Máquinas e Motores, implantado em 1954 graças ao apoio do influente político pelotense Ary Rodrigues Alcântara e também à mobilização dos alunos. Desse curso originou-se o atual curso de Mecânica, curso que, juntamente com Eletrotécnica (1957), Eletrônica (1963) e Eletromecânica (1973), atendem de forma direta às demandas do setor naval.

Em 1959, perante uma alteração jurídica, a Escola Técnica de Pelotas passa a ser autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação e Cultura, conforme disposições na Lei nº. 3.552, de 16 de fevereiro de 1959. No ano de 1965 recebe nova denominação, sendo agora chamada de Escola Técnica Federal de Pelotas (ETFPEL).

Em 1974, visando a um melhor relacionamento com as empresas que absorviam os egressos dos cursos da Instituição, foi implantado o Serviço de Integração Escola-Empresa (SIE-E/ETFPEL). E neste mesmo ano, confirmando a importância deste espaço de ensino para o desenvolvimento, sua repercussão pública de utilidade social do seu sistema de ensino, resultou ao Diretor da Instituição a Comenda da Ordem Nacional do Mérito Educativo (MEIRELES, 2007, p. 57).

O Ministério da Educação, no ano de 1994, encaminhou ao Congresso Nacional uma proposta de um Sistema Nacional de Educação Tecnológica e de transformação das Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica. No mesmo ano, foi editada a lei que previu a transformação institucional de todas as escolas técnicas da Rede Federal em CEFETs, exigindo processo individualizado para implantação gradativa de cada Centro, segundo critérios fixados pelo Poder Público. Neste período, a Escola oferecia oito Cursos Técnicos Integrados de Nível Médio: Mecânica, Eletrotécnica, Eletrônica, Edificações, Telecomunicações, Eletromecânica, Química e Desenho Industrial.

A transformação da ETFPEL em Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas (CEFET-RS) ocorre em 1999, possibilitando a oferta dos Cursos Técnicos de Nível Médio e também dos Cursos Superiores e de Pós-graduação, com foco nos avanços tecnológicos, incentivando a pesquisa, a elaboração de projetos e convênios. Sua característica básica era a oferta de formação especializada, levando em consideração as tendências do setor produtivo e do desenvolvimento tecnológico (FARIAS, 2010).

A partir de dezembro de 2008, o CEFET passa a se chamar Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense (IFSul). O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense, com sede e foro na cidade de Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul, nos termos da Lei nº. 11.892, com natureza jurídica de autarquia, vinculada ao Ministério da Educação, é formado por 14 *campi*: *campus* Pelotas (1943), *campus* Pelotas - Visconde da Graça (1923), *campus* Sapucaia do Sul (1996), *campus* Charqueadas (2006), *campus* Passo Fundo (2007), *campus* Camaquã (2010), *campus* Venâncio Aires (2011), *campus* Bagé (2010), *campus* Santana do Livramento (2010), *campus* Sapiranga (2013),

campus Jaguarão (em implantação), *campus* Gravataí (em implantação), *campus* Lajeado (em implantação) e *campus* Novo Hamburgo (em implantação)⁴⁷.

O *campus* Pelotas tem área própria de 40.440m², sendo 48.240m² construídos. Somando quase 15.000m² de área para o ensino profissional, a unidade tem 55 salas de aula, 120 laboratórios específicos e 41 oficinas. Para a prática de esportes dispõe de um ginásio coberto, quadras e pista de atletismo com 7.000m². Possui também biblioteca, o auditório Enilda Feistauer e mais cinco miniauditórios⁴⁸.

Hoje, com setenta anos de existência, o IFSul *campus* Pelotas oferece catorze Cursos Técnicos de Nível Médio⁴⁹, seis Cursos de Graduação, seis Cursos de Pós-Graduação – sendo cinco Especializações (duas em modalidade EaD e três presenciais) e um Mestrado Profissional –, Formação Pedagógica e Educação a Distância. A Unidade do Instituto Federal Sul-Rio-Grandense vem atendendo a mais de 4.000 alunos por ano, colocando no mundo do trabalho jovens e adultos capazes de dar início a uma carreira promissora, com profissionalismo e competência.

A partir das entrevistas com o grupo de gestores do IFSul - *campus* Pelotas, aqui identificados como GGIF, pude compreender como se organiza hoje o Instituto, o que pensam seus gestores, o que mudou com a transformação de Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas (CEFET-RS) para Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense (IFSul), como se dá a relação com o mundo do trabalho, enfim, informações obtidas durante as entrevistas com o grupo de gestores do Instituto e que, neste momento, são compartilhadas.

- Um dos objetivos do IFSul é oferecer ao aluno um conhecimento basilar, abrangente, que proporcione uma visão mais generalista de sua área de atuação, ficando por conta das empresas qualificar este trabalhador para desempenhar atividades mais específicas;

⁴⁷ Disponível em http://www.ifsul.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=20&Itemid=45 (Acessado em 17 de fevereiro de 2014)

⁴⁸ Disponível em http://www.ifsul.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=58&Itemid=43 (Acessado em 02 de dezembro de 2012)

⁴⁹ Hoje o IFSul disponibiliza Cursos Técnicos Concomitantes destinados a estudantes que estejam cursando o Ensino Médio em outra instituição e que, no ato da matrícula, tenham concluído pelo menos a primeira série, Cursos Técnicos Subsequentes designados a alunos que já concluíram o Ensino Médio e Cursos Técnicos Integrados destinados a alunos que já tenham concluído o Ensino Fundamental, sendo planejado de modo a garantir a formação no Ensino Médio e a formação profissional técnica deste aluno. Disponível em http://www5.ifpi.edu.br/index.php?option=com_content&view=category&id=18 (Acessado em 22 de fevereiro de 2014)

- No que se refere ao atendimento, pelo IFSul, às demandas do Polo Naval e *Offshore*, pode-se dizer que algumas são atendidas de forma direta e indireta, para outras existe a necessidade de qualificação do corpo docente e algumas não há condições de serem atendidas;
- Tendo em vista a urgência e o grande número de trabalhadores solicitados para o atendimento às demandas do Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande, além das dificuldades para a criação e a extinção de cursos dentro de instituições públicas de ensino, o IFSul atende a grande parte das demandas do setor naval através de cursos de extensão como o PROMINP e PRONATEC – programas do Governo Federal –, sem alteração no perfil dos cursos já existentes, permitindo assim a criação e a extinção desses cursos conforme as demandas locais e regionais. Outros benefícios desses programas são a distribuição de bolsas para os alunos e a aquisição de materiais de consumo e equipamentos para uso permanente do Instituto;
- Parte das metas do IFSul compreende a inclusão social, trazendo para dentro do Instituto pessoas excluídas e/ou em vulnerabilidade social, e a formação cidadã de seus alunos, despertando a reflexão a respeito de si e do contexto no qual está inserido, disponibilizando, assim, uma formação técnica e cidadã;
- Por possuir estrutura física adequada e profissionais qualificados, o IFSul - *campus* Pelotas tem condições de qualificar os alunos para postos de trabalho mais avançados, com melhores salários;
- Pude perceber, a partir das entrevistas, a importância da mobilização das empresas, dos alunos, mas, principalmente, dos professores na criação de cursos no Instituto;
- O IFSul - *campus* Pelotas, por sua tradição na qualificação profissional, mantém ampla a procura por seus cursos, qualificando profissionais para atuarem nos mais diferentes arranjos produtivos em diferentes partes do país e (porque não dizer) do mundo, o que faz com que se mantenha “fechado” em relação à criação de cursos que

atendam aos arranjos produtivos locais, diferente dos *campi* novos em que esta é a razão da sua criação, o atendimento aos APLs.

Essas e outras informações obtidas a partir das entrevistas com o grupo de gestores do IFSul - *campus* Pelotas serão retomadas nos capítulos 6 e 7, que tratam sobre a relação entre o IFSul e os APLs, bem como a sua relação com o Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande, e nas considerações finais deste trabalho.



Figura 12 - Instituto Federal Sul-Rio-Grandense – IFSul - *campus* Pelotas-RS⁵⁰

⁵⁰ Disponível em http://pelotas.ifsul.edu.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=1&Itemid=2 (Acessado em 12 de fevereiro de 2013)



TRAJETO IV:
os locais que envolvem esta pesquisa



5. TRAJETO IV: OS LOCAIS QUE ENVOLVEM ESTA PESQUISA

*Se a educação sozinha não pode transformar
a sociedade, tampouco sem ela
a sociedade muda.*
Paulo Freire

Nesta pesquisa, as investigações transitaram entre duas cidades: Pelotas, em razão de sediar o IFSul, e Rio Grande, por abrigar o Polo Naval e *Offshore*.

As cidades de Pelotas e Rio Grande se desenvolveram economicamente muito em razão da proximidade com a Lagoa dos Patos e com o Oceano Atlântico. Possuem características em comum, como a relação com a pesca, as praias, a beleza arquitetônica de seus prédios, a qualificação profissional etc. A seguir, nos subcapítulos **Rio Grande: a cidade e o mar** e **Pelotas: tradição em educação profissional**, irei narrar um pouco sobre a história dessas duas cidades, importantes no desenvolvimento da região.

5.1 Rio Grande: a cidade e o mar

Rio Grande⁵¹, a cidade mais antiga do Rio Grande do Sul⁵², vive, hoje, um momento singular. Assim como Macaé⁵³, Altamira⁵⁴ e Porto Real⁵⁵, outras cidades

⁵¹ O termo Rio Grande é uma referência à desembocadura da Lagoa dos Patos no Atlântico. Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Rio_Grande (Acessado em 14 de dezembro de 2012)

⁵² Alguns registros apontam São Borja como a cidade mais antiga do estado, fundada 55 anos antes, em 1682.

⁵³ Com a descoberta de petróleo na Bacia de Campos, o município, que permanecia rural, a partir de 1974 começou a receber grande quantidade de pessoas de várias partes do país e do mundo, a fim de atender à crescente demanda desta cidade por mão de obra especializada, o que provocou profundas mudanças em sua economia e cultura. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Maca%C3%A9> (Acessado em 03 de fevereiro de 2013)

⁵⁴ A cidade de Altamira vive hoje mais um momento de crescimento econômico com a construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte. Como aconteceu em 1970, com abertura da BR 230, mais conhecida como Rodovia Transamazônica, a cidade recebeu imigrantes vindos de várias partes do país, principalmente nordestinos, que se aventuraram para a região, uns fugindo da seca, outros em busca do sonho de enriquecer com a extração de látex. Disponível em <http://www.altamira.pa.cnm.org.br/portal1/municipio/historia.asp?ildMun=100115009> (Acessado em 03 de dezembro de 2013) e em <http://blogbelomonte.com.br/tag/altamira/> (Acessado em 03 de dezembro de 2013)

⁵⁵ Foi inaugurada em Porto Real, em fevereiro de 2001, a primeira fábrica nacional da montadora PSA Peugeot Citroën. O parque industrial montado em Porto Real, com capacidade para produzir até 100 mil veículos por ano e gerando mais de 2.500 empregos na região, envolveu um investimento de aproximadamente um bilhão de dólares. Este acontecimento, em pouco tempo, fez com que a região

do Brasil que acolheram grandes empresas nacionais e/ou internacionais ou serviram para a exploração de suas riquezas naturais, a Noiva do mar, como é chamada a cidade de Rio Grande, vê diante dos seus olhos uma mudança acontecendo. A implantação do Polo Naval e *Offshore* trouxe o crescimento econômico para a cidade e com ela a transformação no cotidiano do cidadão riograndino.



Figura 14 – Vista aérea da cidade de Rio Grande – RS⁵⁶

Dia após dia, o povo deste lugar e também os moradores de localidades vizinhas observam a transformação da cidade ao passo que se desenvolve. Percebem-se mudanças em vários âmbitos da sociedade: no setor imobiliário, com a construção de inúmeros prédios, houve uma crescente valorização dos imóveis; num período de apenas três anos, a frota de veículos da cidade aumentou em 50%, passando de 40 para 60 mil, situação que causa estresse no trânsito com o

se tornasse um importante polo automotivo. Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Porto_Real (Acessado em 03 de fevereiro de 2013)

⁵⁶ Disponível em <http://www.riogrande.rs.gov.br/pagina/index.php/noticias/detalhes+bba2e,,prefeito-abre-neste-domingo-programacao-festiva-do-aniversario-da-cidade.html> (Acessado em 23 de fevereiro de 2013)

crescente número de carros nas ruas; o serviço de atendimento, tanto das instituições públicas, (como postos de saúde, hospitais etc.) como de empresas privadas (restaurantes, hotéis, bancos etc.) tornou-se problemático em decorrência da falta de organização dessas estruturas, tanto física como humana, não acompanhando o ritmo do desenvolvimento da cidade com o crescimento populacional resultante da chegada de migrantes.

A chegada de migrantes de outros estados do Brasil, principalmente baianos, cariocas e paulistas, trouxe mudanças também no campo da cultura, pois ocorre uma mistura entre a cultura local e a cultura de diferentes lugares; com uma maior exigência de qualificação profissional, os trabalhadores riograndinos assistem a transformações também na área profissional, visto que surgem vários postos de trabalho advindos da indústria naval, mas o trabalhador local não possui capacitação para o cargo. Outra mudança significativa no que se refere à mão de obra é a migração de trabalhadores de diversas áreas para atuarem no Polo Naval e *Offshore*. Muitos comerciários da cidade, por exemplo, estão abandonando seus postos de trabalho para atuarem no Polo Naval em troca de melhores salários e outros benefícios, como plano de saúde, vale transporte, vale refeição, além da oportunidade de crescimento profissional dentro das empresas, fato que tem causado preocupação para os proprietários dos estabelecimentos comerciais de Rio Grande, pois ocasiona a escassez de mão de obra para tais empresários. Essas são algumas mudanças decorrentes da consolidação da indústria naval e *offshore* no município.

Rio Grande, diferente de muitas cidades do Rio Grande do Sul, tem suas raízes na relação com o mar. Situada no extremo sul do Brasil, é gentilmente espremida pela Lagoa Mirim, pela Lagoa dos Patos, a maior laguna do Brasil, e pelo Oceano Atlântico, sendo que, com os dois últimos, mantém fortes atividades econômicas, largamente representadas pela pesca e movimentações portuárias.

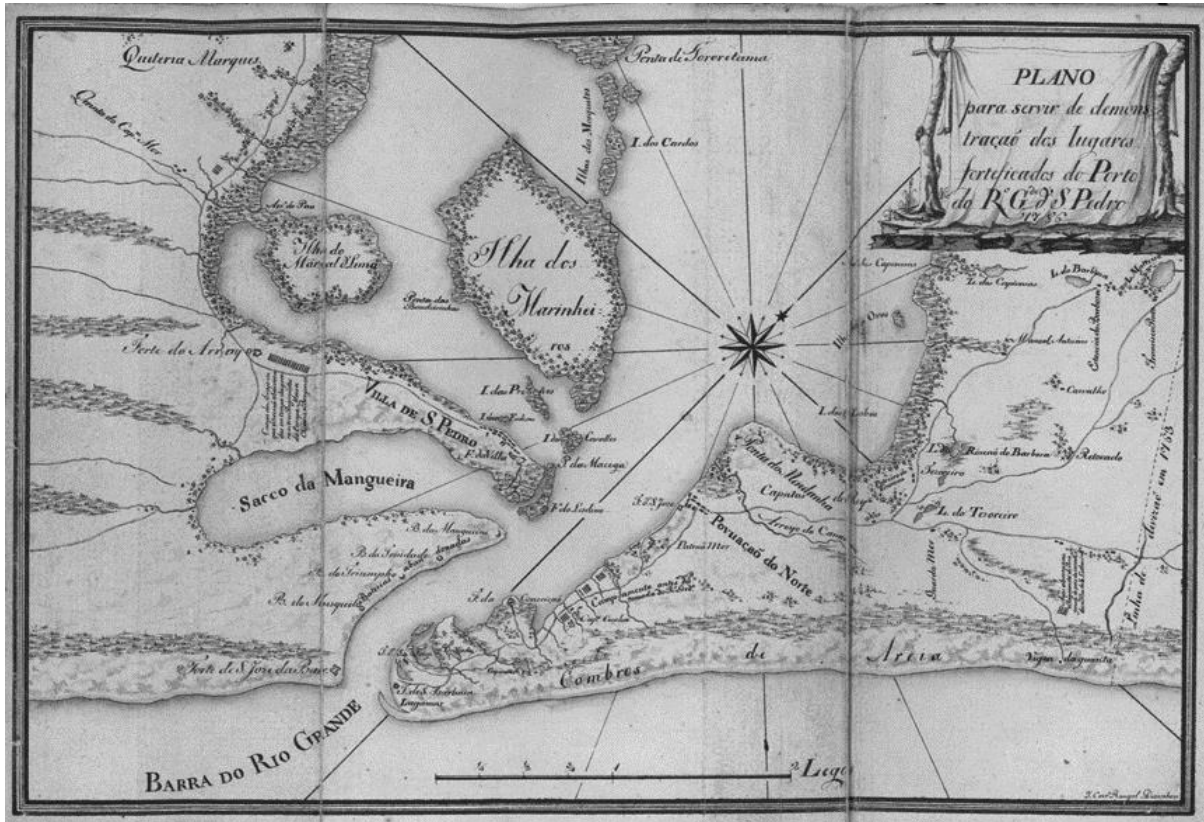


Figura 15 – Mapa da origem da cidade de Rio Grande iniciada com o Forte Jesus-Maria-José⁵⁷

Desde os primórdios do século XVIII, durante as disputas entre Portugal e Espanha pelo controle da navegação do Rio do Prata, essencial para as atividades comerciais e o escoamento da produção de ouro e prata da região, Rio Grande se destaca pela importância estratégica e se insere como área de viável desenvolvimento econômico. Com a construção do Forte Jesus-Maria-José, no início do século XVIII, teve início o assentamento urbano da cidade. O dia 19 de fevereiro de 1737 marca oficialmente o surgimento da cidade de Rio Grande com o desembarque do Brigadeiro José da Silva Paes na margem direita do canal, sendo parte de um projeto geopolítico amplo que teria desdobramentos em atividades bélicas e diplomáticas nas décadas seguintes (ALVES, 1997).

No final do século XVIII, Rio Grande começa a sentir os resultados benéficos da atividade pecuária que se desenvolvia no sul do estado com o advento da era

⁵⁷ Imagem reproduzida do manuscrito "Defesa da Ilha de Santa Catarina e do Rio Grande de São Pedro", de José Correia Rangel (1786), pertencente ao acervo do Arquivo Histórico Militar de Lisboa. – 1786. Disponível em http://fortalezas.org/?ct=fortaleza&id_fortaleza=376 (Acessado em 23 de fevereiro de 2013)

charqueadora, tornando-se o principal centro de comércio no início do século XIX. Conforme Alves (1997, p.40):

(...) o avanço comercial rio-grandino deu-se através do escoamento pelo seu porto de boa parte da produção pecuário-charqueadora rio-grandense, com destaque para os couros de boi, o charque, os chifres, a graxa, a carne em barris, o sebo e o tutano em bexigas.

No ano de 1850, o cais do Porto de Rio Grande era considerado insuficiente para atender à demanda, necessitando de reformas que só foram realizadas anos depois, em 1871. No ano de 1881, o cais ainda passava por reformas para seu prolongamento.

Assim como o cais do Porto passava por um processo de expansão, a cidade de Rio Grande também crescia economicamente e vivenciava um grande avanço demográfico. Em 1809, a cidade possuía em torno de dois mil habitantes; em 1834, a população atingia quatro mil habitantes e, no ano de 1851, entre doze e quatorze mil. Esse número dobrou no início do século XX, permanecendo em torno de trinta mil habitantes.

No final do século XIX, a sociedade riograndina era constituída de uma elite formada por comerciantes e proprietários de grandes estabelecimentos ligados às atividades pecuário-charqueadoras, por militares de alta patente e também por escravos. Na virada do século, começa a surgir um novo estrato social, intermediário entre a elite e a escravaria: um incipiente operariado, resultado do início do processo de industrialização.

O lugar que, no início do século XVIII, começou com o Forte Jesus-Maria-José, com seu papel estratégico-militar e administrativo, durante o século XIX sofre uma série de transformações, passando a exercer funções de centro comercial, tornando Rio Grande importante no contexto regional. Durante o século XX, mudanças continuaram acontecendo, bem como alguns períodos de estagnação, como a ocorrida na década de 80. Entre os anos de 1960 e 1970, Rio Grande é cenário de grandes projetos para a cidade, momento de grande desenvolvimento econômico semelhante ao vivido agora. No final de 1969, o Superporto passa pela segunda vez por um processo de ampliação, a primeira foi datada entre os anos de 1909 e 1915. Hoje, após vinte anos sem a implantação de um terminal de cargas, o Superporto é novamente expandido e agora na sua totalidade, com a apropriação de seus quatro quilômetros de área livre para cais. Este espaço é destinado, hoje, à instalação de terminais de contêineres, polo naval, terminais químicos e

petroquímicos, derivados de madeira, papel e celulose e, mesmo com a ampliação, fez-se necessário o desdobramento do complexo portuário até o município de São José do Norte.

Parte de uma decisão do Governo Federal de reativar a indústria naval e de descentralizá-la, entre os macro vetores, potencializadores do desenvolvimento econômico do município e da região, o Polo Naval e *Offshore* destaca-se como o mais imponente em termos de escala de produção, setores industriais envolvidos e de valor agregado dos seus produtos⁵⁸.

Devido a sua localização, o Porto de Rio Grande é considerado, atualmente, um dos portos mais importantes da cadeia logística do Brasil e também o mais importante para o desenvolvimento do MERCOSUL⁵⁹. É um dos grandes responsáveis pela exportação e importação de produtos do país, sendo a economia da cidade concentrada na maior parte na atividade portuária. É possível perceber isso quando transitamos pela região do Porto, sendo verificada a intensa movimentação de carros e motos, bem como de ônibus, caminhões e trens envolvidos na atividade portuária, como, por exemplo, os ônibus transportando os operários ou caminhões e trens carregando produtos que serão exportados ou que estão sendo importados, desde grãos a carros.

Palco de uma política nacional de renascimento da indústria naval, Rio Grande abriga, hoje, além de grandes empresas responsáveis pela consolidação do Polo Naval e *Offshore* com a construção de plataformas e cascos de navios, diversas empresas que exportam e importam produtos a partir dos terminais do Porto de Rio Grande, como a ADM, Amaggi, Bianchini S/A, Bunge, Cargill, CHS, Cooperoque, Cotrisal, Coxilha, Giovelli, Granol, Heringer, Mosaic, Marasca, Nidera, Phenix, Piratini, Tecon, Yara Brasil e Timac Agro. Atualmente, os portos brasileiros são responsáveis por 95% do movimento das importações e exportações do país.

58

Disponível

em

http://www.fee.tche.br/sitefee/download/eeg/6/mesa7/Polo_Naval_e_Desenvolvimento_Regional_da_Metade_Sul_do_RS.pdf (Acessado em 17 de fevereiro de 2013)

⁵⁹ Em 1991, o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) foi criado por meio do Tratado de Assunção. É um bloco econômico que foi formado por Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Outros países podem fazer parte das negociações do bloco, mas são considerados apenas como associados. Estes são Bolívia, Chile, Peru, Colômbia e Equador. A Venezuela ingressou no grupo em 2006. E o México permanece como observador. Disponível em <http://www.infoescola.com/geografia/mercosul/> (Acessado em 20 de fevereiro de 2013)

Além de ser o maior complexo portuário do sul do Brasil, a cidade destaca-se também por ser um dos municípios que compõem a Costa Doce⁶⁰, o maior complexo lacustre do mundo, com as Lagoas Mangueira, Mirim e Laguna dos Patos. Através da Lagoa dos Patos, a cidade liga-se ao Lago Guaíba, que banha Porto Alegre, bem como aos rios que desembocam neste, como o rio Jacuí e o rio dos Sinos.

A cidade de Rio Grande possui a praia mais extensa do mundo, a Praia do Cassino, com uma extensão de aproximadamente 240 quilômetros ao longo do Oceano Atlântico, sendo ornamentada por dunas de areia em toda a costa litorânea.

Na zona central do município, os principais pontos turísticos a serem visitados, contam com prédios antigos, como a Biblioteca Rio-Grandense (fundada em 15 de agosto de 1846 e com quase 500 mil obras, é uma das maiores no Brasil), a Catedral de São Pedro (templo religioso mais antigo do Rio Grande do Sul), a Igreja de Nossa Senhora do Carmo (construção em estilo neogótico), o prédio da Alfândega (considerado um dos mais bonitos do Rio Grande do Sul), o Sobrado dos Azulejos (localizado na Rua Riachuelo, rua que abriga outros prédios históricos), o Museu Oceanográfico Prof. Eliezer de Carvalho Rios, da FURG (considerado o mais completo museu oceanográfico da América Latina) e o Museu Antártico (uma reprodução das primeiras instalações da Estação Antártica Comandante Ferraz, anexo ao Museu Oceanográfico). Para completar os espaços turísticos e culturais, não podia faltar nesta lista o Mercado Municipal, um dos mais antigos do estado.

O sistema de educação da cidade de Rio Grande conta com 122 escolas⁶¹ divididas entre as redes de ensino particular e pública – esta última contemplando escolas municipais, estaduais e federais –, sendo que 41 dessas instituições são de ensino técnico profissional⁶². Destacam-se no Ensino Médio o Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), antigo Colégio Técnico Industrial (CTI), que possui cursos técnicos de nível médio e também cursos tecnológicos de nível superior, e a Escola Técnica Estadual Getúlio Vargas. No que refere à educação de nível superior, além do IFRS, Rio Grande conta com a Universidade Federal do Rio

⁶⁰ A Costa Doce está localizada ao Sul do Brasil, estendendo-se pelas regiões Centro-Sul e Sul do Rio Grande do Sul. Disponível em <http://www.turismo.rs.gov.br/portal/index.php?q=destino&cod=3&opt=23&fg=2&tp=23> (Acessado em 17 de fevereiro de 2013)

⁶¹ Disponível em http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/busca_escolas.jsp (Acessado em 13 de fevereiro de 2013)

⁶² Disponível em http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/educ_prof.jsp?ACAO=acao2# (Acessado em 13 de fevereiro de 2013)

Grande, a FURG, a Faculdade Anhanguera do Rio Grande, uma instituição de ensino que pertence à Rede Anhanguera e também a Unisinos⁶³, a qual inaugurou uma unidade em Rio Grande, oferecendo cursos presenciais de pós-graduação *lato senso*, através de MBAs Unisinos, cursos de especialização e MBA a distância.

Como em todos os lugares aos quais chega o desenvolvimento, mudanças acontecem, sejam elas boas ou ruins. Com Rio Grande não foi diferente. Ao estabelecer um primeiro contato com os riograndinos, pude perceber, através de suas falas, que o progresso pode, às vezes, não ser tão proveitoso como se imagina. Pode causar transtornos. Muitos moradores da cidade, estes já acostumados com a chegada de trabalhadores oriundos de várias partes do Brasil em razão da presença marinha no município, reclamam da “invasão” sofrida com a chegada de trabalhadores baianos, paulistas, cariocas e pernambucanos, para atuarem no Polo Naval, invasão sentida em seu cotidiano. A rotina do riograndino mudou. Trânsito caótico com engarrafamentos e estacionamentos lotados, preços abusivos dos produtos, serviços, da mão de obra e do setor imobiliário. Filas gigantescas nos restaurantes, bancos e até nas unidades de pronto-atendimento médico, como UNIMED, chamados hoje de “postão”, visto o crescente número de pacientes em fila de espera.

As diferenças culturais percebidas nos modos de viver e de se relacionar desses migrantes, principalmente de baianos e cariocas, causam estranheza ao povo local. Esses mesmos trabalhadores admitem ao dizerem “somos um povo extrovertido, diferente do gaúcho e, em alguns momentos, essa “extroversão” tem causado situações inusitadas, como, por exemplo, sofás, piscinas de plástico e churrasqueiras colocadas nas calçadas e banhos no chafariz da Praça Tamandaré, riograndinas sendo assediadas, entre outras⁶⁴.

Com a instalação do Polo Naval e *Offshore* no município, ao andar pelas ruas de Rio Grande podemos observar um cenário curioso. Misturam-se aos moradores desta cidade os trabalhadores das principais empresas envolvidas neste empreendimento. Esses trabalhadores vestem macacões coloridos, cada cor representando uma empresa (QUIP: azul; PETROBRAS: laranja; Ecovix-Engevix: cinza), o que faz com que, por onde passem, além da mistura de sotaques e o

⁶³ Disponível em <http://www.unisinos.br/institucional/onde-estamos/rio-grande> (Acessado em 13 de fevereiro de 2013)

⁶⁴ TORMA, Caroline. DIVERIO, Rafael. *Rio Grande: a república dos macacões coloridos*. **Jornal Zero Hora**. Porto Alegre: 27 jan. 2013. Reportagem especial, p. 04.

grande número de trabalhadores reunidos, sejam reconhecidos através das cores dos uniformes como trabalhadores do Polo Naval, cores que ao mesmo tempo diferenciam e também agregam.

Devido à falta de alojamento que atendesse a chegada de tantos trabalhadores, muitos estabelecimentos de Rio Grande como videolocadoras, estúdio de rádios, colônias de férias etc., tornaram-se moradias ou casas coletivas, abrigando certa de 20 a 30 homens. Muitas vezes, o espaço físico dessas casas coletivas não comportam tantos trabalhadores, o que gera transtorno aos riograndinos os quais reclamam do barulho causado por esses moradores e também pela falta de higiene resultante da aglomeração de várias pessoas, formada basicamente por homens.

Este desenvolvimento motivado pela instalação e consolidação do Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande não para por aí. O pico de empregos ainda não atingiu seu máximo. Hoje, atuam no Polo Naval cerca de 10 mil trabalhadores, número que poderá dobrar com os novos empreendimentos que estão previstos, chegando a 20 mil trabalhadores, muitos deles, possivelmente, vindos de fora da cidade devido à falta de mão de obra qualificada.



Figura 16 – Trabalhador do Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande – RS⁶⁵

⁶⁵ Disponível em <http://blogdofavre.ig.com.br/tag/industria-naval/> (Acessado em 13 de fevereiro de 2013)

5.2 Pelotas: tradição em educação profissional

Pelotas é reconhecida por ser a Capital Nacional dos Doces, pela Praia do Laranjal, pela beleza dos teatros Sete de Abril e Guarany, pela magnífica Catedral São Francisco de Paula – a qual guarda no seu interior as pinturas do famoso pintor ítalo-brasileiro Aldo Locatelli –, pela beleza arquitetônica dos seus casarios, pelas praças e monumentos, pelas charqueadas⁶⁶. Foram as charqueadas que deram origem a povoação, que proporcionaram o crescimento da cidade de Pelotas, dando a ela uma maior importância econômica, tornando-a um centro industrial e comercial, numa época em que os teatros, clubes e carruagens dividiam espaço com os tropeiros que ali chegavam com o gado.

Em junho de 1758, surge a primeira referência histórica da origem do município, através da doação feita por Gomes Freire de Andrade, Conde de Bobadela, das terras que ficavam às margens da Lagoa dos Patos, ao Coronel Thomáz Luiz Osório⁶⁷. No dia 7 de julho de 1812, parte do território rio-grandense, onde hoje se encontra a cidade de Pelotas, passa a ser designada como freguesia São Francisco de Paula, começando neste momento a sua história oficial. Atinge a condição de vila em 1830 ainda com o mesmo nome, e, em 1835, agora com o nome de Pelotas, torna-se cidade.

Diz-se que o nome Pelotas teve origem na denominação *pelota* utilizada para designar a canoa de couro usada pelos indígenas rio-grandenses para a travessia dos rios, daí o nome da cidade, que antes batizou o arroio por onde estas embarcações navegavam.

[...] dizia-se que os indígenas rio-grandenses usavam uma canoa de couro para a travessia dos rios. E que a batizaram de **pelota**. Hoje, uma versão nova assegura que a pelota tem origem marroquina e que era desconhecida pelos aborígenes.

Indígenas ou marroquinos, o certo é que o Arroio Pelotas recebeu o nome das embarcações frequentemente utilizadas na sua travessia. Depois, a partir da proliferação das charqueadas nas terras marginais do arroio, **Costa do Pelotas**, passou a designar, genericamente, a movimentada região. Por fim, elevada a Vila São Francisco de Paula à categoria de cidade, após muita discussão, foi aprovado o nome de **Cidade de Pelotas**, em homenagem “ao fato

⁶⁶ Lugar onde a carne era salgada e exposta ao sol para durar bastante tempo.

⁶⁷ Disponível em <http://www.pelotas.rs.gov.br/cidade/historia.php> (Acessado em 18 de dezembro de 2012)

histórico que aglomerara com a rapidez do raio a gente e a riqueza da localidade”. (MAGALHÃES, 1981, p.11)

Na margem deste mesmo arroio, o Pelotas, proliferaram as charqueadas, muitas delas impulsionadas por um português chamado José Pinto Martins, retirante da seca do Ceará em 1777. Pioneiro no saladeirismo⁶⁸ no Rio Grande do Sul, Pinto Martins aliou o conhecimento adquirido no Nordeste à sua visão de industrialista, fundando, em 1779, a primeira charqueada, uma rudimentar fábrica de salgação de carne, processo já praticado no território gaúcho como atividade econômica de subsistência, mas que, a partir daí, transformou-se num tipo de indústria poderosa, a do charque, impulsionando o desenvolvimento local. O nome da cidade homenageia o fato histórico das charqueadas, cuja relevância é explicada na expressão de Domingos José de Almeida: “ao fato histórico [estabelecimento das charqueadas] que aglomera com a rapidez do raio a gente e a riqueza da localidade” (MAGALHÃES, 1999, p.13).

Pioneira no Rio Grande do Sul, a indústria do charque logo assumiu tamanha importância, que em 1808, Pinto Martins possuía uma casa comercial em Rio Grande e com o apoio dos estancieiros empregava grande número de famílias, aumentando o tráfego fluvial, proporcionando cargas aos escassos navios e dedicando-se também à agricultura no Laranjal. (VAROTO; SOARES, 1995, p.37)

A fortuna gerada em Pelotas deve-se, principalmente, ao fato de tal cidade ser núcleo das charqueadas. Considerada durante o século XIX uma das cidades mais ricas e adiantadas da Província, proporcionou aos cidadãos pelotenses o contato com a Europa, ocasião vista por aquela sociedade como oportunidade de refinamento cultural. Com esse intercâmbio com os europeus, os pelotenses aprenderam a cultivar o hábito da leitura, a frequentar teatros e salões. Conforme Magalhães (1999, p.61):

Pelotas foi a cidade que mais enriqueceu a cultura rio-grandense de valores intelectuais, Tanto que recebeu, no passado, o cognome de “Atenas do Rio Grande”. Livrarias, teatros, jornais, bibliotecas, associações artísticas e escolas de ensino superior foram se multiplicando na paisagem local, como confirmação do merecimento e garantia de permanência do título tão orgulhosamente ostentado.

A partir da indústria saladeiril constroem-se fortunas sólidas. Os filhos dos charqueadores, das famílias abastadas, iam estudar em São Paulo, Rio de Janeiro e na Europa.

⁶⁸ Atividade relacionada ao cultivo do charque.

Pelotas é pioneira em vários aspectos. Sedia até hoje a quarta emissora de rádio fundada no Brasil, realizou a primeira experiência em raio X e nas letras, obteve projeção com lobo da Costa, maior poeta romântico do Rio Grande do Sul, e com Simões Lopes Neto, maior folclorista do Estado (VAROTO; SOARES, 1995, p.31).

Hoje, Pelotas é reconhecida por ser uma cidade universitária, centro de referência em educação profissional. Foi em Pelotas que, em 1883, surgiu a Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, a mais antiga do Brasil. A Princesa do Sul, como é carinhosamente chamada, possui, hoje, três universidades, uma pública – a Universidade Federal de Pelotas (UFPel) – e duas privadas – a Universidade Católica de Pelotas (UCPel) e Faculdade Anhanguera. Possui também o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, IFSul, a antiga Escola Técnica, tradição em formação educacional e profissional, que também oferece cursos de graduação e pós-graduação.

Além dessas instituições de ensino superior, Pelotas possui, atualmente, 216 escolas⁶⁹ distribuídas entre públicas – municipais e estaduais – e particulares.



Figura 17 – Vista aérea da cidade de Pelotas – RS⁷⁰

⁶⁹ Disponível em http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/busca_escolas.jsp (Acessado em 20 de fevereiro de 2013)

Por ser uma cidade universitária, recebe todos os anos estudantes de várias partes do Brasil. Muitos deles são oriundos da região sul do Estado do Rio Grande do Sul, de municípios que não possuem cursos profissionalizantes e tampouco universidades públicas. Para os jovens que buscam qualificação profissional, a cidade de Pelotas representa a continuidade dos estudos, tornando-se o ponto de apoio, um porto seguro para aqueles que pretendem seguir este caminho, o caminho do conhecimento e da qualificação. Ao migrarem para Pelotas, muitos jovens são acolhidos na casa de parentes, alojam-se em pensionatos ou na Casa do Estudante⁷¹. Outros viajam diariamente de cidades mais próximas, como São Lourenço, Piratini, Arroio Grande, Jaguarão, Canguçu e Pedro Osório.

Após esse período dedicado aos estudos, muitos jovens partem em busca de trabalho em outras cidades do Estado e do Brasil. Hoje, com a consolidação do Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande, para muitos deles surge a oportunidade dessa realidade ser modificada. Ao tentar uma vaga no mercado de trabalho oferecido pelo Polo Naval, além de aprimorar o que aprenderam, terão o direito a escolha: decidir se querem ir embora para outras regiões, não tendo a partida como a única opção.

Pelotas, pela proximidade que tem com a cidade de Rio Grande, participa de forma contundente no processo de consolidação do Polo Naval e *Offshore*. Um exemplo disso é o fato de todos os dias, centenas e centenas de trabalhadores se deslocarem de Pelotas rumo à cidade de Rio Grande em razão do Polo Naval e *Offshore*. Muitos desses trabalhadores são pelotenses, outros são de várias partes do país e do mundo que buscam em Pelotas lugar para morar enquanto trabalham na construção das plataformas em Rio Grande. Outra contribuição de Pelotas para a estabilização do empreendimento na região é a variedade de cursos técnicos disponibilizados no município, como, por exemplo, os ofertados pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense (IFSul), *campus*

⁷⁰ Disponível em <http://almanaquedazonasul.blogspot.com.br/2012/09/opinio-do-blog-o-que-pelotas-realmente.html> (Acessado em 23 de fevereiro de 2013)

⁷¹ Casa do Estudante é um alojamento estudantil mantido pela UFPel há mais de trinta anos. Localizada no centro da cidade de Pelotas, tem capacidade para 203 moradores, com população mista, distribuída em quartos femininos e masculinos. Seu objetivo é atender às necessidades de alojamento dos alunos de graduação regularmente matriculados em seus cursos, residentes, preferencialmente, fora da cidade de Pelotas e identificados na análise sócio-econômica realizada pela Coordenadoria de Benefícios Estudantis. Disponível em <http://conservacaoerestauo.wordpress.com/alunos/programa-de-bolsas/> (Acessado em 05 de dezembro de 2012)

Pelotas, que oferece além de cursos técnicos regulares, que atendem de forma direta e indireta as demandas do setor, disponibiliza também cursos de extensão, como PROMINP e PRONATEC. A cidade conta também com empresas privadas e centros de formação profissional do Sistema S, como o SEST-SENAT, SENAI, SENAC etc., para a capacitação dos trabalhadores, além de uma universidade pública e duas privadas.

Enfim, Pelotas participa e sente os reflexos das transformações ocorridas com a implantação do Polo Naval e *Offshore* na cidade vizinha de Rio Grande. Em diferentes situações o povo pelotense percebe os reflexos desta mudança. Percebe o aumento no valor dos imóveis, tanto para a compra como para locação, ao mesmo tempo em que cresce a construção civil, o aumento do fluxo de carros, ônibus e caminhões, o crescimento do comércio, inclusive com a aquisição de um *shopping center*. Enfim, Pelotas, importante cidade da região sul, participa de forma expressiva na consolidação da indústria naval na região.



CONSTRUINDO O ÚLTIMO PERCURSO I:
IFSul e Relação com os Arranjos Produtivos Locais



6. CONSTRUINDO O ÚLTIMO PERCURSO I: IFSUL E RELAÇÃO COM OS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS

*Quando a educação não é libertadora,
o sonho do oprimido é ser o opressor.*
Paulo Freire

Neste capítulo será apresentado o tema da relação entre o Instituto e arranjos produtivos locais (APLs). Para isso, farei uso de referenciais teóricos, das legislações, bem como da fala dos entrevistados ao longo da pesquisa.

O capítulo se subdivide em **Missão dos institutos federais** que trata sobre a Lei 11.892/2008, lei que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, deste modo informando a finalidade dos IFs, como se caracterizam e quais seus objetivos, **Expansão e mudanças dos institutos** que aborda o processo de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e sua relação com os arranjos produtivos locais e, por último, encerrando este capítulo, **Empresas privadas e instituições públicas de ensino** que discute a relação entre o setor público e o privado, com ênfase na relação IFSul e o mundo do trabalho, principalmente as questões que se referem ao Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande.

6.1 Missão dos Institutos Federais

Neste espaço irei discorrer sobre a missão dos institutos federais, especialmente sobre a sua legislação, formação educacional e profissional dos alunos e a relação entre a instituição e o mundo do trabalho. Conforme consta no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)⁷² do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense (IFSul), no que tange o perfil institucional, o Instituto possui a incumbência de

(...) implementar processos educativos, públicos e gratuitos, de ensino, pesquisa e extensão, que possibilitem a formação integral mediante o conhecimento humanístico, científico e tecnológico e que

⁷²

Disponível em http://www.ifsul.edu.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=32&Itemid=37 (Acessado em 23 de fevereiro de 2014)

ampliem as possibilidades de inclusão e desenvolvimento social. (PDI, 2012, p.23)

Pensar a respeito da missão dos Institutos Federais é pensar em uma educação emancipatória⁷³, de conhecimento abrangente e sólido. É pensar em formação humana e cidadã, em inclusão social. É pensar na possibilidade de sintonia entre currículo e demandas sociais, econômicas e culturais. É pensar em ensino, pesquisa e extensão.

Como forma de proporcionar uma visão mais aprofundada sobre a missão dos IFs⁷⁴, começarei pela Lei 11.892/2008, lei que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação, e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Conforme o Diário Oficial da União do dia 30 de dezembro de 2008:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do sistema federal de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação e constituída pelas seguintes instituições:

I - Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - Institutos Federais;

II - Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR;

III - Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET-RJ e de Minas Gerais - CEFET-MG;

IV - Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais. (SILVA, 2009, p.13)

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica formada a partir dessas instituições de ensino, totaliza hoje 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia distribuídos em todo território brasileiro. Os Institutos Federais são:

[...] instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e *multicampi*, especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimento técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta lei. (PACHECO; MORIGI, 2012, p.22)

⁷³ “A primeira condição para que um ser possa assumir um ato comprometido está em ser capaz de agir e refletir. É preciso que seja capaz de, estando no mundo, saber-se nele. Saber que, se a forma pela qual está no mundo condiciona a sua consciência deste estar, é capaz, sem dúvida, de ter consciência desta consciência condicionada. Quer dizer, é capaz de intencionar sua consciência para a própria forma de estar sendo, que condiciona sua consciência de estar”. (FREIRE, 2001, p. 16) Emancipação, para Paulo Freire, está associada à tomada de consciência dos sujeitos sobre o seu estar no mundo, seu tempo histórico e aos determinantes econômicos, políticos e culturais.

⁷⁴ A partir deste ponto, serão utilizadas as siglas IF e IFs para se referir, no corpo do texto, a Instituto Federal e Institutos Federais, respectivamente, desde que o nome por extenso não seja indispensável à compreensão do texto.

Segundo o art. 6º. da lei mencionada, os Institutos Federais têm por finalidades e características:

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente. (SILVA, 2009, p.37)

Apresentada a finalidade dos IFs e como se caracterizam, passo agora a detalhar seus objetivos. Conforme o artigo 7º., os IFs devem:

I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na

produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e

VI - ministrar em nível de educação superior:

a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;

c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e

e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica. (SILVA, 2009, p.40)

Assim, considerando os objetivos elencados como parte integrante do processo de efetivação da missão dos IFs, pode-se perceber que a Instituição, como evidencia a sua tradição, se mantém interligada ao mundo do trabalho ao objetivar a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais a partir da disponibilidade de cursos de formação inicial e continuada para trabalhadores. Na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional, estimulam e amparam processos educativos que promovam a geração de trabalho e renda e a emancipação do cidadão. Ainda, os IFs, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, desenvolvem atividades de extensão com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos. E, a partir da oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, estes espaços de educação profissional se mostram como campo de possibilidades de uma formação profissional que dialoga com as demandas do mundo do trabalho. Frigotto nos questiona: “Como instaurar processos educativos que desenvolvam o conhecimento e a formação de uma consciência que reforça os interesses populares sem uma análise adequada desta realidade?” (FRIGOTTO, 2012, p.31). Por isso a importância da pesquisa.

Seguindo este propósito de criar possibilidades de desenvolvimento e de fortalecimento de soluções técnicas e tecnológicas, beneficiando o crescimento local e regional, entre os objetivos dos IFs está a pesquisa.

Aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, verdadeiros fomentadores do diálogo dentro de seu território, cabe provocar a atitude de curiosidade frente ao mundo e dialogar com este mundo numa atitude própria de pesquisa. Na relação com a pesquisa, o ato de pesquisar, nos Institutos Federais, deve vir ancorado em dois princípios: o princípio científico, que se consolida na construção da ciência; e o princípio educativo, que diz respeito à atitude de questionamento diante da realidade. O desafio colocado para os Institutos Federais no campo da pesquisa é, pois, ir além da descoberta científica. Em seu compromisso com a humanidade, a pesquisa, que deve estar presente em todo o trajeto da formação do trabalhador, deve representar a conjugação do saber e de mudar e se construir, na indissociabilidade da pesquisa, ensino e extensão. E mais: os novos conhecimentos produzidos pelas pesquisas deverão estar colocados a favor dos processos locais e regionais numa perspectiva de seu reconhecimento e valorização no plano nacional e global. (BRASIL, 2010, p.35)

Ao instigarem o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas a partir da pesquisa, os IFs promovem benefícios à sociedade quando o resultado de suas pesquisas se mostra articulado aos processos produtivos locais e regionais.

Uma das metas dos IFs é ministrar, em nível de educação superior, cursos de tecnologia, cursos de licenciatura, bacharelado, engenharia, pós-graduação *lato sensu*, pós-graduação *stricto sensu*, além de executar programas especiais de formação pedagógica.

Como princípio em sua proposta político-pedagógica, os Institutos Federais deverão ofertar educação básica, principalmente em cursos de ensino médio integrado à educação profissional técnica de nível médio; ensino técnico em geral; cursos superiores de tecnologia, licenciatura e bacharelado em áreas em que a ciência e a tecnologia são componentes determinantes, em particular as engenharias, bem como programas de pós-graduação *lato* e *stricto sensu*, sem deixar de assegurar a formação inicial e continuada do trabalhador e dos futuros trabalhadores. (BRASIL, 2010, p.26)

A partir dos objetivos dos Institutos aqui expostos, percebe-se que este tipo de modalidade de ensino visa não só à formação de profissionais para o mercado, mas sim de cidadãos reflexivos e críticos para o mundo do trabalho, como defende o entrevistado do Grupo de Gestão do IFSul (GGIF) ao corroborar que “nos processos formativos é essencial que nós possamos formar pessoas que possam fazer a reflexão da realidade” (Entrevistado GGIF-1), caracterizando, assim, o exercício da cidadania como um dos diferenciais da educação profissional, no Brasil.

Um dos grandes desafios dessa nova perspectiva para a EPT é construir uma visão de formação profissional e do trabalho que ultrapasse o sentido da subordinação às restritas necessidades do mercado, contribua para o fortalecimento da cidadania dos trabalhadores e democratização do conhecimento em todos os campos e formas. Por esta razão, considera-se fundamental a articulação das políticas de EPT com os programas de trabalho, emprego, renda, inclusão e desenvolvimento social, cabendo às primeiras agir como indutoras de emancipação, enquanto as últimas devem ter caráter provisório. (PACHECO; MORIGI, 2012, p.19)

Assim, rompe-se com essa visão de formação profissional restrita às necessidades do mercado, pois “abandona-se a velha verdade burguesa, de preparar mão de obra para o mercado de trabalho, e afirma-se a clara intenção de dissolver o caráter de mercadoria da força de trabalho” (FRIGOTTO, 1986, p.12).

Um dos desafios que se apresenta para o IF é a criação e a nacionalização de tecnologias. Na entrevista realizada com um dos gestores do IFSul a respeito da nacionalização de tecnologias fica evidente o interesse da Instituição em nacionalizar tecnologias.

[...] eu quero um Brasil que tenha subsistência tecnológica. Porque que a maioria dos produtos médicos são importados Por quê? A gente não tem cabeça pra fazer? Tem. Bom, então, muitas cabeças estão aonde? Cabe a estas instituições, aos institutos não só atenderem a essa demanda primeira, o que a gente atende, bom, mas, pra isso também tem uma rede que o Sistema S, que tem outras escolas, então tá todo mundo num esforço concentrado para atender esta demanda, mas também tem uma necessidade que é, bom, nós temos que nacionalizar tecnologias. Então necessito ter um Polo Naval, mas também necessito criar um polo tecnológico naval, por exemplo, aqui, entendesse? E entre outras coisas, mas só to colocando, não vai ser só o Instituto, tem que ser o Instituto, as universidades públicas, privadas e todos aqueles que se achem em condições, empresas, de tentar. (Entrevistado GGIF-1)

Para que seja possível nacionalizar tecnologia, como podemos perceber no trecho anterior, é necessário que haja um esforço conjunto entre o Instituto, universidades, públicas e privadas, e todos aqueles que possuem interesse e condições de participar dessa tentativa de criação de subsistência tecnológica.

A atenção dada por Álvaro Vieira Pinto à tecnologia surge de sua certeza de que “passar do subdesenvolvimento ao desenvolvimento exige manusear o mundo de forma mais elaborada” (FREITAS, 2006, p.13). É preciso refletir sobre a realidade para poder ter visibilidade e assim transformá-la.

[...] eu tô lá formando um técnico em agropecuária e talvez não tenha essa visibilidade do homem do campo, da necessidade do campo, da necessidade social do campo. Tô formando um técnico em eletrônica

que não tem visibilidade. Nós temos que nacionalizar a tecnologia para que a gente possa não só subsistir num mercado internacionalizado, globalizado, mas também que... qual tecnologia que eu vou nacionalizar, a arma que mata ou o aparelho que faz escutar melhor? (Entrevistado GGIF-1)

Desta maneira, o entrevistado acima demonstra sintonia com as concepções e diretrizes dos IFs, conforme pode ser observado a seguir:

Com essa dimensão, seria equivocada e reducionista, pois, imaginar que a necessidade da formação para ocupar os postos de trabalho seja a razão exclusiva e definidora para a educação profissional. As políticas públicas e inclusivas para a educação, em especial para a educação profissional e tecnológica, representam a intensificação da luta pela construção de um país que busca sua soberania e a decisão de ultrapassar a condição de mero consumidor para produtor de ciência e tecnologia, essencial nessa busca. (BRASIL, 2010, p.34)

Sobre o mesmo tema, Álvaro Vieira Pinto afirma que:

O trabalho que as massas executam funda sua visão de mundo. Nas formas inferiores, exploradas, humildes, o trabalhador não chega a ter senão uma noção sensível da realidade, e, ainda que deseje modificá-la, não alcança compreender como isso seria possível. Ao progredir nas formas de produção, se criam formas superiores de trabalho, realizado por um volume cada vez maior de pessoas, as quais, pela necessidade de fazê-lo bem, têm que possuir conhecimentos amplos. Precisam de instrução técnica e uma formação cultural que tende sempre a crescer, sem possibilidade de que interesses na execução do trabalho possam fixar-lhe um limite. A consciência do trabalhador, uma vez despertada, se descobre como um processo individual sempre mais independente. Com isso, sua percepção da realidade se engrandece, e aprofunda o conhecimento das causas de sua situação; e assim o indivíduo é levado a uma interpretação de si mesmo, de seu papel no mundo e na sociedade. (PINTO, 1973, p.244-245)

Assim, como consta nos objetivos dos IFs, visando promover um estreitamento das relações entre o espaço educacional e a comunidade, proporcionando aos trabalhadores excluídos do processo sua inserção no mundo do trabalho e, também, aos trabalhadores já incluídos no mundo do trabalho a oportunidade de adquirirem uma melhor qualificação e, assim, ocuparem postos de trabalho mais avançados foi criado o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico (PRONATEC).

O PRONATEC, surgido a partir do Ministério de Combate à Fome, tem como propósito a busca por melhores condições de vida e de trabalho para pessoas menos favorecidas, com o melhoramento das condições de trabalho e levando em

consideração a permanência dessas pessoas em seus locais, em suas regiões, com melhor produtividade e maior rendimento.

O Programa é uma iniciativa que proporciona uma integração entre a comunidade e as instituições de ensino executoras dos cursos, como é o caso do IFSul. Conforme um dos entrevistados, a partir de um

[...] edital onde a comunidade teve condições de apresentar projetos de cursos, dentro do guia do PRONATEC, cursos para gente analisar pra ver se eles seriam viáveis, se teriam uma demanda junto a prefeitura, aos demandantes, e esses projetos quase todos eles foram aproveitados, então eles vieram da própria comunidade do IFSul, a gente enquanto coordenação do PRONATEC, o nosso papel foi pequeno, nós simplesmente viabilizamos e os colegas elaboraram as suas propostas". (Entrevistado GGIF-9)

Sobre o tema, o entrevistado GGIF-8 afirma que:

O PRONATEC hoje ele está com mais de 16, se não me falha a memória, 18 Ministérios parceiros. Ele começou com o Ministério de Combate a Fome, que é o MDS, e que é a proposta principal, combate a fome, Ministério do Desenvolvimento Social que tem essa proposta de identificar as pessoas que têm essa baixa renda, ou não tem renda, que recebem o Bolsa Família, e buscar nessas pessoas, nas suas regiões, seus locais, cursos de capacitação pra que elas se integrem e não retire para exportar mas que integrem melhor no local onde eles trabalham, então é como nós vimos numa região de catadores, que a gente sempre cita como exemplo, e lá nos catadores fazer eles desenvolver aquele trabalho que eles já fazem normalmente, seus conhecimentos, qualificar esse conhecimento, melhorar esse conhecimento para que eles consigam produtividade e rendimento melhor que eles têm hoje, então não é tirar eles desse meio, mas capacitá-lo para que ele tenha, em resposta do conhecimento técnico, melhor atividade e maior ganho por isso. (Entrevistado GGIF-8)

Deste modo, como se pode perceber no trecho anterior e também no trecho a seguir, as propostas de atendimento às demandas locais, pelo Instituto, seja através de seus cursos regulares ou por programas governamentais, são vistas como importantes para o desenvolvimento de cada região, bem como imprescindíveis para a emancipação financeira, pessoal e social, de indivíduos em situação de extrema pobreza.

Hoje, por exemplo, o campus de Pelotas, quando foi criado há 60 anos, ele tinha um viés que atendia realmente a região aqui, hoje praticamente, agora com o Polo Naval menos, com essa retomada do crescimento da Região Sul melhorou, mas ele nos... um pouco antes disso acontecer ele praticamente exporta, praticamente nós produzíamos pessoas para exportação. Então a proposta dessa efetivação no Brasil, esse aumento da Rede Federal é exatamente atender a sua região, se precisa uma escola lá em Novo Hamburgo é

para atender a região de Novo Hamburgo, se existe uma necessidade em Lajeado que atenda a região de Lajeado, com aquela proposta daquela região. Então eles têm esse fundamento, o próprio PRONATEC faz isso com cursos de pequena duração ou de média, que nós não adotamos os cursos técnicos, nós adotados somente nos inserimos nos de pequena duração mas que atende pontualmente aquilo e resolve a situação, sempre eu digo, não é para tirar pessoas dali, não é pra fazer a mesma coisa que nós estávamos fazendo com a escola normal, mas sim de resgatá-la daquele meio que ela vive hoje e fazer ela ganhar com aquilo, sair dessa extrema pobreza, sair dessa invisibilidade que existe, mais de 20% no Brasil e dar a ele condições de dizer eu também posso e vou ser, posso entrar nesse mercado normal que todas as pessoas entram. (Entrevistado GGIF-8)

Desta maneira, percebe-se que há uma política de localizar as ofertas de ensino próximas das necessidades produtivas locais. Isso pode ser observado pela forte expansão dos *campi* dos institutos.

Os catorze *campi*, principalmente os *campi* novos que formam, atualmente, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense (IFSul), incluem em suas políticas ações que promovem um olhar mais atento das instituições aos Arranjos Produtivos Locais, os APLs, sendo esta ação parte constituinte dos objetivos propostos pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica em que, cada *campus* deve vincular-se aos APLs.

Conforme um dos entrevistados do GGIF, a relação entre Instituto e mundo do trabalho precisa ser direta e

(...) sempre buscando atualização de projetos para atender o mundo do trabalho. Se a necessidade hoje é o Polo Naval aqui, a gente tem que de alguma forma se articular pra fazer isso acontecer. Lá em Lajeado é área de alimentos, que é um polo de alimentos ali, enfim, bom, estamos botando um curso de alimentos lá, então é atender o mundo do trabalho, atender essa reação do mercado daquela região [...] pela região metropolitana de Porto Alegre, mas tem lá um polo automobilístico, por exemplo, então vamos botar uma parte Mecânica lá, isso é que estamos fazendo, a gente atua... cada definição dos cursos novos nessas novas unidades, dessa forma, vamos olhar para região, vamos ver o que ela precisa, o que esse mercado de trabalho quer, ta exigindo e vamos abrir cursos focados e para a gente trabalha com mecanismo de audiências públicas, a gente reuni todas as pessoas, as lideranças da cidade, município e escuta eles, isso faço parte [...] uma relação totalmente direta com mundo do trabalho daquela localidade, daquela região com a formação que a gente ta oferecendo, tem que ser assim, é pra isso que os Institutos vieram. (Entrevistado GGIF-5)

Dialogar com a região, pensar com ela e a partir dela. Instituto e sociedade interligados com o propósito de melhorar as condições de vida e de trabalho, proporcionando desenvolvimento local e construção de cidadania.

Atuar no sentido do desenvolvimento local e regional na perspectiva da construção da cidadania, sem perder a dimensão do universal, constitui um preceito que fundamenta a ação do Instituto Federal. O diálogo vivo e próximo dos Institutos Federais com a realidade local e regional objetiva provocar um olhar mais criterioso em busca de soluções para a realidade de exclusão que ainda neste século castiga a sociedade brasileira no que se refere ao direito aos bens sociais e, em especial, à educação. No local e no regional, concentra-se o universal, pois nada no mundo seria em essência puramente local ou global. A interferência no local propicia alteração na esfera maior. Eis por que o desenvolvimento local e regional deve vir no bojo do conjunto de políticas públicas que transpassam determinada região e não como única agência desse processo de desenvolvimento. (BRASIL, 2010, p.21)

De acordo com Lei 11.892/2008, no que tange as finalidades dos IFs – “(...) ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia” (par. I, art. 6º.) –, tais Institutos são criados para contribuir com o desenvolvimento local e regional na perspectiva da cidadania. Pensar no local é também pensar no cidadão.

[...] essa é a ideia do IFSul e eu posso usar essa palavra para todos os Institutos, tá no texto da lei, tu tens que atender a demandas do Arranjos Produtivos Locais daquela região, ponto. (Entrevistado GGIF-5)

Esse olhar mais atento das instituições em relação aos APLs é possibilitado, fundamentalmente, pelo trabalho do Observatório, como pode ser verificado no trecho abaixo, quando o entrevistado esclarece a respeito de como a Instituição toma conhecimento das demandas locais e regionais.

[...] nós temos um Observatório da Educação Continuada que deve articular esse tipo de informações e repassa, por exemplo, nós temos implantando três novas unidades em Gravataí, Lajeado e Sapiranga, o Observatório fez todo um estudo daquela região, o que que seria importante de formação naquela região e o passou para esses novos diretores que estão assumindo e eles consideraram isso, o Observatório é ligado diretamente ao reitor, a reitoria que faz esses estudos para atender aquela região. (Entrevistado GGIF-5)

Como exemplos deste entrelaçamento entre a Instituição e o mundo do trabalho, podem ser citados também o *campus* Santana do Livramento, em que é trabalhada a *expertise* da energia eólica, o de Jaguarão, com o Patrimônio Histórico,

o de Venâncio Aires, que, além do fumo, trabalha, também, a questão da refrigeração, climatização, energias renováveis e da eletromecânica, o de Sapucaia do Sul, sendo um polo do plástico. Assim, a partir desses exemplos, pode-se perceber a importância dos IFs no desenvolvimento local e regional.

Os Institutos Federais constituem um espaço fundamental na construção dos caminhos com vista ao desenvolvimento local e regional. Para tanto, devem ir além da compreensão da educação profissional e tecnológica como mera instrumentalizadora de pessoas para o trabalho determinado por um mercado que impõe seus objetivos. É imprescindível situá-los como potencializadores de uma educação que possibilita ao indivíduo o desenvolvimento de sua capacidade de gerar conhecimentos a partir de uma prática interativa com a realidade. Ao mergulhar em sua própria realidade, esses sujeitos devem extrair e problematizar o conhecido, investigar o desconhecido para poder compreendê-lo e influenciar a trajetória dos destinos de seu lócus de forma a tornar-se credenciados a ter uma presença substantiva a favor do desenvolvimento local e regional. (BRASIL, 2010, p.22)

Diferentemente dos *campi* que surgiram e surgem com a expansão e consolidação da Rede Federal, em que se configuraram e se configuram principalmente a partir das necessidades locais e regionais, o *campus* Pelotas procura atender não só às demandas locais como também, por ser a Instituição referência na profissionalização dos trabalhadores, fornecer pessoal especializado para outras regiões do Brasil e porque não dizer do mundo. Conforme um dos entrevistados,

[...] essas escolas que nascem, elas nascem vinculadas a aquele núcleo regional, por exemplo, agora, as escolas de Pelotas não tinham esse núcleo regional então nós formávamos para outras cidades, outros estados... talvez a solução não seja essa, a solução esteja no regional, regionalmente como é que está? Então... nós estamos caminhando, acho que tem muito a fazer, a estreitar, mas nós temos sim um trabalho mais estreito, claro que, como eu te falei, não existem respostas rápidas, as pessoas as vezes nós cobram respostas rápidas, não tem resposta rápida, porque a nossa resposta é ela é no tempo, uma formação aligeirada é uma coisa, em dois meses tu forma uma pessoa para trabalhar em determinado posto de trabalho, agora uma formação onde tu forma a pessoa para trabalhar no mundo, e se inserir no mundo do trabalho com possibilidade de migrar de áreas para outras, essa formação vai de dois, quatro, seis anos, não é assim. Então uma pessoa que entra na escola e daqui a seis anos sai, né? tu imagina, ai gente trabalha a médio prazo aí... então não tem uma resposta rápida, tem uma resposta de acordo com o nível de exigência que o próprio mundo do trabalho exige. (Entrevistado GGIF-1)

Conforme o entrevistado, o *campus* Pelotas, hoje, procura estar atento ao setor produtivo, a partir de políticas que promovam o entrelaçamento entre a Instituição e tal setor, não diretamente a este, mas sim respondendo aos anseios da sociedade e esta, por sua vez, respondendo ao setor produtivo.

[...] a gente tem que atento ao setor produtivo e é o que o Instituto mais tenta... quando a gente cria uma política é uma tentativa de se alinhar ao setor produtivo, mas veja bem, mas eu tô mais alinhado com, com a nação, to mais alinhado com o futuro, com as necessidades de um a país melhor, tá? Então para isso hoje o modelo econômico ele tem, o setor produtivo é a mola mestra de manutenção deste processo econômico e social, então para isso eu tenho que responder a esse setor produtivo, mas não ao setor produtivo, eu tenho responder a sociedade e a sociedade e que, e que vai responder produtivo, né? para isso eu tenho que saber bem o que, que, quais são as demandas, não é? E o que, que a gente precisa para que essas respostas possam atender estas demandas. (Entrevistado GGIF-1)

Como pode-se perceber a partir do relato do entrevistado do IFSul, que a Instituição, através de seus gestores, almeja alinhar-se ao que propõe a legislação no que se refere a uma educação emancipatória, pensando a solução de mão de obra especializada para o setor produtivo a partir das necessidades da sociedade.

Desde 2006, próximo ao *campus* Pelotas, um novo Arranjo Produtivo Local faz parte da região: o APL do Polo Naval, localizado na cidade de Rio Grande e, nos próximos meses, também em São José do Norte. Como forma de atender a esse novo segmento industrial, o IFSul, a partir de uma ação conjunta entre a Pró-Reitoria de Extensão e Pesquisa, tem participado dos encontros vinculados ao APL do Polo Naval, com possibilidades não só de formação, através de cursos do PRONATEC e PROMINP, mas de outras ações, como a percepção de qual impacto ambiental é causado pela implantação deste empreendimento na região.

Com a implantação do Polo Naval e *Offshore* em Rio Grande, houve uma mudança no perfil da mão de obra na região, como confirma entrevistado:

[...] uma mudança muito grande no perfil da mão de obra exigida na região de Pelotas. Hoje Pelotas, Pelotas nunca foi, não vou dizer que Pelotas nunca foi, mas Pelotas perdeu muito a característica de polo metal mecânico, nós nunca fomos um polo metal mecânico forte como é o polo metal mecânico de Caxias, por exemplo, apesar de termos nossa escola aqui sempre formou profissionais nessa expertise, com essa expertise do polo metal mecânico, mas nós sempre fomos um exportador de mão de obra, então o nosso estudante se formava aqui ele já sabia que ele ia se formar e ele ia ter que sair de Pelotas que não tinha mercado de trabalho pra ele na nossa região, então nosso aluno, o nosso egresso, ia pra Porto

Alegre, região metropolitana, região de Caxias, região noroeste, ali Santa Rosa, Horizontina, Panambi, região norte, mas ele sabia que Pelotas ele não ia ficar. (Entrevistado GGIF-1)

O entrevistado afirma ainda que:

Com a criação do Polo Naval e a potencialização das necessidades de trabalho que se tem lá, que são muito focados no polo metal mecânico, com a construção das plataformas, elas são, não saberia te dizer em porcentagem, mas assim ali envolve elétrica, eletrônica e metal mecânica, então assim, deu uma redirecionada no Arranjo Produtivo Local que nós tínhamos aqui, não falando especificamente em Pelotas, já vamos botar assim a região Pelotas, toda a nossa região aqui, mudou esse perfil. Então hoje o nosso aluno, ele sabe que se ele sair daqui, obviamente a nossa formação não é direcionada para o Polo Naval, a formação do curso técnico, ele não é direcionado para o Polo Naval, como eu te falei antes, a gente forma pro mundo do trabalho, então ele pode trabalhar no Polo Naval como ele pode trabalhar numa fábrica de ônibus em Caxias como pode trabalhar na manutenção do Polo Petroquímico lá em Triunfo, né? ele tem o conhecimento basilar pra ele aprender. (Entrevistado GGIF-1)

Esse novo APL, o Polo Naval, apresenta alguns obstáculos para sua consolidação, visto que a região não possui tradição neste tipo de segmento industrial. Assim, desde sua implantação, a falta de mão de obra especializada na região fez com que muitos trabalhadores migrassem de outras regiões do país e também de outros países, como forma de suprir inúmeras vagas existentes. A migração de trabalhadores para atuarem na construção de plataformas, por exemplo, é prática comum neste segmento industrial, devido ao grande número de trabalhadores solicitados pelas empresas, ao imediatismo na contratação devido ao prazo que as empresas têm com a PETROBRAS e à falta de experiência dos trabalhadores locais. Mas esse perfil começa, aos poucos, a mudar.

[...] estão começando a enxergar as empresas que é importante aproveitar esse pessoal daqui, que é um pessoal que vai trabalhar de forma mais duradoura, do que vir esse pessoal itinerante lá de cima, tanto que aqui em Pelotas aumentou bastante os ônibus para o transporte dos trabalhadores, não sei quantos ônibus saem daqui todos os dias transportando trabalhadores para lá, vale a pena para as empresas ter esse gasto em transporte e pegar mão de obra daqui. Até porque muito desses guris fizeram esses cursos, embora o requisito do curso seja Nível Médio apenas, mas eles tinham Nível Técnico, então, não tem experiência mas tem um curso de Nível Técnico de 3 anos, 4 anos, que já dá uma bagagem importante para compreender esses processos industriais lá dentro. (Entrevistado GGIF-7)

Assim como o IFSul, dando atenção especial ao Polo Naval, por sua proximidade, espera que seus alunos recém formados ingressem no mundo do trabalho, as empresas do Polo Naval também esperam do IFSul empenho na capacitação de trabalhadores para a indústria naval. Isso pode ser percebido na fala abaixo:

[...] a gente espera que o IF, como outras instituições federais se adéque a necessidade aqui do Polo Naval, como eu acho que aos poucos já está acontecendo, é o curso que abre ali, abre aqui, uma graduação que de repente... um curso de especialização no IF, que venha surgir, que qualifique o pessoal daqui, eu acho que a gente espera isso, que realmente... a nossa ideia... até eu aqui no RH que lido com admissão direta, é muito mais fácil pra mim fazer uma contratação local do que uma contratação que tem que pegar lá da Bahia. É muito mais fácil, facilitaria o trabalho e muito, se o pessoal fosse daqui. Então a gente espera do IF é isso, tanto do IF como de outras instituições, se adequar a demanda da realidade, a realidade que a gente tem aqui. (Entrevistado GEPL-2)

Outro entrevistado corrobora nesta mesma perspectiva:

Olha, que na verdade, para o que vocês, para as profissões que tem lá no IFSul e que vocês estão formando e capacitando, daqui a pouco que direcionem mais, que foquem na área naval, eu acho interessante. (Entrevistado GEPL-1)

Embora tenha proximidade com Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande, um dos entrevistados relata que em sua percepção o IFSul *campus* Pelotas se mantém um tanto quanto alheio a este APL, conforme podemos verificar em sua fala: “[...] tem a questão das APLs, mas se entende no próprio PDI tá escrito, que há uma pouca interação do Instituto com os APLs no sentido de promover novas tecnologias da inovação”. (Entrevistado GGIF-4)

Uma série de fatores podem influenciar este tipo de comportamento por parte do IFSul frente ao APL do Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande. Um destes fatores pode ser o fato deste olhar para o desenvolvimento local ser missão recente em sua história. Outro fator que pode também influenciar a atenção dada pelo IFSul ao APL da indústria naval, é não ser o atendimento a este setor produtivo um dos objetivos do Plano de Desenvolvimento Institucional, o que pode começar a mudar, ainda este ano, em razão de ser elaborado o novo PDI para os próximos cinco anos.

[...] o próprio campus, a própria demanda da sociedade, o próprio movimento interno poderia sugerir a criação de novos cursos, mas o PDI agora é a chance de se tratar pelos próximos cinco anos como é que vão ser atendidas, quer dizer, para onde o IFSul pretende ir nos próximos cinco anos. (Entrevistado GGIF-4)

Ainda sobre a relação do IFSul e o APL do Polo Naval, o entrevistado do GGIF ressalva:

Eu não considero que não tenha havido interesse, tanto que já houve algumas reuniões, acontece que a lei dos Institutos ela é de dezembro de 2008, então não é tanto tempo assim, porque a gente já tinha uma estrutura formada, principalmente no campus Pelotas e nos outros campus. Se a gente olhar os campus novos que estão abrindo, antes de se abrir os cursos se faz toda uma pesquisa na região, nosso Observatório trabalha, levanta todos os dados do emprego formal, suas necessidades, mas os outros campus eles já tinham os cursos, já tinham um determinado número de professores, então se olhar o número de cursos que foram criados também foi muito poucos, nesses outros, por exemplo, nós estamos falando do campus Pelotas mais especificamente, né? o campus Pelotas em 2007 tava começando a Engenharia Elétrica desde lá o número de cursos novos são poucos e mais em cima das linha que já tinham pra formação, porque também existe uma questão de limites no número de servidores, mas leva um certo tempo, vamos dizer assim, não de hoje para amanhã, tem uma certa dinâmica. (Entrevistado GGIF-4)

Assim, aos poucos, o IFSul, especialmente o *campus* Pelotas administrando suas limitações, em função de ser um *campus* plenamente estruturado quando da alteração de suas metas, parece ir se aproximando dos APLs.

Tomando como base o texto da Lei 11.892/2008, a educação profissional, diferentemente de sua concepção inicial em que a existência das escolas públicas profissionalizantes iam, de forma explícita, ao encontro – e somente isso – dos interesses do capital industrial, vinculadas às políticas de desenvolvimento econômico (BRASIL, 2010), é encarada a partir de uma visão de Educação Profissional e Tecnológica e de suas novas instituições como um bem público, devendo ser pensadas “em função da sociedade como um todo na perspectiva de sua transformação” (PACHECO; MORIGI, 2012, p.23).

Em sua fala, um dos entrevistados do GGIF, salienta a dificuldade de implementação de um curso técnico integrado em algumas áreas e a relação direta que isso tem com a inserção de jovens no mundo do trabalho, grande parte pertencentes a camadas menos favorecidas da sociedade.

[...] a gente tem dificuldade de implementação do curso técnico integrado em algumas áreas, eu acho que é um problema, porque eu penso que esses jovens da região, sobretudo quando a gente pensa que agora o ingresso no Instituto metade é por cotas, dos mais variados tipos, cotas sociais, cota escola pública, cota étnico raciais, sem dúvida nenhuma são jovens que pertencem à camada da população que sonham com a inserção no mundo do trabalho...

é preciso entender, ter os olhos voltados para o desenvolvimento que está acontecendo na região. (Entrevistado GGIF-3)

Assim, mediante este relato, percebe-se que, em alguns momentos, o Instituto não consegue aliar seus cursos técnicos integrados às demandas locais e regionais – o inverso representaria, talvez, uma melhor e maior inserção dos seus alunos no mundo do trabalho.

Deste modo, visando uma melhor inserção dos alunos pelo mundo do trabalho e a diminuição das desigualdades sociais,

[...] busca-se romper com uma visão meramente instrumental da EPT, por colocá-la sempre a serviço da acumulação capitalista, e procura-se abrir espaço para um movimento interno que vislumbra no trabalho educativo importante instrumento de política social, assumida como aquela voltada para a criação de oportunidades, para a redistribuição dos benefícios sociais, visando à diminuição das desigualdades. (BRASIL, 2008, p.23)

Ainda:

Os Institutos Federais ressaltam a valorização da educação e das instituições públicas, aspectos das atuais políticas assumidos como fundamentais para a construção de uma nação soberana e democrática, o que pressupõe o combate às desigualdades estruturais de toda ordem. Nesse sentido, os Institutos Federais devem ser considerados bem público e, como tal, pensados em função da sociedade como um todo na perspectiva de sua transformação. Os Institutos Federais respondem à necessidade da institucionalização definitiva da educação profissional e tecnológica como política pública. (BRASIL, 2010, p.19)

De fundamental importância neste processo de combate às desigualdades sociais, segundo o discurso oficial, é a relação entre os IFs e as regiões onde estão inseridos:

[...] os Institutos Federais precisam estabelecer uma estreita relação com o território onde se situam: “A interferência no local propicia alteração na esfera maior”, como diz o documento. Isso significa ir além da compreensão da EPT como instrumentalizadora de pessoas para o trabalho, visando atender exclusivamente aos interesses do mercado. (PACHECO; MORIGI, 2012, p.24)

Assim, os IFs

Enquanto política pública, os Institutos Federais assumem o papel de agentes colaboradores na estruturação das políticas públicas para a região que polarizam, estabelecendo uma interação mais direta junto ao poder público e às comunidades locais. Nesse sentido, cada Instituto Federal deverá dispor de um observatório de políticas públicas como espaço fundamental para o desenvolvimento do seu trabalho. (BRASIL, 2010, p.19)

Pensando no local, o entrevistado já citado traz uma reflexão acerca de quais ações devem ser tomadas para que resultem numa realidade mais digna e eficaz à sociedade, dizendo-nos:

São José do Norte tem 14 mil habitantes, né? mas nós temos uma escola, o CAVG, e próximo a escola tem o Bairro Dunas que tem em torno de 14 mil habitantes e as pessoas talvez ali não tenham melhores condições sociais. Será que não tem porque não tem, não tiveram acesso a educação? Tá, mas a gente tem que olhar... não adianta a gente... tá vou preparar gente para o Polo, não é essa a nossa visão, eu vou tentar preparar pessoas ou buscar pessoas que estão fora do processo, tão excluídas, esse seria o ideal. É preparar essas pessoas para que possam se inserir não só nesse mercado, mas no mundo do trabalho, em boas posições através de uma educação que possa trazer melhores condições, que possa dar acesso a melhores bens de serviço, uma educação que eles possam se emancipar, fazer algumas reflexões e tentar mudar a realidade, então, esse é o nosso desafio. Não tô preocupado... agora vou formar mão de obra para o Polo, não é isso, eu tô preocupado como é que eu faço com que essas pessoas que não tem acesso possam passar nas nossas escolas e conseguirem chegar a um bom emprego, ao um bom emprego não, ao bom nível de empregabilidade, seja no Polo, seja em outro lugar e que bom que seja no Polo. [...] então como é que eu posso fazer isso, esse é o maior desafio hoje. (Entrevistado GGIF-1)

A partir desta narrativa, percebe-se que a intenção da Instituição não é apenas formar pessoas para o mundo do trabalho, mas também proporcionar uma educação que possa contribuir para a sua emancipação e transformação de sua realidade. A Instituição, na visão dos seus gestores, necessita olhar o contexto social e buscar pessoas que estejam excluídas do processo, muitas em condição de vulnerabilidade social, para que possam se inserir no mundo do trabalho, atingindo um bom nível de empregabilidade, a partir de uma educação que possa dar-lhes acesso a melhores bens de serviço. Mais que isso, a Instituição deve criar meios para que seus alunos possam se emancipar, fazer reflexões e tentar mudar a realidade.

Os programas PRONATEC e PROMINP (descrito mais adiante), ambos do Governo Federal, visam em suas propostas, conforme percebe-se no trecho abaixo, resgatar e capacitar pessoas “invisíveis”, tanto no mundo do trabalho como perante a sociedade, pessoas que vivem na informalidade:

PRONATEC é um Programa criado em 2011, Programa Nacional de Ensino Técnico e Emprego, é um Programa do Presidente Lula, depois herdeiro com a Presidente Dilma que visa resgatar pessoas do Bolsa Família e CadÚnico ao mercado formal de trabalho, quer dizer, buscar... o Programa tem esse viés pontual e que nós nesse

segundo ano estamos começando a ter já respostas, principalmente nós da Rede da Federal, participamos com um percentual pequeno no Programa todo nacional, mas ele busca, a proposta, o viés principal dele é resgatar as pessoas que tenha essa desigualdade social, tem essa informalidade que as vezes nem aparece, são pessoas invisíveis no nosso mundo social de fazer, de dizê-las que elas existem, que elas podem e que elas podem frequentar a Rede Federal e o Sistema S. O Programa foi feito para o Sistema S, hoje por exemplo, nesse segundo ano, o Sistema S corresponde a 90% do Programa, ao Sistema S cabe 90% e a Rede Federal cabe por volta de 10%, quer dizer, é significativa a diferença, as a proposta é a mesma, seja Sistema S, seja Rede Federal ou Estadual, ou algumas, desde início deste ano também de algumas escolas privadas, a proposta do Programa é a mesma, capacitar pessoas, resgatar pessoas para o mundo do trabalho e a formalidade. (Entrevistado GGIF-8)

O IFSul, a partir de programas de extensão, como o PROMINP e o PRONATEC, visa atender a sociedade, proporcionando às pessoas excluídas do mundo do trabalho oportunidade de inserção através de cursos gratuitos de qualificação profissional. Com isso, muitas delas acabam preenchendo vagas oferecidas pelo Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande. Quando questionado a respeito do atendimento às demandas do Polo Naval a partir de cursos do PRONATEC, o entrevistado a seguir informa:

Indiretamente sim, porque nós não temos aquele objetivo direto pro Polo, não é as empresas do Polo que vem aqui dizer que precisam desse ou daquele tipo de curso, o nosso objetivo é atender o pessoal que está nos programas de assistência do Governo Federal, nós queremos trabalhar com a inclusão dessas pessoas, então essas pessoas se capacitam num curso ou num outro, e o curso de soldador é um que realmente teve uma boa procura, a ajustador mecânico é outro que também... o pessoal tem oportunidade também junto ao Polo Naval, então é dessa forma que a gente ta contribuindo lá com o Polo. (Entrevistado GGIF-9)

Assim, o PRONATEC pode estar contribuindo para a diminuição das desigualdades sociais e também auxiliando no preenchimento das vagas do Polo Naval por trabalhadores da região, apesar de, por vezes, não ofertar formação integral, tal qual ofertada pelos cursos técnicos.

Mudanças fazem parte da longa trajetória da educação profissional no Brasil.

Partimos do princípio que tal modalidade de escolarização teve diversos momentos e propostas, configurando-se de acordo com o contexto histórico-social em que foi ofertada. Suas variações ocorreram em sintonia com as mudanças políticas, econômicas e sociais que se efetivaram na história brasileira. (PACHECO; MORIGI, 2012, p.86)

No cenário atual, assim como no passado, o contexto histórico-social exerce influência sobre as propostas e posturas de oferta de educação profissional. Durante o século XVI ao XVIII, por exemplo, ainda num modelo escravista, existem indicativos de que dentro dos locais de trabalho dos escravos, construíam-se oficinas para trabalhos essenciais (PACHECO; MORIGI, 2012).

Com a abolição da escravatura, os negros, mulatos e pobres passam a trabalhar de forma assalariada.

Nesse sentido, a elite tinha de discursar que o assalariamento representava uma forma digna e nobre de trabalho. Assim, pensou-se em espaços de educação, que oferecessem ofícios a esses jovens, pobres desvalidos da sorte que deveriam ser atendidos. Eram as instituições vinculadas a irmandades e com parceria de financiamento e estrutura pública. A educação profissional oferecia a aprendizagem de ofícios e, ao mesmo tempo, educava para a nova realidade capitalista, vinculada ao trabalho assalariado, que se desenvolvia no país. (PACHECO; MORIGI, *op. cit.*, p.91)

Percebe-se que, neste momento de transição do trabalho escravo para o trabalho livre, a educação profissional torna-se proveitosa para que se mantivesse o controle das elites sobre os trabalhadores.

Mantendo esta mesma proposta de ofertar ensino profissional aos pobres, desvalidos da sorte e forte cunha assistencialista, em 1909, Nilo Peçanha cria as 19 Escolas de Aprendizes de Artífices, que ofereciam o ensino profissional primário e gratuito.

Visto a sua forte relação com o mundo do trabalho, a educação profissional sofre influência direta do conforme as mudanças no setor produtivo.

Ao longo da história, a educação profissional vai se modificando, fruto do embate social, econômico e político, até chegarmos aos dias atuais, em que os IFs trazem em seu cerne o propósito de formar pessoas para o mundo do trabalho, mas também a preocupação com a formação cidadã de tais pessoas. Isto pode ser observado no Projeto Pedagógico Institucional, PPI do IFSul:

Na sociedade contemporânea, o modelo de produção exige que se pense numa educação voltada ao desenvolvimento das habilidades e ao atendimento das exigências do mundo do trabalho. No entanto, esse modelo não pode impedir o Instituto Federal Sul-rio-grandense de empreender esforço coletivo para vencer as barreiras que inviabilizam a construção de uma escola público-educadora de fato, para o exercício pleno da cidadania, instrumento real de transformação social. (PPI, p.68)

Conforme um dos entrevistados do GGIF, no que se refere à formação ofertada pelo Instituto:

[...] uma formação cidadã, uma formação humana, então tu vai da, em todos os projetos de cursos a gente costuma colocar isso também, tanto uma formação técnica, tecnológica para que o aluno consiga se inserir mundo do trabalho com uma formação cidadã, a gente deixa preparado para questões éticas, questões de relações humanas, de comunicação, porque isso é importante também para a vida deles, isso já está previsto no nosso Projeto Pedagógico e está previsto nos PCCs de curso também, Projeto Pedagógico de Curso, muitos de nossos cursos têm também disciplinas de relações humanas, que é exatamente isso, para o aluno poder desenvolver essa questão da relação humana em si, de todas as questões que permeiam a relação humana, então eu te diria assim, hoje o IF trabalha dentro do seu Projeto Pedagógico Institucional como formação completa, tanto técnica e tecnológica como a formação cidadã, humanística assim no geral, essa é a nossa ideia. (Entrevistado GGIF-5)

A formação cidadã, apresentada pelo Instituto, não se trata apenas da vontade de alguns gestores. A formação cidadã está dentro da proposta dos IFs, sendo lei.

Na proposta dos Institutos Federais, agregar à formação acadêmica a preparação para o trabalho (sem deixar de firmar o seu sentido ontológico) e a discussão dos princípios e tecnologias a ele concernentes dão luz a elementos essenciais para a definição de um propósito específico para a estrutura curricular da educação profissional e tecnológica: uma formação profissional e tecnológica contextualizada, banhada de conhecimentos, princípios e valores que potencializam a ação humana na busca de caminhos mais dignos de vida. (BRASIL, 2010, p.26)

Ficou claro durante as entrevistas com o Grupo de Gestão que também faz parte do propósito do IFSul a preparação do aluno com um conhecimento basilar forte e formação cidadã para que, depois, a empresa termine de qualificá-lo.

[...] o nosso objetivo aqui sempre foi assim ó, formar o nosso aluno de forma que ele tenha um conhecimento basilar muito forte na ciência que ele escolheu e depois se ele vai trabalhar no Polo Naval ou se vai trabalhar fabricando ônibus lá em Caxias do Sul ou na manutenção do polo petroquímico, o que ele precisa pra trabalhar no polo petroquímico, ou fabricando ônibus ou no polo naval, ele vai aprender lá, a especificidade ele vai aprender lá, porquê? Porque a base foi bem feita. [...] Então o nosso objetivo aqui é formar o nosso estudante com o conhecimento basilar muito forte da ciência que ele escolheu, seja mecânica, seja eletromecânica, seja eletrônica, seja eletrotécnica, porque se ele for trabalhar no Polo Naval, bom, se formou em Mecânica, vai trabalhar no Polo Naval esse estudante, ele tá pronto para trabalhar no Polo Naval? não, não tá, mas ele tá muito na frente dos outros porque, porque ele vai chegar lá no Polo Naval e a base dele tá muito bem construída, então, o

que ele precisar, olha, ele vai trabalhar com determinada área ali, é um treinamento que vai ter que ser dado nele lá, com poucas horas, aquele treinamento ele já vai conseguir adquirir o conhecimento pra fazer aquele trabalho porque? Porque a base dele é uma base tecnológica sólida, então esse é o nosso objetivo aqui. (Entrevistado GGIF-2)

Compartilhando desta mesma proposta de ensino, o entrevistado esclarece: “É que é assim, também tem isso assim, o IF não vai preparar gente só para o Polo Naval, ele tem que dar um curso básico que se adapte para todos os cursos, depois lá o profissional vai ser adequado” (Entrevistado GGIF-6).

Desta maneira, hoje o IFSul

[...] trabalha muito mais com essa política, formamos ainda o nosso profissional, um profissional abrangente para o mundo do trabalho e a formação específica para atender o arranjo produtivo local sendo dado por programas específicos, como PROMINP e PRONATEC. (Entrevistado GGIF-2)

A fala do entrevistado corrobora com o trecho extraído da legislação, a seguir:

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, sem ignorar o cenário da produção, tendo o trabalho como seu elemento constituinte, propõem uma educação em que o domínio intelectual da tecnologia, a partir da cultura, firma-se. Isto significa dizer que as propostas de formação estariam contemplando os fundamentos, princípios científicos e linguagens das diversas tecnologias que caracterizam o processo de trabalho contemporâneo, considerados em sua historicidade. Entende-se que essa formação do trabalhador seja capaz de tornar esse cidadão um agente político, para compreender a realidade e ser capaz de ultrapassar os obstáculos que ela apresenta; de pensar e agir na perspectiva de possibilitar as transformações políticas, econômicas, culturais e sociais imprescindíveis para a construção de outro mundo possível. A referência fundamental para a educação profissional e tecnológica é o homem, daí compreender-se que a educação profissional e tecnológica dá-se no decorrer da vida humana, por meio das experiências e conhecimentos, ao longo das relações sociais e produtivas. A educação para o trabalho nessa perspectiva entende-se como potencializadora do ser humano, enquanto integralidade, no desenvolvimento de sua capacidade de gerar conhecimentos a partir de uma prática interativa com a realidade, na perspectiva de sua emancipação. Na extensão desse preceito, trata-se de uma educação voltada para a construção de uma sociedade mais democrática, inclusiva e equilibrada social e ambientalmente. (BRASIL, 2010, p.33)

A Instituição, passados cinco anos, terá, no ano de 2014, que realizar um novo planejamento das novas metas da Instituição, uma vez que será reformulado o seu segundo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), enquanto instituto:

[...] o PDI ele é feito para 5 anos, o nosso PDI ele é de julho de 2009 a junho de 2014 e agora nós vamos fazer um outro que é de julho de 2014 a junho de 2019. A gente tem ideia de mudar algumas coisas na forma dele, mas o PDI ele é construído com participação da comunidade acadêmica, ou seja, com a participação de professores, técnicos administrativos e dos alunos. Então vai haver uma série de reuniões nos campus que compõem o Instituto, dessa série de reuniões vai se ter algumas reuniões de síntese onde as pessoas vão trazer aquilo que entendem como seus objetivos nos próximos 5 anos. (Entrevistado GGIF-4)

Como informa o entrevistado, a cada cinco anos – o último PDI foi elaborado para o período de julho 2009 a junho 2014 e atualizado em dezembro de 2012 –, um grupo de pessoas que inclui reitor, pró-reitores, servidores, diretores etc., se reúne para formular o PDI, o qual planeja as ações do Instituto, pelo período de cinco anos.

O PDI pode ser definido como o documento que traça o perfil da instituição, conferindo-lhe identidade e intenções comuns de todos os envolvidos. Seu objetivo é

[...] fomentar a elaboração de objetivos e metas, acreditando que é possível, através da relação da teoria com a prática, contribuir para a provisão de estratégias de cooperação da Instituição com a comunidade local, propiciando educação que contribua para melhoria da qualidade de vida da população. (PDI, 2012, p.29)

O Instituto, ao elaborar coletivamente seu PDI, busca delinear seu futuro.

O Instituto Federal Sul-rio-grandense, como produtor de conhecimentos científicos e tecnológicos, assim como disseminador de práticas culturais, está sendo desafiado a estabelecer relações de parcerias que ampliem e qualifiquem o fluxo de conhecimento e práticas de interesse regional. A interação entre o Instituto Federal Sul-rio-grandense e os arranjos produtivos locais, no entanto, ainda está aquém das necessidades de aplicação de ciência e tecnologia para a promoção de inovações que permitam aumentar a produção e competitividade dos arranjos produtivos locais e o desenvolvimento social da comunidade. (PDI, 2012, p.29)

Consolidar a expansão do Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, aprimorar a formação inicial e continuada de trabalhadores, realizar ações de extensão e relações comunitárias, promover novas formas de acesso, consolidar e ampliar as ações inclusivas, aprimorar a educação profissional de nível médio, consolidar a pesquisa e a inovação e muitos outros aqui não relacionados, fazem parte dos objetivos estratégicos propostos na última reformulação do PDI do IFSul, vigente até julho de 2014, visando atender os objetivos e finalidades dos Institutos Federais, apresentados na Lei nº. 11.892/2008 e o Estatuto do Instituto Federal Sul-rio-grandense.

Entre os objetivos enunciados anteriormente, que enfoquem o mundo do trabalho, está a realização de ações de extensão e relações comunitárias, que compreendem, entre outras metas, integrar *campi/comunidade/mundo do trabalho* e organizar atividades enfocando os objetivos e necessidades do mundo do trabalho. Conforme depoimento,

[...] agora em 2014 nós temos essa grande missão de fazer um grande Plano de Desenvolvimento Institucional, então essa gestão tem esse papel de tentar fazer com que o pessoal entenda isso tudo e coloque no papel esse olhar para a região, para o desenvolvimento local e regional, porque isso é importante e está na própria lei de criação dos institutos, é atender os arranjos Produtivos Locais, hora, Rio Grande está aqui, vamos desenvolver a nossa região aqui, que precisa tanto. Então acho que é isso que está para acontecer, está na hora de acontecer, na minha opinião. (Entrevistado GGIF-5)

A partir desse novo PDI, poderá se observar de que maneira o Instituto irá contribuir com os APLs, em especial o Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande, caso coloquem como metas a serem atingidas a indústria naval, como aconteceu, na formulação do último PDI, a sugestão da oferta de curso de qualificação na área de resíduos sólidos poliméricos no *Campus Sapucaia do Sul*, dentro do objetivo de aprimorar a educação profissional de nível médio.

[...] o Polo Naval, claro, ele é um arranjo produtivo local bastante importante pros campus aqui da região, eu acho que a gente tem que olhar um pouco mais pro Polo Naval. No próximo ano a gente vai estar inclusive discutindo o nosso Plano de Desenvolvimento Institucional de 2014 a 2019, certo? Acho que a discussão sobre o Polo Naval tem que entrar um pouco mais [...] é um dos arranjos produtivos que a gente tem. É claro que é um arranjo produtivo bastante importante né? e o Polo Naval ele enfoca a questão da indústria metal mecânica, da indústria eletroeletrônica, até o setor moveleiro também e questão da especialidades da Engenharia. De um modo geral as formações que a gente dá elas atendem ao Polo Naval, ao que se precisa, o que a gente forma de técnicos, na questão da tecnologia, isso tudo acaba atendendo mas não há uma, vamos supor assim, uma ligação mais direta, não sei se tu entende o que eu quero dizer?! Assim, vamos supor, a gente não faz um estudo mais voltado pra formar para o Polo Naval, embora as formações que a gente dê elas atendam aos requisitos da indústria metal mecânica, eletroeletrônica e toda a indústria de suporte que se forma. (Entrevistado GGIF-4)

A seguir, apresentarei o tema da expansão e mudança dos institutos que visam interligar as instituições às demandas locais.

6.2 Expansão e mudanças dos institutos

A Rede Federal, da qual faz parte os IFs e que teve início em 1909 com a criação das 19 Escolas de Aprendizes e Artífices, passa por uma transformação sem precedentes. De 1909 até 2002 foram construídas 140 instituições, sendo que, nos últimos anos, o Governo Federal implantou 214 novas unidades, num total de 354 unidades até 2010.

Os Institutos Federais revelam-se valiosos instrumentos para a mudança da qualidade de vida de brasileiros quando reconhecem que o desenvolvimento local, regional ou nacional não pode prescindir do domínio e da produção do conhecimento. Revelam-se, portanto, espaços privilegiados para a construção e democratização do conhecimento. (BRASIL, 2010, p.23)

Essa transformação na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) do Brasil teve início no final do ano de 2008 e começo de 2009. Por iniciativa do Governo Federal, por meio do Ministério da Educação e Cultura – MEC, uma proposta inovadora e ousada em termos de projeto político-pedagógico, começa a mudar a estrutura das instituições públicas de ensino profissional no país.

Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais (ETFs e EAFs) e Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais fundiram-se e criaram 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, estando presentes em todos os estados, oferecendo Ensino Médio (nas modalidades integrado, concomitante e subsequente), cursos superiores de tecnologia, bacharelado, engenharias, licenciaturas e pós-graduação (PACHECO; MORIGI, 2012, p.96).

Os Institutos Federais nascem, assim, no tocante a seu formato jurídico-institucional, procurando se distinguir da universidade clássica (embora nela se inspirem), assumindo uma forma híbrida entre Universidade e Cefet e representando, por isso mesmo, uma desafiadora novidade para a educação brasileira. São instituições de ensino superior, mas também de educação básica, e, principalmente profissional, pluricurriculares e multicampi; terão na formação profissional, nas práticas científicas e tecnológicas e na inserção territorial os principais aspectos definidores de sua existência. Traços que as aproximam e, ao mesmo tempo, as distanciam das universidades. (PACHECO; MORIGI, 2012, p.23)

Como princípio, nesta proposta, os IFs deverão

[...] ofertar educação básica, principalmente em cursos de ensino médio integrado à educação profissional técnica de nível médio; ensino técnico em geral; cursos superiores de tecnologia, licenciatura e bacharelado em áreas em que a ciência e a tecnologia são componentes determinantes, em particular as engenharias, bem como programas de pós-graduação *lato e stricto sensu*, sem deixar de assegurar a formação inicial e continuada do trabalhador e dos futuros trabalhadores. (BRASIL, 2008, p.27)

As instituições que hoje compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, muitas originárias das 19 Escolas de Aprendizes e Artífices instituídas por Nilo Peçanha em 1909, se constituem como espaço importante na profissionalização dos trabalhadores, tendo como um de seus enfoques o desenvolvimento local e regional.

[...] de 2009 pra cá, nós praticamente dobramos o número de servidores que a Instituição tinha, então o pessoa nova que ta chegando que não tem uma relação com a Escola Técnica, antiga lá de Pelotas, que vem de uma universidade, com doutorado que tem entendimento do que é está coisa de dar uma aula no Nível Técnico, de preparar um profissional para o mercado de trabalho para um Polo Naval, ele quer é fazer pesquisa, vive na verdade fazendo pesquisa, ele quer continuar a pesquisa dele, ele quer fazer seu mestrado, então é um lógica que trabalha também nesse sentido de capacitação de próprio grupo de servidores da Instituição, para que todo mundo entenda o que é essa Instituição nova e possa ter esse olhar, nessa coisa que ta aqui do ladinho, olha, o Polo Naval está pedindo gente para trabalhar lá com solda, e aí professor tá lá querendo uma Engenharia Mecânica enfim, não que não seja importante, é importante, ele tem que entender que não é só isso a Instituição, ela é um toda, ela tem uma história de formação técnica para o mercado de trabalho, então isso tudo nós estamos ainda num processo de consolidação eu diria assim dessa nova Instituição, não só aqui, Brasil, em todo Brasil, problemas que a gente enfrenta aqui são problemas normais recorrentes em qualquer outro campus do País. Ele está crescendo muito. Em 2002 nós tínhamos 140 unidades, 140 escolas como tu viu aqui no campus Pelotas, nós vamos chegar, o número do Ministério da Educação até o ano que vem em 562, então tu imagina a expansão... vamos chegar a 562 campus, unidades, como o campus Pelotas. (Entrevistado GGIF-5)

Esse olhar mais atento ao setor produtivo local é percebido com maior nitidez nos novos *campi* em que, num trabalho conjunto entre a instituição de ensino e a sociedade, construíram e constroem caminhos novos a partir de uma reflexão sobre suas necessidades locais e também regionais.

Conforme a Lei 11.892:

O foco dos institutos federais é a promoção da justiça social, da equidade, do desenvolvimento sustentável com vistas a inclusão

social, bem como a busca de soluções técnicas e geração de novas tecnologias. Estas instituições devem responder, de forma ágil e eficaz, às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e de suporte aos arranjos produtivos locais. (SILVA, 2009, p.08)

Assim sendo, os IFs, hoje, procuram responder as demandas locais e regionais de forma a contribuir para o desenvolvimento local, proporcionando às pessoas melhoria em suas condições de vida e de trabalho.

[...] é tu abrir escola na interior e fazer com que os alunos fiquem lá, estudem lá e trabalhem lá naquela região, por isso que o curso tem que estar voltado as demandas da região, pra que ele tenha emprego lá, não adianta fazer um curso com a demanda lá do norte do estado, do país enfim, não, essa é a ideia, essa é a expansão, porque muitos de nossos estudantes não tinham, pelo tamanho do País acesso as universidades, que era lá num grande centro, numa capital, estão os institutos vem para colaborar nesse sentido, faz um curso para aquele trabalhador, daquela região poder fazer o cursos e poder trabalhar, desenvolver aquela região, essa ideia é excelente, né? só que para isso as instituições têm que abrir cursos nas áreas que necessitam naquela região, tem que ficar atento ao mundo do trabalho, por isso que o teu trabalho é interessante nesta questão do Polo, é exatamente isso, campus Pelotas aqui e o CAVG ali, mas justamente o campus que área indústria, lá é mais agricultura, sim, tem que estar muito em sintonia com o que está acontecendo em Rio Grande, aqui, pra gente poder atender esse quesito que eu falo que tem na lei ai, fazer um curso voltado para aquilo ali. (Entrevistado GGIF-5)

O trabalho do Observatório, busca contribuir com esta interligação entre instituição e local, sendo inegável sua importância, tanto para os institutos já consolidados como para os que estão sendo criados. Mas existem limitadores. Nem sempre esses espaços possuem a estrutura necessária para realização do seu trabalho com desempenho e precisão. Esse é o caso do Observatório do IFSul, o qual conta, hoje, com apenas três dos seus sete funcionários.

Mesmo não disponibilizando de uma estrutura de trabalho adequada às necessidades apresentadas, o Observatório realiza pesquisas principalmente identificando quais são os APLs que possuem maior potencial de desenvolvimento em cada região. O Observatório trabalha com três dimensões: egressos, mercado de trabalho formal e com os arranjos produtivos locais, (APLs), tendo identificado o mel, vestuário e flores como potenciais para a região, sendo que só dois foram reconhecidos pelo Estado e pelo Governo Federal. Quando perguntado por que o APL do Polo Naval não aparece nesta lista de possível APL potencial na região, o entrevistado relata a dificuldade enfrentada pelo Observatório para realização de

pesquisas qualitativas, saídas a campo para coleta de informações devido a insuficiência de pessoal.

Assim, sem a realização da pesquisa de campo, o Observatório tem tomado conhecimento sobre as demandas do Polo Naval “(...) pela internet, eu pelo menos, pela mídia, ou senão alguns convites que a gente tem de eventos lá, alguma coisa, é assim que a gente tem, ou pelo jornal, a história, porque a gente fica pesquisando investimentos na região” (Entrevistado GGIF-6). Por conseguinte, as informações sobre as demandas chegam até este Observatório através da mídia, como chega até qualquer outra instituição ou cidadão.

Para que seja possível a criação de cursos novos na Instituição, com o enfoque na indústria naval ou em qualquer outra área, é necessário que se desenvolva um longo processo, o qual exige trabalho de pesquisa do Observatório, apontando as necessidades de formação para a região. Outra maneira de se chegar à criação desses cursos pode ser através da manifestação da vontade dos alunos, já que “o interesse dos jovens mobiliza os professores (...)” (Entrevistado GGIF-3).

Inicia-se, então, um processo para a consolidação deste projeto, que passa pela Direção do *campus* e pela Pró-Reitoria de Ensino, chegando até o Conselho Superior da Instituição.

No caso do Polo Naval,

O que que deveria acontecer aqui? Parece que já aconteceu em alguns cursos isolados do campus Pelotas. É que essa direção dos campus, preocupada com esse tipo de situação, solicite estudos para esse Observatório, olha o que que eu quero atender no Polo Naval, que que seria importante? Essa engrenagem tem que funcionar e repassar essa informação pro campus e o campus fazer essas propostas, elaborar propostas de modificações de um projeto, ou de criação de um novo projeto, encaminhar pra Pró-reitoria de Ensino até chegar no Conselho Maior nosso. Então essa é a ideia, a gente tem esse papel de tentar estimular mas as modificações têm que nascer no grupo de professores daquela área que é capacitado, tem mestrado, tem doutorado pra fazer a coisa acontecer, depende muito do grupo, do colegiado, dos professores fazer uma nova proposta pra modificação de um projeto de curso, hoje tem-se atuado dessa forma. (Entrevistado GGIF-5)

Para que aconteça a efetivação da proposta de cursos novos, que articulem ainda mais o IF às demandas locais, faz-se necessária uma conjunção de fatores, como o trabalho conjunto entre o Observatório (pesquisa) e professores (vontade), alinhados aos gestores do IFSul (consentimento e iniciativa).

6.3 Empresas privadas e instituições públicas de ensino

A partir de meu breve olhar sobre a relação entre empresas privadas e instituições públicas, representadas respectivamente, pelo Polo Naval e pelo IFSul, pude perceber que tal relação se dá de maneira cautelosa. Observando a partir da visão do IFSul:

[...] tem um problema da Instituição talvez não saia a captar isso de forma mais formal, digamos assim de ir lá, de conversar com quem trabalha com isso no dia a dia de tentar levantar mas também tem uma questão da ponta, do lado externo não se articularem com as instituições de ensino, poderia muito bem pô estamos precisando de profissionais quem faz esse recrutamento, digamos assim, poderia chegar e fazer uma solicitação formal para a Instituição, em alguns campus isso aconteceu já, eu sei de Passo Fundo como um polo da construção, o SINDOSCON lá se articulou e foi até o campus e disse olha a gente precisa de um curso na área da construção civil porque a gente tem escassez de mão de obra, o que que a aconteceu? Fez todo um estudo lá e realmente tinha uma necessidade, se abriu um curso de Edificações lá e agora uma Engenharia Civil, então se isso também funcionasse de fora pra dentro seria interessante, eu acho que peca-se as vezes, dos dois lados, de fora pra dentro e dentro pra fora, a Instituição às vezes não busca se adaptar e também o lado externo fica esperando, essas associações, entidades de classe tinham que se articular mais nesse sentido de buscar formação, é isso. (Entrevistado GGIF-5)

Observando, agora, a partir da visão das empresas do Polo Naval e Offshore de Rio Grande:

[...] eu não sei se o pessoal lá do IFSul tem contato aqui conosco, essa parte eu não sei, mas acho que seria bem bacana assim... é... bolar essa estratégia assim de divulgação, de alguém lá do IF ter algum contato direto com o supervisor daqui, encaminhar currículo e indicar, que é muito importante, porque eu sei que o pessoal lá do IF, o pessoal principalmente da serra, Caxias, o pessoal liga para professores e “ó preciso de um técnico em mecânica”, indica alguém e eles indicam, né? O pessoal ali do IF, a maioria, eu conheço bastante gente que trabalha, Caxias, Nova Petrópolis, serra ali, e pessoas assim que foram indicadas por professores que empresários foram pedindo foram pedindo e foi, eu acho que a empresa poderia ter isso também, poderia ter esse contato assim do pessoal, alguém lá do IF com alguém daqui, tipo ó tamo formando uma turma de técnico em elétrica olha só, porque o professor sabe né? O que é comprometido, o que é dedicado, o que teve nota boa e aquele que passou ali nas coxas que nem se diz que ai daqui a pouco tem esse tipo de indicação, ó to precisando de um técnico em mecânica, ó to formando uma turma e tem 2 caras excelentes, manda o currículo. (Entrevistado GEPL-2)

Assim, pelo que se percebe, o IFSul espera o contato das empresas e elas esperam o contato do IFSul.

A partir das demandas das empresas e da possibilidade de realização dos cursos de qualificação dentro da Instituição, visando tanto a questão do ponto de vista legal como também estrutural – professores, maquinário etc. –, a relação que o IFSul mantém com as empresas privadas se dá de maneira colaborativa. Conforme entrevista com o GGIF, é elucidado como é realizada a qualificação dos trabalhadores de empresas privadas.

[...] nós tivemos alguns convênios há alguns anos atrás que a gente trabalhou com a Dana, que uma empresa da grande Porto Alegre, trabalhamos com a John Deer em Horizontina, trabalhamos com a GCO de Santa Rosa que foram empresas que nos procuraram, isso na época de CEFET ainda, alguns anos, não éramos Instituto, as empresas nos procuraram pra nós formarmos, na realidade não era formar, era capacitar os seus funcionários, então eles tinham lá, montaram na empresa uma turma lá que eles queriam dar uma determinada capacitação, já ofertamos cursos, inclusive técnicos de Nível Médio, a gente ofertou mesmo na John Deer em Horizontina um curso de tecnólogo em Mecânica lá, esse curso ele atendeu basicamente a comunidade da cidade, mas muito focado nos funcionários da empresa e do SENAI que atuavam lá na região de Horizontina, então, por exemplo, nada nos impede, desde que demandados obviamente, que se venha uma das empresas do Polo Naval qualquer que seja, qualquer uma dessas três como também alguma outra empresa que, sei lá, uma metalúrgica de São Paulo que quer montar ali, comprar um terreno, montar uma área deles, quer fazer uma determinada formação de profissionais deles mesmos para atender ali uma demanda, nos temos condições de fazer isso, tudo isso é uma questão de negociação e de possibilidades legais, agora que existe a intenção... só que a gente trabalha por demanda, aí vem a empresa e nos procura e a gente tem condição de montar isso aí. (Entrevistado GGIF-2)

Com uma previsão de demandas de serviço no Polo Naval e Offshore até 2023, conforme o entrevistado, é possível que se estreite a relação entre o Polo Naval e o IFSul:

A gente é em si uma entidade executora, então, eu participei de vários fóruns, o Polo Naval ele tem uma precisão, uma demanda de serviços bastante grande. A última reunião que eu participei a respeito disso, acho que até 2021, 22, 23 já tem projetos de construção de cascos, plataformas já contratados, e essa demanda a cada ano ela vai se alterando, então acredito que ainda tem bastante tempo de atuação esse Polo Naval, por um bom período, sei lá se em 2030 vai estar no mesmo nível que está hoje, mas possivelmente, pelo menos 2023 já tem previsão de obras. (Entrevistado GGIF-7)

Com esta previsão de permanência do Polo Naval na região talvez surja alguma mobilização por parte do IFSul em prol do atendimento às demandas do setor naval. Conforme o entrevistado pertencente ao GGIF,

A gente sabe que o Polo tem um período, não vai ser eterno, como a gente diz, mas igual a gente não pode fechar os olhos para isso, mas é um período considerável, fala-se 11 anos, 10 anos, 20 ou 30, enfim, é um rico de um período, né? Então temos que atender essa demanda, eu acho... é o que eu te dizia, a relação é fraca, tem alguma ações isoladas, mas poderia ser muito melhor, to falando de um geral, só na questão do Polo mas em todas as demandas da região, também é um problema nacional, é em função da a rigidez da máquina pública, muitas coisas as vezes emperram.
(Entrevistado GGIF-5)

Nesta relação entre o público e o privado, é possível perceber as diferenças existentes. Uma delas é o tempo necessário para que as coisas aconteçam. Em sua fala, o entrevistado explica porque, na esfera pública, a implantação de um curso novo necessita de um tempo maior para que se conclua quando comparado ao ensino privado. Veja:

[...] a Universidade Católica criou o curso de Engenharia Naval? a FURG criou o curso de Engenharia Naval? A UFPel criou o curso de Engenharia do Petróleo? Não, porque talvez eles também tenham os seus gargalos, porque não é tão simples assim criar um curso. Eu quando contrato um servidor, ele fica na instituição por 30 anos, ele não é um servidor como outros sistemas, como o próprio Sistema S, posso contratar o cara pra determinada área, não precisa mais então pode ir embora e nós vamos contratar para outra área, não existe isso, então são ações para sempre.
(Entrevistado GGIF-1)

Assim, conforme o entrevistado, uma das grandes diferenças entre o público e o privado é o vínculo empregatício, o qual faz com que as decisões a serem tomadas pelas instituições, principalmente as que envolvem a contratação de servidores, sejam proteladas.

Como se pode perceber, há diferenças significativas entre o espaço público e o privado, principalmente quanto à criação de cursos. Assim, a respeito da implantação de cursos novos na Instituição para atender à demanda do Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande, o entrevistado diz que:

[...] o Polo ainda, acredito que ele ainda não está suficientemente consolidado, eu não gostaria de dizer isso, eu acho que ele está consolidado, mas assim ó, é muito novo ainda pra gente talvez fazer uma mudança radical no projeto político institucional pra atender uma demanda que amanhã ou depois, talvez por forças políticas simplesmente deixem de existir... será que esse Polo naval que está aqui, ah... existe projeções pra 20, 25, 30 anos, tudo bem,

esperamos que se concretize, só que nós estamos atendendo uma demanda, e existem outros setores que dependem do nosso profissional, então nós atendemos, estamos atendendo já há 70 anos outras demandas que... será que é prudente simplesmente corrigir esta rota pra atender uma demanda aqui e esquecer todas os outros? Bom. Será que a gente conseguiria atender todas as outras e atender aqui também? Não sei. (Entrevistado GGIF-2)

Prossegue ainda o entrevistado:

Hoje, te falando assim, da forma como a gente está estruturada, a gente só consegue fazer isso através da extensão, através do ensino eu não consigo mudar essa rota tão fácil porque assim, um curso de extensão eu monto ele, ofereço, eu crio ele, vamos dizer assim, mais ou menos sendo muito simplista, a gente consegue criar um curso quando quer e consegue extinguir ele quando quer, um curso de ensino não. Tu cria um curso, tu leva tempo pra criar, tu começa a ofertar e o criar o curso é o mais fácil, o problemático é tu extinguir o curso, porque tu tem pessoas que semestre a semestre estão entrando, ele tem uma vida acadêmica que tem que ser percorrida aqui dentro, eles têm amparo legal pra entrar e ficar aqui com repetência e com série de coisa, então assim, no momento que eu decido, olha o meu curso hoje, o curso de Eletrônica tem esse perfil, não agora temos o Polo Naval, eu simplesmente vou direcionar o curso pra cá, vou mudar o curso, fazer isso aqui, daqui pra cá é fácil, agora, como é que eu termino esse aqui e amanhã ou depois esse que eu tô atendendo o Polo Naval, o Polo Naval simplesmente, porque por algum motivo não tá mais absorvendo mais essa mão de obra e eu to formando essa mão de obra específica para o Polo Naval que só vai ser usada no Polo Naval, como é que eu volto pra cá de novo? Isso é muito complicado. (Entrevistado GGIF-2)

Complementando, o entrevistado salienta que os cursos de extensão permitem um melhor atendimento às demandas, de forma rápida, diferentemente de um curso técnico em que o processo de construção e extinção é demorado.

Assim, como se pode perceber, as diferenças existentes entre o espaço público e o privado são significativas.

Seguindo a lista dessas diferenças entre público e privado, o coletivo é considerado ponto crucial para que as coisas aconteçam num espaço público, diferentemente do que ocorre num espaço privado. Ao se referir à relação entre o IFSul, enquanto espaço de qualificação profissional, e o Polo Naval, setor que carece de mão de obra capacitada, o entrevistado do GGIF explica:

No serviço público isso parece fácil, mas não é, é muito engessado, depende do coletivo querer isso, o grupo de professores lá na ponto é quem vai dar a formação abraçar essa ideia, se não nada sai, infelizmente. (Entrevistado GGIF-5)

Como podemos observar, para que as mudanças aconteçam no setor público, principalmente as mudanças que se referem à criação de cursos que atendam a novas demandas, é necessário que o coletivo se mobilize. Do contrário, nada acontece.

Construídos em 1909, as 19 Escolas de Aprendizes e Artífices, inicialmente subordinadas ao Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, são transformadas em liceus industriais que, em 1942, passam a se chamar escolas industriais e técnicas, sendo mais uma vez alterada a sua definição, em 1959, para escolas técnicas federais (SILVA, 2009), sem perder sua função formadora de cunho industrial.

Muitas empresas buscavam e ainda buscam profissionais na antiga Escola Técnica, hoje IFSul *campus* Pelotas. Muitos desses alunos estão ainda em fase de conclusão de curso, mas já são convidados para atuarem nestas empresas. O entrevistado do GGIF elucida esse fato:

[...] claro que o mundo mudou, mas antigamente, a antiga Escola Técnica, os alunos antes de se formar já tinham um emprego, não sei se tu é daqui de Pelotas? Eu sou aí da região, eu sou formado na Escola Técnica, eu tava no 4º ano e já tinha empresas... os corredores estavam cheios de cartazes por todo canto, com vagas de Eletrônica e o profissional era muito reconhecido, continua sendo reconhecido, nós continuamos tendo essa demanda, só que a oferta de ensino ampliou muito também, no Brasil inteiro, então se diversificou muito as opções enfim, mas essa relação, como eu disse, tem que ser direta, o nosso profissional tem que tá, o nosso PPC de curso adequado a atualidade. (Entrevistado GGIF-5)

Deste modo, para uma melhor inserção dos alunos do IFSul no mundo do trabalho, faz-se necessário que haja um maior entrelaçamento entre Instituto e empresas privadas. Isso se dá com um maior diálogo entre empresas e espaço de profissionalização. Nesta comunicação entre o público e privado, as empresas informarão que tipo de profissionais necessitam e o IFSul informará quais cursos poderão atender à demanda local e regional. Não é um trabalho fácil, imediato e nem esta seja tampouco a melhor maneira de encaminhar os alunos do IFSul ao mundo do trabalho, mas quando penso que muitos desses alunos vão para longe de suas famílias e amigos para trabalharem em outros polos industriais, penso que poderiam trabalhar na sua região, sendo os cursos, conforme sugere o entrevistado, adequados à atualidade. Esses futuros profissionais, atuando em suas cidades, com

melhores salários e perto dos seus familiares e amigos poderiam vislumbrar um futuro mais promissor.

Não só uma aproximação com as empresas, mas um trabalho conjunto entre Instituto e sociedade começa a acontecer. Com a implantação da Lei 11.892/2008, cria-se um novo modelo de instituição de educação profissional e tecnológica: os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que geram e fortalecem condições estruturais necessárias ao desenvolvimento educacional e socioeconômico do Brasil.

A comunicação entre os Institutos Federais e seu território torna-se imprescindível na definição de rumos a ser construídos a partir de uma concepção endógena, sob o ponto de vista de projetos locais. Por outro lado, a proposta traz em seu bojo não o autoritarismo de implantação e implementação, mas a crença de que, ao entrar em contato com a cultura de um território, ela altera-se a partir do processo interativo instaurado.

Assim, cada Instituto Federal deve ter a agilidade para conhecer a região em que está inserido e responder mais efetivamente aos anseios dessa sociedade, com a temperança necessária quando da definição de suas políticas para que seja verdadeiramente instituição alavancadora de desenvolvimento com inclusão social e distribuição de renda. (BRASIL, 2010, p.23)

Diferentemente de outros momentos históricos vividos pela educação profissional no nosso país, em que as políticas educacionais eram pensadas a partir dos interesses do mundo do trabalho, hoje as políticas para a educação profissional e tecnológica são pensadas para além do cenário produtivo (fator econômico).

O cenário de carência de mão de obra, em outros momentos históricos, sempre foi o mais forte elemento balizador da educação profissional e, portanto, definidor de política de ampliação de vagas para essa modalidade de educação. Sem dúvida, a formação do trabalhador exige que se estabeleça uma articulação entre a educação profissional e o mundo da produção e do trabalho. Entretanto, no momento histórico atual, as políticas para a educação profissional e tecnológica colocam-se para além do fator econômico. Daí a relevância de buscar relacionar, no caso específico, as variáveis educação e trabalho, em busca de novas políticas de inclusão social, já em curso no país. (BRASIL, 2010, p.33)

Um dos intuitos do IFSul é continuar formando seus alunos com um conhecimento basilar forte na ciência que escolheram, com uma base tecnológica sólida. Conforme o entrevistado GGIF-2:

O nosso técnico ele não está preparado, ele não sai daqui preparado, por exemplo, se ele tiver que fazer uma soldagem numa determinada tubulação, de um determinado elemento de liga, específico deles lá, mas o nosso técnico ele sabe soldar, então, deixar eu te dizer agora uma coisa, bom tu sabe soldar, tu sabe, mas como é que solda isso aqui? Não sei, então eu vou te mostrar como se solda isso aqui porque tu já sabe soldar. [...] O que eles precisam lá é algo específico para as plataformas, então, o que que a gente faz? Por exemplo, o nosso técnico em eletrotécnica ele teria condições de sair daqui e ir trabalhar talvez diretamente na plataforma? Não, não tem, talvez não tenha. Mas se ele sair daqui um técnico formado e chegar lá e eles fizerem um curso pra ele ali de 50 horas, 60 horas do que eles precisam lá, ele vai ter uma extrema facilidade de ligar uma coisa a outra porque o circuito elétrico funciona da mesma forma, ele sabe como é que funciona o circuito elétrico, o que muda? É como os materiais são utilizados ali, porquê? Porque bom, tu tá num ambiente extremamente, uma plataforma, um ambiente perigoso, depois de uso, então não é o mesmo fio elétrico que tu vai ligar um interruptor, que vai usar na instalação de uma tomada pra poder usar lá, por exemplo, se tu tem um interruptor como esse aqui nessa sala e dá um faiscamento, tu não tem grandes problemas, não tem nenhum ambiente inflamável aqui que um pequeno faiscamento num interruptor fosse dar problema, agora numa plataforma, onde tu tens, onde tu tá envolvido de elementos inflamáveis, talvez um faiscamento num interruptor seja problemático. Então é nesse ponto que eu acredito que o pessoal deles lá se refere. Bom, nós teríamos condições talvez de mudar o perfil do curso para atender isso? Talvez tivéssemos, mas será que isso é interessante pra nós? Ou é mais interessante pra nós continuarmos formando no perfil que a gente tá, que a gente consegue atender não só ao Polo Naval mas consegue atender outros arranjos também de outras localidades e pegar esse individuo, bom, esse aqui se formou em Eletrotécnica, ele vai trabalhar no Polo Naval, boto ele a fazer um curso do PROMINP onde justamente vai ser trabalhado esse material que eles precisam lá e depois eu largo ele um eletrotécnico com um curso do PROMINP específico para trabalhar lá na Petrobras, lá na plataforma no que eles querem, então, isso é uma avaliação a ser feita. (Entrevistado GGIF-2)

Oferecer ao aluno um conhecimento basilar, abrangente, e proporcionar-lhe uma visão mais generalista da sua área de atuação, e no que acredita o GGIF para agir de maneira mais coerente.

A formação técnica que nós damos, tem que considerar o seguinte, que o curso técnico ele é a etapa final da educação básica, a gente não pode querer uma especialização na etapa da educação básica tão grande a ponto das empresas não terem que investir nada na formação de seu trabalhador, nós temos que formar trabalhadores que conheçam da habilitação que eles vão saindo, mas também ter uma visão mais generalista da sua área de atuação pra não limitar o seu espaço de trabalho, não limitar sua vida, não limitar sua liberdade. Então, bem, se as empresas quisessem pegar nossos alunos, com meia dúzia de horas de formação, eles estariam usando

a solda, um outro tipo de solda, o. Entre ficar tendo que adequar os cursos, maquinário e tudo mais a cada movimento é difícil. [...] eu continuo acreditando que uma formação mais sólida e uma base mais generalista, funciona melhor e considero que as empresas deveriam parcela de contribuição na formação do trabalhador, ela não deveria pegar o trabalhador pronto da escola, não é essa a função da escola. (Entrevistado GGIF-3)

Prossegue o entrevistado, acerca da relação entre o IFSul e o mundo do trabalho:

[...] com a relação a relação ao mundo do trabalho, quando é mais imediata, quando as empresas estão mais próximas do Instituto, se tem uma colocação mais rápida dos alunos com o mundo do trabalho, tem mais contato com práticas que estão sendo utilizadas naquele momento na indústria, por outro lado, às vezes subordina os processos formativos a vontade do empresariado, considerando o empresariado brasileiro de capitalismo dependente que tem muito pouca visão de longo prazo, um visão de exploração ao máximo da força de trabalho pra poder garantir lucros que permitam a divisão com o capital internacional ao qual estes empresários industriais, esse burguesia nacional é vinculada, bem, quando tem essa relação mais imediata às vezes se subordina a educação a processos menos qualificados, menos emancipadores. (Entrevistado GGIF-3)

Como podemos observar no trecho transcrito, a relação entre espaço educacional e empresa privada não se dá de forma coesa. Ao mesmo tempo que se almeja que os alunos do IFSul ou de qualquer outro espaço de formação profissional conquistem seu lugar no mundo do trabalho, com a aproximação entre empresas e instituições de ensino, também há a preocupação com a possível subordinação da educação à vontade do empresariado.

Conforme informações fornecidas a partir das entrevistas com o GGIF, percebe-se que a Instituição se coloca como parceira das empresas que buscam neste espaço de educação profissional a qualificação de seus funcionários, como foi o caso da

Companhia de Geração de Energia Termoelétrica, CGTE, nos procurou, a própria Companhia nos procurou, olha eu preciso que vocês montem um curso assim, assim e assim, bom a gente atendeu. Nunca houve o caso, mas, por exemplo, se viesse aqui a própria Engevix, ou QUIP ou Wilson Sons, fora PROMINP, fora PRONATEC, nós queremos ali ó, vocês têm condições, olha aqui, nós estamos com uma demanda muito específica de tão formação, temos condições de montar um curso? Nós estamos abertos para isso aí, olha o que que vocês estão precisando? Nós estamos precisando disso assim e assim, fora esses programas governamentais, porque tanto o PROMINPO como o PRONATEC são programas de Governo, qualquer uma das empresas vierem

aqui e nos solicitar nós precisamos de um curso assim, assim, assim pra formar 100 profissionais pra tal área, tranquilamente temos condições de ofertar. (Entrevistado GGIF-2)

Assim, o IFSul se coloca perante as empresas como um parceiro, um espaço aberto à qualificação de seus profissionais. Tudo depende de negociação e possibilidades legais.

A partir da nova sistemática do PROMINP, que será implantada nos novos ciclos de cursos, será feita uma aproximação maior entre empresas e instituições de ensino.

[...] como agora a sistemática é de criar uma aproximação maior das Instituições de ensino com empresas do Polo Naval, as empresas é que vão determinar, não sei como isso vai ser feito, no momento em que elas já estão determinadas e elas já vão criar uma obrigação para elas de contratar pelo menos parte desse pessoal treinado. (Entrevistado GGIF-7)

Desta maneira, com esta aproximação, muitos alunos garantirão a sua inserção no mundo do trabalho após a conclusão do curso, diferente do que vinha acontecendo nos ciclos anteriores, em que, por vários motivos, a falta de comunicação entre empresas da indústria naval e o Programa dificultava o preenchimento das vagas por estes trabalhadores.

A seguir, no próximo capítulo, abordarei especificamente a relação entre o IFSul e o Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande, por ser o tema deste estudo.



CONSTRUINDO O ÚLTIMO PERCURSO II:
atendimento ao Polo Naval e Offshore
de Rio Grande pelo IFSul

CONSTRUINDO O ÚLTIMO PERCURSO II: ATENDIMENTO AO POLO NAVAL E OFFSHORE DE RIO GRANDE PELO IFSUL

*O trabalho poupa-nos de três grandes males:
tédio, vício e necessidade.*
Voltaire

Neste capítulo, apresentarei de maneira mais direta a relação entre o IFSul e o Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande.

Tendo em vista a crescente divulgação de que o Polo Naval operaria mudanças sociais e econômicas significativas, este trabalho, como dito anteriormente, buscou ampliar a compreensão da relação empreendida entre o IFSul, referência de formação profissional na região sul do estado e o Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande.

O capítulo está subdividido em **Atendimento às demandas e Resistência para atender o Polo Naval**.

7.1 Atendimento às demandas

A relação entre o Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande e o IFSul é uma relação que vem sendo construída, especialmente a partir de cursos de extensão, como podemos perceber no relato do entrevistado a seguir:

[...] Então essa relação a gente está construindo, ela é muito mais fácil de ser construída com cursos de extensão, cursos de pequena duração, cursos pra atender demandas específicas, do que tu mudar um perfil, por exemplo, de um curso estabelecido aqui, já historicamente estabelecido, pra atender essa demanda do Arranjo Produtivo Local, pra te citar alguns exemplos assim, nós temos diversos cursos daqui da nossa Escola, principalmente na área do polo metal mecânico que tradicionalmente nós atendemos praticamente todo o Estado do Rio Grande do Sul, desde de empresas que, por exemplo, fabricam ônibus como a Marcopolo em Caxias, empresas de outros ramos fabricam parte de lona de freio, chassi e outras partes como manutenção no Polo Petroquímico então são... nós já temos um perfil de formação que atende outras áreas. Esse perfil atende algumas demandas do Polo Naval, no momento em que eu direcionar um perfil de um curso técnico pra atender uma demanda de um Polo Naval, eu deixo de atender toda uma outra comunidade, então isso é algo que tem que ser muito bem pensado, muito bem construído, então, hoje certamente nós

atendemos muito menos do que gostaríamos e que poderíamos, mas estamos conseguindo através dos cursos de extensão e através dos convênios, sejam de programas como PROMINP ou o PRONATEC atender pelo menos parte das demandas que nós é apresentada. (Entrevistado GGIF-2)

A partir de um contato direto com representantes do Polo Naval e da PETROBRAS, o IFSul se mantém atualizado sobre as demandas profissionais requeridas pela indústria naval, participando de grupos de discussão, na cidade de Rio Grande, onde existe representantes do IFSul *campus* Pelotas, da Universidade Católica, da Universidade Federal, da FURG, do Sistema S, do SEBRAE e da Câmara de Dirigentes Lojistas, sendo gerido por representantes da PETROBRAS, da FURG e dos estaleiros, QUIP, Wilson Sons, Engevix. Conforme relata o entrevistado,

[...] Periodicamente, essas pessoas se reúnem e olha, qual é a projeção que se tem? Agora com tantas plataformas pra vir, isso aqui vai gerar uma demanda desses profissionais, isso aqui a gente tem, isso aqui a gente não tem, isso aqui a gente precisa formar, bom... nessas discussões, como a Petrobras tá diretamente ligada, representantes do próprio PROMINP que é esse programa da Petrobras, então, essas pessoas que diretamente estão vinculadas que fazem, que são participes desse processo, se começa a montar então, quais são as demandas que a gente vai ter pra daqui há 6 meses, pra daqui há 1 ano, daqui há 3 anos, pra daqui há 5 anos [...] então, como nós estamos inseridos nesse processo, nós temos até voz também em entrar ativamente nessa discussão. Então como é que chega isso pra nós? na realidade ele não chega, nós fizemos parte disso, então a construção disso é feita também uma pequena parcela por nós ali, claro que a nossa pequena parcela, é pequena mesmo, porque a demanda é apresentada tanto pela Petrobras e as empresas mesmo, Engevix, Wilson Sons, QUIP, que são quem realmente detêm isso aí, e o Município de Rio Grande também na questão da criação de bairros, infra-estrutura, tudo isso também entra nesse pacote aí. (Entrevistado GGIF-2)

No que se refere ao atendimento das demandas do Polo Naval de Rio Grande, podemos dizer que, hoje, o IFSul se coloca em três diferentes posições: algumas demandas o IFSul atende de forma direta e indireta, para o atendimento de outras existe a necessidade da qualificação do corpo docente e há, ainda, as que não tem condições de atender.

Qual a nossa possibilidade? Então os cursos que nós poderíamos trabalhar são os cursos técnicos, os cursos técnicos têm uma formação maior... eu entrei em abril mas eu sei que antes já existia uma série de conversas entre a Instituição, entre as várias instituições e o próprio Polo, o próprio representante do Polo, pra ver qual é, quais as possibilidades futuro e formação... mas hoje a gente está muito focado na questão dos cursos técnicos, então...

essa tem sido a maior contribuição eu poderia dizer assim. É... fora isso, no ano passado, principalmente, veio muito forte o PRONATEC, que é uma possibilidade de se fazer novos cursos, não só em iniciação, formação inicial e continuada, mas também cursos técnicos. (Entrevistado GGIF-1)

Dentre os cursos técnicos, dos quais se refere o entrevistado, os mais solicitados pelo Polo Naval são os cursos de Mecânica, Eletromecânica, Eletrotécnica e Eletrônica, cursos que atendem de forma direta às demandas do setor. De forma indireta, podemos citar os cursos de Edificações – uma vez que, com a instalação do Polo Naval na nossa região, a necessidade da construção civil foi potencializada – e os ligados aos impactos ambientais causados pelo empreendimento, como os cursos técnicos em Controle Ambiental e em Meio Ambiente e os de nível superior, como os cursos de Tecnologia em Saneamento Ambiental e Tecnologia em Gestão Ambiental. Conforme próximo entrevistado do GGIF,

[...] a gente acaba atendendo o Polo no sentido de que a formação que a gente dá ela serve para que se precisa, para as tecnologias, né? eletroeletrônica, metalmecânica, toda essa parte que se usa na questão, mas talvez falte focar um pouco mais e botar... olha, tais e tais cursos com enfoque para o Polo Naval. (Entrevistado GGIF-4)

Quando o assunto é como o IFSul pode atender de modo mais eficiente às demandas do Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande, verifica-se na avaliação do entrevistado:

Hoje, eu acho assim, aí é uma opinião pessoal minha, eu acho que o mais prudente ainda é fazer essa formação basilar que a gente faz, com conhecimentos sólidos em Mecânica, em Eletromecânica, Eletrotécnica, Eletrônica, e todas essa áreas que eu te falei e preparar o estudante para a demanda específica do Polo Naval através de programas específicos de extensão. O nosso aluno faz a base e aí depois o que ele precisa lá, o que que tu vai ser? Bom eu vou ser um instrumentista, eu vou trabalhar lá na instrumentação, então nós vamos te dar aqui um curso de instrumentação, um curso de 150 horas de instrumentação, tu vais ser um técnico em Eletrônica, ou técnico em Eletrotécnica com um curso, tu vais ter o diploma de eletrotécnico e tu vais ganhar um diploma de um programa como o PROMINP de instrumentação e vais ficar habilitado para trabalhar ali, amanhã ou depois, não, não vou mais trabalhar lá, quero trabalhar, passei num concurso da CEEE em Porto Alegre, bom, aquele curso de instrumentação ele faz parte do meu currículo, mas o que eu vou precisar pra trabalhar na CEEE não é o diploma da instrumentação, é o meu diploma de técnico, que eu consegui aqui, que é a formação basilar que eu tenho. Então hoje, eu seria um defensor dessa política, da formação basilar para atender não só o Polo Naval pra atender o mundo do trabalho, e aí a formação específica pro Polo Naval não ser dada nos cursos

técnicos de Nível Médio e sim em curso de capacitação, de qualificação por programas específicos de extensão, para atender essas demandas específicas. (Entrevistado GGIF-2)

E assim, além dos profissionais que são aproveitados no Polo Naval oriundos dos cursos técnicos já existentes na Instituição, o IFSul também qualifica mão de obra direta e indireta para atuação no Polo Naval, a partir de cursos de extensão, como o PRONATEC e o PROMINP, como esclarece o entrevistado:

[...] o PRONATEC ele é um programa governamental que atende a isso, ele é pra isso mesmo, pra formar pessoal especializado em alguns focos do processo produtivo... então, é estratificado o processo produtivo, eu preciso desse cara, desse cara, então ele vem pra isso, então é por isso que a gente tem atuado via PRONATEC. (Entrevistado GGIF-1)

No que se refere a um melhor atendimento por parte do IFSul às demandas do Polo Naval, de acordo com o entrevistado, “ainda é melhor para nós atendermos o APL focado no Polo Naval com cursos de extensão” (Entrevistado GGIF-2). E assim tem sido feito. A partir da Pró-Reitoria de Extensão, a Instituição desenvolve os programas do Governo Federal PRONATEC e PROMINP com cursos de educação profissional, capacitando mão de obra direta e indireta para as demandas do Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande.

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico, o PRONATEC, pretende promover o direito à Educação Profissional a um número significativo de brasileiros diante do propalado “apagão de mão de obra qualificada”, oportunizado pelo crescimento econômico do país que demanda profissionais capacitados para postos de trabalho mais complexos. (PACHECO; MORIGI, 2012, p.98)

O PRONATEC é um programa amplo do Governo Federal e que tem como objetivo, segundo o entrevistado

[...] oferecer cursos de Educação Profissional a estudantes e trabalhadores diversos, também pessoas com deficiência e beneficiários dos Programas Federais de transferência de renda, esse é o foco do PRONATEC. Esse Programa é estratégico no desenvolvimento do País... é um Programa que busca qualificar profissionais com elevação de escolaridade, isso também é importante, a elevação de escolaridade, na verdade ele se constitui num instrumento de fomento ao desenvolvimento profissional, de inclusão e de promoção do exercício da cidadania. (Entrevistado GGIF-09)

Conforme o entrevistado a seguir, o PRONATEC, no que se refere à formação específica dos trabalhadores para o atendimento das demandas do Polo Naval, informa:

Polo Naval especificamente a nós não é nosso foco o Polo Naval em si. É lógico que as prefeituras, a prefeitura de Rio Grande, Pelotas lógico que tem interesse em cursos que tenham um viés que atenda o Polo Naval, agora diretamente para o Polo Naval não, e nós temos ofertado cursos aqui que certamente servem de base para o pessoal pleitear alguma vaga junto ao Polo Naval. (Entrevistado GGIF-9)

Embora este Programa não atenda de forma direta às demandas do Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande, ele acaba capacitando trabalhadores para suprirem as vagas disponíveis em outros segmentos, vagas abertas em consequência da migração de trabalhadores para o Polo Naval em busca de melhores salários, plano de saúde, oportunidades de crescimento dentro das empresas etc.

Na verdade isso que te falei, o PRONATEC ele não atende as empresas diretamente, atende programas, as pessoas que estão nos programas sociais do Governo Federal, e que de uma forma ou de outra eles acabam indo pro Polo substituindo pessoas que foram para o Polo no mercado, então eu tenho um soldador que hoje trabalhava numa serralheria, esse soldador se eles já têm as condições, se ele já é experiente ele vai pro Polo, mas aí abre uma vaga na serralheria, e essa vaga pode ser suprida por algum aluno do PRONATEC. (Entrevistado GGIF-9)

Ao anunciar, em 2011, a criação de 208 novas unidades da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, a presidente Dilma Roussef em seu pronunciamento afirma que:

[...] o Pronatec vai beneficiar milhões e milhões de brasileiros. O Pronatec é um programa extremamente ousado para garantir que o ensino médio brasileiro não seja um ensino deslocado e desfocado da realidade que nós vivemos. Mas o Pronatec é aquele programa de ensino médio que introduz na educação brasileira um momento decisivo, que é a formação técnica profissional. E vai significar para o Brasil um grande aumento de produtividade, uma imensa capacidade de melhorar a qualidade dos nossos empregos e, sobretudo, de assegurar para o Brasil um padrão de desenvolvimento e de integração social, na qual a educação cumpre um dos papéis mais relevantes para que os nossos trabalhadores sejam de fato, aqueles beneficiados com o fruto do desenvolvimento e, portanto, tenham salários cada vez mais adequados. (PACHECO; MORIGI, 2012, p.99)

O PRONATEC, hoje com uma lista em torno de mais de quatrocentos cursos já pré-estabelecidos, oportuniza cursos técnicos nas atuais 562 unidades da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, unidades estas que, conforme a lei, precisam oferecer 50% de suas matrículas em ensino técnico, seja na modalidade integrada, subsequente ou concomitante.

Outra ação do PRONATEC é a oferta de cursos de formação inicial e continuada do trabalhador favorecido com programas de transferência de renda do governo, como o Programa Bolsa Família, ou beneficiário do seguro desemprego.

Como forma de suprir as necessidades diversas de mão de obra que o país vive hoje, o PRONATEC oferece também cursos de qualificação rápida, cursos de curta duração, em torno de 160 horas, visando capacitar o trabalhador pouco escolarizado para postos de trabalho específico.

O PRONATEC também disponibiliza Bolsa Formação:

Bolsa formação estudante – O bolsa formação estudante corresponde ao financiamento da modalidade concomitância para estudantes do ensino médio das escolas públicas, sendo cursos de formação inicial e continuada – de no mínimo 160 horas, sejam cursos de nível médio de 800 a 1.2000 horas.

Bolsa formação trabalhador – O bolsa formação trabalhador corresponde ao financiamento de cursos de formação inicial e continuada, prioritariamente para beneficiários do bolsa família e do seguro desemprego. (PACHECO; MORIGI, 2012, p.101)

Assim, com o incentivo do Governo Federal

Os alunos eles gostam porque eles recebem uma bolsa, no caso do IFSul ele paga um bolsa de R\$ 12,00 por dia, que é um auxílio pra transporte e um lanche, então isso também motiva, investimento que o Governo faz, o Governo dá a Bolsa Família, da o Seguro Desemprego, da Seguro Saúde, e ainda paga para o aluno vir assistir as aulas, o aluno não desembolsa nada, na verdade o Governo tá investindo porque ele quer qualificar esse pessoal, para depois esse pessoal andar... o Governo tá ensinando a pescar, não tá querendo só dar o peixe, é isso aí, é mais que justo. (Entrevistado GGIF-9)

Em 2014, o PRONATEC atingirá oito milhões de matrículas em cursos de formação inicial e continuada e cursos técnicos, promovendo, assim, a oportunidade de amenizar a profunda desigualdade social, resultado de um modelo de exploração capitalista presente na história de nosso país.

Outro programa do Governo Federal é o PROMINP, Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás, que foi instituído em 2003. Este Programa possui vários objetivos e um deles caracteriza-se pela capacitação de trabalhadores para atuação no segmento de petróleo e gás. Como elucida o entrevistado abaixo:

A intenção é criar uma mão de obra aqui no nosso país para atuar nesse segmento e não importar mão de obra pra atuação neste segmento. Esse é um dos programas do PROMINP no caso um programa que o IFSul se inseriu, mas também existe outros programas do PROMINP como pesquisa, ela trata com pesquisa, desenvolvimento de produto, também pode ser ligado a Instituição

de Ensino assim como o financiamento para empresas pra aquelas que desenvolvam produtos, ou linhas de produção pra se tornarem fornecedoras do segmento naval. Então, falando de forma bem simples, seria isso aí. (Entrevistado GGIF-7)

A capacitação dos trabalhadores via cursos do PROMINP foi realizada, nos ciclos anteriores, dentro do IFSul campus Pelotas da seguinte maneira:

[...] primeiramente, tendo a demanda de cursos estabelecida pela PETROBRAS nós fazíamos um edital interno para seleção de professores para disciplinas oferecidas em cada curso, então esse edital analisava currículo, experiência dos professores e aí se fazia a seleção. Esses professores, como o PROMINP é um convênio feito mediante a nossa Fundação, e os professores receberiam um remuneração por essas aulas então o combinado era sempre que eles poderiam participar do PROMINP, mas não no horário normal de trabalho, teria que ser fora desse horário [...] se fazia a seleção e depois se criava os horários dos cursos do PROMINP e justamente usando essa lógica aí de cada professores me apresentava o seu horário da Instituição e as horas vagas dele eu usava para colocar aulas do PROMINP. Os cursos em sua maioria foram executados aqui dentro da nossa Instituição, principalmente no curso de Eletrônica, e Eletromecânica, também um pouquinho na Mecânica em função do tipo de curso que era o curso de eletricista montador, eletricista força e controle, instrumentista montador, instrumentista de sistema e no último curso do PROMINP nós tivemos um curso diferente, foi o assistente de logística, teve uma turma desse curso que, como o curso era mais teórico não teve envolvimento da área física dos cursos, então a gente utilizou os espaços vagas de sala de aula e de disponibilidade de professor, oferecidos pela Instituição, então o laboratório, por exemplo, se o laboratório não tava sendo utilizado a gente colocava uma aula naquele horário. Em cada cursos tinha um supervisor pedagógico que tinha como objetivo acompanhar as aulas dos professores, fazer o acompanhamento dos alunos com o intuito de identificar problemas, até como os cursos eram de curta duração, 240 horas, então, e os alunos não tinham experiência muito deles, o objetivo desse acompanhamento era verificar algum problema e tentar, fazer com que o aluno não desistisse e se recuperasse por exemplo, se tivesse se saindo mal em uma determinada disciplina, então cada turma tinha um supervisor que a gente também selecionava mediante um edital interno, classificando, através dos critérios que se tinha, analisando currículo e a experiência. Então, tanto no quinto ciclo como sexto nós tivemos 12 turmas, sendo que no quinto ciclo 7 turmas foram aqui em Pelotas e 5 em Sapucaia. No sexto todos foram aqui em Pelotas. Os cursos realizados no quinto ciclo foram: eletricista força e controle, eletricista montador, instrumentista montador, instrumentista de sistemas. No sexto ciclo nós tivemos os mesmo quatro mais o curso assistente logística, sendo que no sexto ciclo teve um curso que não saiu que o curso de desenhista projetista da arquitetura naval, não saiu porque só tinham dois candidatos aprovados no processo seletivo e o mínimo necessário para que a PETROBRAS liberasse o curso era catorze candidatos. (Entrevistado GGIF-7)

Durante os dois ciclos anteriores do PROMINP,

[...] pra cada um desses dois ciclos nós tivemos um processo de seleção que foi feito a nível nacional, pela Fundação Cesgranrio que ela foi contratada pela Petrobras pra fazer esse processo seletivo, a nível nacional, claro que as vagas pra fazer este curso elas surgiram em locais próximos a polos navais, então esse processo seletivo a nível nacional, selecionados os alunos aí a nossa função como entidade de ensino executora dos cursos era fazer, efetuar o processo de matrícula desses alunos e efetivamente ministrar os cursos, esta seleção a nível nacional, a demandas de cursos, tipos de cursos e quantitativo de vagas eles foram determinados pela Petrobras em conformidade com as necessidades que eles levantaram nas regiões onde se tem o polo naval, não fomos nós que determinamos as vagas, eles é que fizeram um levantamento, conforme a necessidade de cada região, o tipo de curso, as previsões das obras, por exemplo, as etapas que as obras se encontravam e a partir disso estipularam os cursos e o número de pessoas para serem treinados, então foi feito dessa forma, no quinto e no sexto ciclo do PROMINP, e aí aconteceu que o quinto ciclo começou em janeiro de 2012 e se encerrou em agosto de 2012, tão logo terminou o quinto ciclo nós já iniciamos o sexto ciclo do PROMINP, nos mesmos moldes que eu estou te dizendo. Neste sexto ciclo do PROMINP então os cursos começaram em agosto de 2012 e foram até maio de 2013. De lá pra cá de maio de 2013 pra cá, teria-se a previsão da ocorrência do sétimo ciclo, mas devido algumas alterações de pessoas e de política de execução do PROMINP, por enquanto ela está suspenso, com previsão de que ocorra novamente o sétimo ciclo, mas eles estão dizendo que não vai se chamar sétimo ciclo, mas que ocorram cursos do PROMINP no ano que vem. (Entrevistado GGIF-7)

Em 2014 ocorrerá mais uma edição do Programa, mas com algumas mudanças na sua estrutura, deixando de ser realizado a nível nacional e passando a ser a nível regional.

Uma das razões para mudar a forma de trabalho é que eles acham que muito dos profissionais que foram capacitados não conseguiram se inserir nos polos navais por uma série de razões, uma, por exemplo, que não tinham interesse, queriam somente fazer um curso de qualificação, pegar um certificado, os cursos ofereciam bolsas e às vezes faziam pela bolsa, outras porque as empresas também não mantiveram a grande comunicação com o PROMINP e com as instituições de ensino pra aproveitar esse pessoas, ou porque as empresas já também buscavam profissionais com experiência, não tinham requisito na área naval para fazer os cursos, então obviamente, muito dos que fizeram não tinha experiência, então esse aí foi outro fator que atrapalhou na contratação de pessoal, então a nova sistemática, que eles estão prevendo, que saia o curso mediante uma demanda direta das empresas e a seleção não vai mais ser feita a nível nacional, deverá ser feita a nível regional, talvez até quem tenha que fazer o processo de seleção seja a entidade de ensino, nessa nova sistemática que eles querem implantar eles querem aproximar mais

as empresas das entidades de ensino pra que efetivamente o que elas peçam seja feito e se tenha um aproveitamento melhor dessa mão de obra que venha a ser treinada. Isso são informações que eu recebi do pessoal da PETROBRAS no Rio de Janeiro, mas que ainda não foram confirmadas, uma coisa é certa, a sistemática que nós tivemos no quinto e no sexto ciclo ela mudou, vai mudar. (Entrevistado GGIF-7)

Assim, com a implantação de uma nova sistemática, em que os cursos sejam oferecidos mediante uma demanda direta das empresas e a seleção não seja mais realizada a nível nacional, e sim regional, tende a ocorrer uma maior aproximação entre as empresas e as entidades de ensino, proporcionando uma maior sintonia entre as partes. Esse fato faz com que as necessidades das empresas de trabalhadores qualificados sejam sanadas com o aproveitamento de mão de obra treinada pelo PROMINP.

Com a implantação dos programas PROMINP e PRONATEC dentro da Instituição, pude perceber durante este trabalho de investigação a existência de algumas vantagens tanto para o espaço educacional como para os alunos que participam dos cursos. Exemplificando uma delas: através do PROMINP, foi possível a aquisição por parte da Instituição de equipamentos e materiais de uso permanente. Conforme o entrevistado a seguir:

[...] esse convênio do PROMINP ele propiciou com que adquiríssemos alguns equipamentos com o recurso do convênio que ficaram aqui na instituição, então alguns laboratórios receberam alguns equipamentos, então foi um aspecto positivo dos cursos do PROMINP dentro da Instituição, ora, o contato dos professores com o pessoal do Polo Naval, nós fizemos algumas visitas lá, o próprio contato dos estudantes que saem daqui e vão trabalhar no Polo Naval que muitas vezes se mantêm, eu acho que também foi outro aspecto positivo também, o que aproximou o docente da Instituição numa atividade industrial que tá próxima a nós, digamos assim, despertou, exigiu dos professores um trabalho dos conteúdos de uma forma direcionado pras necessidades do Polo Naval, não só aquela rotina de aula dos cursos técnicos, eu acho que também foi outro aspecto positivo. (Entrevistado GGIF-7)

Outro ponto positivo na relação entre programas de extensão e instituição de ensino é que, dado o imediatismo necessário para atender às demandas do Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande e sendo o IFSul uma instituição pública, em que os processos de alteração na estrutura dos cursos são considerados lentos frente a necessidades de qualificação profissional, as demandas do Polo Naval são melhores atendidas pelo Programas PROMINP e PRONATEC, visto que, com estes

programas, é possível atender mais especificamente a determinadas demandas sem a necessidade de mudança no perfil dos cursos de ensino.

No que diz respeito aos benefícios dos programas de extensão aos estudantes/trabalhadores, os programas disponibilizam, além de todo o material didático gratuito, o deslocamento e lanche, possibilitando que todos, principalmente pessoas em situação de vulnerabilidade social, tenham acesso aos cursos e, assim, possam através desta capacitação, ingressar no mundo do trabalho. Como informa o entrevistado seguinte:

[...] esse é um atrativo impar que nunca houve na educação do Brasil nunca, o aluno ele recebe uma bolsa, ele não pode gastar nada, ele recebe 100% daquilo que ele tá ganhando, totalmente sem ônus, ele recebe lanche se for um turno, se for 2 turnos 2 lanches, recebe deslocamento de ida e volta de sua residência, todo o material didático de apostila, livro, lápis, caderno, borracha, caneta, pasta, se tiver material de segurança, jaléco, óculos, botas se for o caso, o que for necessário para ele fazer o curso, participar do curso e se capacitar para aquilo que ele buscou, naquilo que ele quer, buscar pra mudar sua vida, então isso fez a diferença, embora outros programas que tenham a gratuidade no ensino pública, ele não tem toda a gratuidade que o PRONATEC tem, então, o menino e menina, o senhor e a senhora que vais dos 16 aos 70 possam fazer, resgatar o seu mundo para a capacitação, ele faz e ganha com isso, ele ganha o estudo totalmente gratuito e todos esse deslocamento e lanche durante... o material escolar totalmente gratuito [...] (Entrevistado GGIF-8)

O PROMINP proporciona aos alunos do Instituto que almejam ingressar na indústria naval um diferencial perante os outros candidatos que possuem apenas o curso técnico. Conforme o entrevistado seguinte:

A maioria saiu do curso técnico e também fez o curso do PROMINP, as duas coisas, mas acho que nós temos mais alunos que tem o curso do PROMINP e que tem a formação técnica em relação aos alunos que não fizeram nenhum curso técnico na Instituição... houve um aproveitamento maior, até onde eu sei, desses alunos com maior capacitação, foram aproveitados em maior número lá no Polo Naval. (Entrevistado GGIF-7)

Assim, os alunos que possuem o curso técnico nas áreas afins como, Mecânica, Eletromecânica e Eletrotécnica, ou cursos que possuem as disciplinas de Segurança, Meio Ambiente e Saúde, pois é uma preocupação da PETROBRAS, mais o curso oferecido pelo PROMINP, duplicam as chances de ingresso no Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande.

Além dos cursos técnicos regulares e de extensão oferecidos pelo IFSul, as empresas do Polo Naval e *Offshore* contam também, para a formação de seus

trabalhadores, com o IFRS, *campus* Rio Grande, FURG, SENAI, SENAC, SEST/SENAT e cursos oferecidos por empresas particulares como Anhanguera, Dimensão, Estilo, CTRIN, EMITec etc., com sério critério de seleção.

Uma das empresas que compõem o Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande informou que possui um programa de *trainee*.

[...] a gente tem um programa de trainee que todos os anos a gente faz o programa pra 15, 20 trainees, esse ano a gente teve dois trainees que são engenheiros navais que vieram do Ceará e outro do Piauí... é porque realmente não tem aqui nas redondezas... agora quando a FURG formar essa primeira turma vai ter, mas até então não, esses dois engenheiros navais vieram de longe. (Entrevistado GEPL-2)

Como foi informado na entrevista, a FURG, Universidade Federal do Rio Grande, dispõe de um curso de Engenharia Naval. Também a Universidade Anhanguera disponibiliza os cursos de Engenharia de Produção e Produção Industrial. Muitos destes *trainees* surgiram destas universidades.

O IFSul não foi um articulador da vinda do Polo Naval para a região. Talvez por isso a relação entre o IFSul e o Polo Naval seja considerada ainda uma relação “tímida”. Contudo, devido a sua história de qualificação profissional, ele foi, certamente, influente na decisão da implantação desta indústria na região. Conforme se percebe no trecho a seguir:

O IFSul ele, digamos assim, ele não foi um articulador da vinda do Polo Naval, sem dúvida nenhuma os articuladores políticos da vinda do Polo Naval pra região sul, levaram em conta existir o IFSul. Se não participou diretamente dessa articulação, ele foi importante pela história que tem de formação de trabalhadores para o trabalho complexo, ele foi sem dúvida nenhuma um dos fatores que deve ter levado a essa decisão de instalar o Polo aqui. Relação do IFSul com o Polo Naval? Talvez por não ter sido o articulador dessa vinda, o IFSUL, eu acho que tem uma relação muito tímida com o Polo Naval, é isso. (Entrevistado GGIF-3)

No entanto, como já dito anteriormente, o *campus* Pelotas é uma instituição estruturada ao longo de seus 70 anos, o que produz história e enraizamento.

A seguir, tratarei a questão das possíveis resistências ao atendimento de demandas pelo Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande.

7.2 Resistência para atender o Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande

A Instituição, durante a sua longa existência, vem capacitando e qualificando mão de obra não só para os APLs, mas para todas as regiões do Brasil e do mundo, com grande reconhecimento pelo seu trabalho na qualificação de seus alunos para o mundo do trabalho. Talvez seja este, o atendimento não só local, um dos motivos que contribuem para que a relação entre o Polo Naval e o Instituto seja considerada uma relação um tanto quanto “tímida”, como confirma o entrevistado ao dizer “Eu penso que Pelotas, por ser uma Escola de tanta tradição, a procura é tão grande pelos seus cursos e tudo mais, ela fica mais fechada com o que acontece a sua volta” (Entrevistado GGIF-3).

Salienta este entrevistado, representante do GGIF, que institutos mais antigos em relação aos institutos que estão sendo criados agora reagem de maneira diferente às demandas dos APLs.

Agora, por exemplo, em Charqueadas, que tá começando a ter o Polo Naval do Jacuí, eu já estou percebendo uma outra postura das áreas afins, com maior proximidade com o que acontecendo agora e com o que está começando a acontecer, que em Pelotas não teve [...] não tem uma mobilização da Instituição em ir a Rio Grande. É porque talvez, bueno, a gente forma gente para espaço outros, e talvez nem conseguíssemos formar na quantidade que Rio Grande precisa em trabalhos menos complexos. (Entrevistado GGIF-3)

Esta reação diversa entre os *campi* mais antigos e novos em relação às demandas profissionais é dada, como salienta o entrevistado, em razão do envolvimento entre instituição e sociedade.

Sem dúvida nenhuma tu tá criando os campus agora e tá fazendo um soldagem junto, envolve Câmara de Vereadores, envolve pessoas da sociedade civil para ver as demandas de cursos, então, claro que eles vão tá muito mais afinados com a economia, com o setor produtivo de agora do que quem começou seus cursos há muito mais tempo. (Entrevistado GGIF-3)

Sobre a resistência ao atendimento às demandas profissionais do Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande, acredita o entrevistado que, além de ter sido o IFSul *campus* Pelotas criado há bastante tempo, assim se distanciando um pouco das demandas locais, o não atendimento às demandas do Polo Naval e *Offshore*, ocorra em consequência do Instituto não ter sido um dos articuladores da vinda do empreendimento para a região.

[...] eu acho que parte muito também de não ter sido o Instituto o organizador desta vinda, um dos organizadores, sem dúvida foi utilizado como argumento para que viesse, mas ele não foi o articulador desta vez, talvez se conseguisse uma maior participação

do campus Pelotas, digamos assim, se tivesse tido uma maior conversa anterior sobre o que que poderia ser feito e tudo mais, não chegar só com uma demanda agora que está tudo pronto. (Entrevistado GGIF-3)

Talvez por não ser um dos articuladores da vinda do Polo Naval, juntamente com a respeitabilidade e procura por seus cursos, tenha impedido que a Instituição se aproximasse mais do Polo Naval e *Offshore* e vice-versa.

[...] o campus Pelotas tem uma respeitabilidade no mercado, tem cursos que tem vinculação com o mundo produtivo noutras outras áreas, forma pra essas áreas, então acaba não sentindo tanta necessidade de se abrir para essas possibilidades, mas também não foi chamado para montar essas possibilidades, só depois que já tava montado, então eu acho que... aí tem um certo problema de passo, no estabelecimento da caminhada, mas temos tentando atuar neste sentido, mas sabendo das limitações que a gente tem, sobretudo para aqueles trabalhos mais complexos. (Entrevistado GGIF-3)

Para os trabalhos mais complexos, necessita-se de professores capacitados, estrutura física, maquinário etc.

Um dos grandes entraves para que IFSul capacite também para a indústria naval e, assim, acabe atendendo o APL do Polo Naval *Offshore* de Rio Grande é a falta de capacitação dos professores e a carência de investimento em maquinário. Conforme entrevista a seguir, no que se refere ao atendimento às demandas do Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande a partir de cursos técnicos, é dito que:

O Polo Naval... a perspectiva dele que a gente tem é potencializarão cada vez maior, pelo menos esperamos que assim o seja, e a nossa intenção é acompanhar esse processo, atender eles cada vez mais, todos os relatos que eu já te fiz, claro que a gente tem que tomar um cuidado como eu te disse, nos somos uma Instituição de 70 anos que tem toda uma história, não é só o arranjo produtivo local que depende de nós, nós tradicionalmente exportamos mão de obra. [...] nós temos também pessoas, empresas, e entidades fora daqui que dependem de nós, então é esse o cuidado que a gente tem que ter. Como que nós vamos conseguir atuar numa área que a gente não tá acostumado que é o Polo Naval, atender a um arranjo produtivo local que foi criado aqui nos últimos anos e ao mesmo tempo não deixar de atender o que a gente sempre atendeu que é o mundo do trabalho como um todo, e sempre atendemos muito bem, então a gente tem que continuar mantendo essa qualidade que a gente tem de atendimento do mundo do trabalho e conseguir ao mesmo tempo atender também as demandas, totalmente, a gente talvez não vai conseguir mas atender no máximo de nossas forças as demandas oriundas do Polo Naval, como chegar a esse ponto de equilíbrio? Ainda não saberia te dizer mas é algo que a gente tem que buscar e a gente tá buscando. (Entrevistado GGIF-2)

Além dos cursos técnicos, outra forma de atender às demandas do Polo Naval e *Offshore* seria a partir de cursos de especialização na área naval. Respondendo ao meu questionamento quanto à possibilidade de criação de cursos de especialização na indústria naval, o próximo entrevistado relatou as dificuldades existentes dentro da Instituição, fatores que contribuem para que isso não ocorra.

Isso é possível, só que assim, onde é que a gente tem limitadores pra isso aí? Até pouco tempo atrás o próprio Ministério tinha dificuldades em reconhecer os cursos pós-técnicos, então, por exemplo, assim ó, o aluno do pós-técnico pra SETEC e pro MEC, ele não indexava como componente orçamentário do IFSul, então o que que isso me trazia de problemas, eu tenho a minha força de trabalho e o meu orçamento e eu ia ter que usar a força de trabalho, a força de trabalho que eu digo são os professores e os administrativos do campus, eu teria que usar essa força de trabalho pra formar um grupo de alunos num curso pós-técnico pra atender uma demanda específica e o Governo não reconhecia aqueles alunos que eu tava formando como componentes do Instituto, então aqueles alunos não contavam como estudantes do Instituto, não contavam como orçamento, por exemplo, se eu fosse dar uma disciplina lá no curso de soldagem, todo o material que eu preciso, gás, eletrodo, chapa, todo o material de consumo, aquele aluno, o Governo não reconhecia aquele como um componente pra... olha, tudo tens esses alunos então eu vou te mandar X reais por aluno pra tu fazer a compra do material pra esse aluno, pra fazer a formação dele, não, o Governo não reconhecia isso, agora já está sendo possível, só que assim ó, da forma como a gente tem trabalhado, os nossos professores, eles tão dando conta dos cursos técnicos de Nível Médio, e trabalham nos cursos de extensão fora de seu horário de trabalho com uma remuneração extra, hoje se eu for ofertar cursos pós-técnicos, eu teria problema de área física no campus, eu teria problema de força de trabalho, se eu não poder remunerar eles por forma de bolsa, por exemplo, pra trabalhar nisso aí, eu tenho problema de força de trabalho por que os professores vão exceder a carga horário semanal de trabalho deles e a questão da compra dos insumos é muito complicada, então por isso que esses Programas PROMINP e PRONATEC eles vêm a preencher uma lacuna pra nós, porque, o professor trabalha fora da sua jornada de trabalho, recebe por forma de bolsa fora e o dinheiro da manutenção desse curso pra compra de insumos, material de consumo, posso comprar material permanente, maquinário, vem todos no convênio, eles não entram por dentro do orçamento do IFSul, então eu consigo montar turmas pra atender as demandas específicas com pessoas pra trabalhar e eu consigo direcionar dinheiro do próprio convênio pra que esse curso se mantenha, ou seja, esses cursos, por PROMINP e PRONATEC eles são basicamente auto-sustentáveis, é dinheiro que vem pra uma formação e esse dinheiro eu posso remunerar o pessoal administrativo de apoio, eu posso remunerar o pessoal docente, posso comprar o material de consumo e permanente pra execução desse curso e também tanto PROMINP quanto PRONATEC contemplam bolsas para os alunos, que o nosso aluno regular do

curso técnico não tem, então, por exemplo, tu pode pegar um, uma pessoa que está desempregada e ofertar um curso pra ele, dando uma bolsa pra ele e ainda com uma possibilidade de empregabilidade depois. (Entrevistado GGIF-2)

Assim, conforme o entrevistado, várias são as vantagens de se optar por cursos de extensão e não especializações. Além dos cursos de extensão atenderem às demandas do Polo Naval e *Offshore*, eles acabam beneficiando a Instituição, como por exemplo, a aquisição de material permanente, aumento na renda mensal do professores, solução para o problema de espaço físico, além de contribuir para a diminuição da desigualdade social, proporcionando aos alunos desempregados a possibilidade de frequentarem os cursos do PROMINP e do PRONATEC, devido ao auxílio dado a partir da oferta de bolsas e de todo material didático do curso, diferente dos alunos dos cursos técnicos da Instituição. Infelizmente, muitos dos profissionais que foram capacitados nestes programas não conseguiram se inserir no Polo Naval e *Offshore* por várias razões, como a falta de interesse dos próprios alunos em trabalhar na indústria naval, pois queriam somente fazer um curso de qualificação e adquirir o certificado. Outros só participaram dos cursos porque ofereciam bolsas, outros não foram absorvidos pelo mercado de trabalho porque as empresas não mantiveram comunicação com o PROMINP e com as instituições de ensino para aproveitar esses trabalhadores, ou, ainda, porque as empresas buscavam profissionais com experiência, condição não exigida para que os alunos pudessem fazer os cursos. Dessa forma, muitos dos que concluíram o curso não tinham experiência e, por isso, não foram contratados.

A falta de professores capacitados aliada à falta de investimento em maquinário torna-se sinônimo de resistência para o atendimento às demandas do Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande, tanto com cursos técnicos como com cursos de especialização na área naval.

Eu acho que existe uma grande resistência das áreas mais envolvidas em dar cursos específicos para as necessidades do Polo Naval, mas também não é uma coisa assim, as pessoas não querem dar. O tipo de solda utilizado em alguns... eu não sou profundo entendedor desta área, eu sou professor de Eletrônica, nós não temos às vezes pessoal capacitado para isso, nem maquinário para dar esses cursos [...] O nível de formação necessária pra algumas áreas específicas da indústria naval exigiria formação, capacitação de professores para fazer isso, investimento pesado em maquinário. (Entrevistado GGIF-3)

Esses fatores, dentre outros, resultam na falta de cursos dentro do IFSul que tenham como foco a indústria naval. Ao ser questionado a respeito da não criação desses cursos técnicos específicos para atender a essa demanda, no IFSul *campus* Pelotas, visto sua proximidade com o Polo Naval e *Offshore*, o entrevistado do GGIF explica: “É, porque, veja bem... para criar cursos dentro do IF eu preciso de reestruturação, eu preciso de dinheiro e de pessoas, tá? e cadê essas pessoas e cadê o dinheiro?” (Entrevistado GGIF-1). Assim, de forma incisiva, esclarece que a inexistência de recursos financeiros e de pessoal justifica a falta de cursos que atendam às necessidades deste setor.

Normalmente, na maioria das instituições de ensino, os cursos criados nestes espaços nascem a partir da vontade de alguns professores. O entrevistado GGIF-1, quando perguntado sobre a possibilidade da criação de cursos que atendam à demanda do Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande, diz: “É... se alguns professores, aí eu não sei a questão de horários, se colocassem... pra criarem esses novos cursos, cursos com um foco maior no Polo Naval, aí poderia isso acontecer com mais rapidez [...]”. Deste modo, necessita-se, além do interesse e disponibilidade dos professores, um esforço por parte da gestão para que essas mudanças aconteçam com uma maior rapidez e eficácia. “E aí, eu e nossos colegas aqui como diretores, como professores, como técnicos, cada uma fazendo o seu papel é a pedra onde começa a parede, mas é assim... tu sabe que uma parede artesanalmente ela demora para ser construída” (Entrevistado GGIF-1).

Outro fator que contribui para o não atendimento das demandas do Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande é a necessidade de contratação imediata de grande quantidade de trabalhadores – só uma empresa do Polo Naval totaliza em torno de 5 mil trabalhadores, entre os seus funcionários e de empresas subcontratadas (podendo chegar a mais de 40 empresas nas áreas de elétrica, inspeção, qualidade, identidade visual, transporte, saúde, alimentação etc.) – o que faz com que as empresas acabem contratando mão de obra de outras regiões do país. Conforme entrevistado do GEPL, se houvesse mão de obra na região

[...] com certeza seriam admitidos, o custo pra empresa é muito menor se for candidato local, o local que a gente diz é Rio Grande, Pelotas, Pelotas é local pra nós. Porque a empresa paga passagem de avião, paga hotel, paga restaurante, paga hospedagem, paga tudo, desde que ele saia da cidade dele, inclusive ônibus, táxi, tudo, ele guarda as notas e a gente reembolsa, o avião a gente manda passagem, com data marcada, hospedagem, restaurante pra

almoço e janta, então o custo pra empresa é muito maior, chega a triplicar do que pra um candidato local, então com certeza se a gente tivesse candidatos aqui teriam preferência com certeza. (Entrevistado GEPL-2)

Esta contratação de trabalhadores de outras regiões do país resulta no aumento do custo operacional das empresas. Conforme entrevista com uma empresa atuante do Polo Naval e *Offshore*,

[...] a contratação local pra empresa ela é muito mais barata, o profissional de fora ele é mais caro, a gente tem alojamento aqui dentro da empresa o pessoal todo de fora tem direito ao alojamento, então a gente sustenta esse alojamento, água, roupa de cama, é gente pra fazer a limpeza, então é luz, então a gente deve ter uns mil homens no alojamento que é aqui dentro do canteiro mesmo, então esse custo pra nós realmente é mais alto. (Entrevistado GEPL-2)

Para outra empresa atuante no Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande, a contratação de trabalhadores de outras regiões do país representa

[...] um custo alto para a empresa hoje, tanto que foi feito um estudo aonde, ao invés de ter que captar mão de obra externa para vir para cá porque não formar mão de obra local? O custo ele é mais baixo... [...] É uma responsabilidade social com a cidade também, pensando muito nisso, não é política trazer, a gente traz realmente por necessidade, porque não tem em Rio Grande. Não tem como contratar um soldador que fez um curso no SENAI, largar ele dentro da área, para soldar aquelas chapas enormes quando eles não estão acostumados a soldar [...]. (Entrevistado GEPL-1)

A deficiência em nossa região de trabalhadores experientes na indústria naval obriga as empresas a contratarem trabalhadores de outras regiões do país, como pode ser confirmado no trecho a seguir:

[...] porque realmente a gente não tem mão de obra aqui e eles tem experiência, então eles vem de outros estaleiros, então eles vem para cá, mas o objetivo da empresa hoje que futuramente isso diminua, não precisa estar trazendo de fora por isso que a empresa ta fazendo esse projeto de qualificar mão de obra dinâmica, para que hoje um soldador treinado com o curso ano que vem ele possa, já ter desenvolvido e ter a experiência e qualificação que a empresa precisa. (Entrevistado GEPL-1)

A urgência devido aos prazos que as empresas têm que cumprir com a PETROBRAS é outro fator que resulta no preenchimento de muitas vagas por trabalhadores oriundos de outras regiões do país, principalmente das regiões com tradição na indústria naval, como é o caso de São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador etc.

[...] cada um tem que fazer a sua parte, o Polo Naval também, eles se instalaram e não pensaram nisso, e nem tão pensando porque eles tão trazendo gente de fora né? porque o que eles querem é imediato, né? o negócio deles ééé... tem que construir lá um navio, a plataforma eles não vão também esperar o IF se organizar. Eles tão pegando gente dá, lá cima, e no fundo eles tão pagando uma fortuna, porque antes disso tem que manter casa pra eles longe da família, olha o prejuízo que ta dando? Se tivesse gente daqui. (Entrevistado GGIF-6)

Pude perceber, durante a realização desta pesquisa, que a migração dos trabalhadores de cidade em cidade portuária em busca de emprego na indústria naval, resultado da falta de mão de obra especializada local, torna-se uma característica deste tipo de atividade laboral.

[...] o empecilho dessas pessoas se inserirem no Polo Naval é muitas vezes a falta de experiência, muitos que se formaram e queria trabalhar e tiveram dificuldade porque tinha o requisito de que tinha que ter experiência na área e aí no Polo Naval vinha muita gente de fora que às vezes tu termina trazendo conhecidos, ah! Já trabalhei com o fulano lá em Salvador, então vou chamar o fulano pra trabalhar aqui, os engenheiros já trazem as suas equipes o que não quer dizer que isso seja, que essas equipes tenham desempenhado grandes trabalhos, não, não generalizando, mas eu já ouvi falar que tem muitos que vem e não fazem nada, já sabem que vão embora então ficam enrolando até terminar o prazo volta. Tem um aluno que fez o PROMINP, de 10 só 3 trabalhavam, e muitos que vinham como se fosse grande coisa não tinham também o conhecimento necessário. Então eu acho que tem muito aquele negócio da amizade, fator de indicação, e outra dificuldade pra a gente inserir o nosso pessoal, mesmo assim a gente conseguiu colocar bastante alunos aqui da Instituição que estão trabalhando lá. (Entrevistado GGIF-7)

Confirmando o que foi dito anteriormente pelo entrevistado do GGIF a respeito das contratações por indicação, uma das empresas constituintes do Polo Naval, em entrevista, salienta que

A rotatividade também se torna grande porque essa mão de obra de fora muito também é politização, essa indicação é desses encarregados que vem de fora, e eles também trazem a suas equipes... a também uma certa estranheza de quem vem lá do nordeste, por exemplo, em relação ao nosso clima, que acabam indo embora por causa disso. Outros casos realmente acabam tendo algum problema, improdutividade, porque a demanda tá pedindo agilidade, então quem não entra nesse ritmo... tem muita gente esperando pra entrar aqui, entendeu? (Entrevistado GEPL-2)

É comum, a cada nova construção de plataforma, cada engenheiro ou cada encarregado levar consigo equipes de trabalhadores experientes no segmento da indústria naval.

[...] o encarregado chega aqui em Rio Grande e trás a equipe dele, o encarregado é lá do Rio, tem um monte de soldador que trabalhava lá, em São Luiz do Maranhão... ele pega e trás todo mundo, então acaba que vai um indicando o outro, e tem cara aqui que tem quarenta anos de solda, já trabalha a quarenta anos de soldador, é uma área bem específica assim, e hoje em dia aqui em Rio Grande como isso é muito recente não existe. (Entrevistado GEPL-2)

Conforme informação de uma das empresas que fazem parte do Polo Naval e *Offshore*, a maioria dos trabalhadores que dispõe de qualificação e de experiência vem das regiões

[...] norte, tem umas pessoas da Amazônia, mas em peso é nordeste e sudeste [...] as principais cidades do nordeste, Pernambuco, Estado de Pernambuco, Bahia é em peso, Salvador, Candeia... Rio de Janeiro, Amapá, Alagoas, Ipatinga, Ipatinga é Minas [...] Maranhão, Arari no Maranhão, tem cidades bem do interior, Piauí, Camaçari na Bahia... Curitiba, Paraná é raro, São Vicente-SP [...] Muito baiano e muito carioca... é o que mais vem... mas é a tradição na indústria naval né, esses lugares. (Entrevistado GEPL-2)

Esta característica é observada nos locais com tradição neste tipo de indústria e acentua-se, principalmente, na implantação de novos polos navais diante da falta de experiência dos trabalhadores locais.

A gente está dando bastante oportunidade pro pessoal que não tem experiência também, mas um pintor industrial, um pintor jatista, por exemplo, quase todos que vem pra cá, eles já tem uma experiência de outras plataformas, porque a gente sabe que aqui em Rio Grande as plataformas, as primeiras fabricadas no Brasil, mas em Pernambuco tem plataforma, em Macaé tem plataforma, no Rio de Janeiro... então o pessoal, esse pessoal, digamos que é sempre os mesmos, assim, eles transitam [...] ficam circulando, de plataforma em plataforma. (Entrevistado GEPL-2)

Essa migração de trabalhadores para Rio Grande, ocasionada pela falta de profissionais capacitados na região e também pela tradição que este tipo de setor tem – tradição esta em que equipes de trabalhadores experientes migram com seus coordenadores, encarregados, engenheiros para os locais onde estão sendo construídas as plataformas – faz com que 70% dos trabalhadores do Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande não sejam do estado do Rio Grande do Sul.

[...] hoje em dia tem uma plataforma lá em Macaé, então o pessoal... às vezes eu ligo “ah tem uma vaga pra encanador, tens interesse? Não, tô trabalhando em Macaé” [...] daqui a pouco acaba o projeto em Macaé, começa aqui a 63 aqui, eles vem pra cá, acaba aqui, vai ter um outro no Rio ele vai, então, eles vão se trocando, se mesclando... (Entrevistado GEPL-2)

Também é comum na indústria naval os próprios engenheiros e técnicos treinarem os trabalhadores dentro das próprias empresas, nas chamadas “escolinhas”, o que acaba dificultando a contratação de mão de obra capacitada pelos cursos do PROMINP e PRONATEC.

[...] eu sei que algumas empresas ali terminaram contratando, e pegando esses contratos e dando um treinamento mais específico, até dado pelos próprios profissionais, engenheiros e técnicos das empresas. Eu acho que é outro fator que também contribuiu para não pegar a mão de obra do PROMINP, a lógica que eu uso é que o cara da empresa, o engenheiro que é lá da Bahia vem pra cá, por fora ele dá um treinamento e aí ele também vai ganhar por isso, então pra ele é mais interessante fazer o treinamento dessa forma do que pegar um já treinado, por exemplo, do PROMINP, eu acho que isso aí de certa forma contribui para não... e eles dizem também que como eles dão o curso, após ter selecionado pessoas, eles também conseguem, digamos assim, direcionar mais o treinamento, eu acho até que eles têm razão, porque os cursos eles foram criados, 240 horas, mas dando uma formação mais ampla, a principio não se sabe a onde cada um dos alunos vão atuar, vão poder atuar mais numa área, outros mais noutras, então é um curso mais genérico, o que pra quem não tem experiência não é muito bom, e quando eles dão o treinamento específico para quem eles tão contratando, eles sabem o que eles vão exigir dos funcionários contratados, então davam um treinamento mais diferenciado, então o que eu sei também é que alguns cursos ocorreram patrocinados pelas próprias empresas, até os próprios que fizeram PROMINP também, talvez tenham participados de algum cursos desses aí. Nós fomos procurados principalmente pela Ecovix, eu passei toda a relação de alunos que foi aprovada, que concluiu os cursos do PROMINP, eu sei que eles chamaram vários desses alunos, alguns foram contratados e acredito que alguns tiveram treinamentos complementar. (Entrevistado GGIF-7)

Um dos motivos pelos quais as empresas do Polo Naval deixam de contratar mão de obra local capacitada pelo PROMINP é por ignorarem a existência desses cursos do Governo Federal e da PETROBRAS, que capacitam trabalhadores para o atendimento de demandas específicas do setor naval, conforme informa a seguir:

PROMINP é um programa do Governo Federal, o que eu observei é que algumas empresas do Polo Naval, muitos profissionais dessas empresas não conheciam o PROMINP, então eu acho que faltou, por parte da equipe executora do PROMINP, pela Petrobras, fazer uma maior divulgação nas empresas. As pequenas empresas nem sabiam que existia o PROMINP [...] eu acho que no quinto e sexto ciclo faltou uma maior aproximação, a gente até tentou, mas as empresas de início ficaram na delas, depois é que eles deram abertura, quando eles viram que não tinha mais de onde, eles diretamente, contratarem pessoas, aí eles recorreram a nós, aí eles lembraram que tinha o PROMINP, eu acho que foi mais ou menos isso que aconteceu, o cara tinha cento e tantos para contratar, não tinha mais de onde trazer e aí eles tinham o PROMINP e chegaram

a conclusão que tava muita rotatividade de mão de obra e começaram a fazer este trabalho com a gente aqui, eu sei que contrataram alguns, mas que ficou suspenso. (Entrevistado GGIF-7)

Talvez a maior limitação para o atendimento às demandas do Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande pelo IFSul seja o simples fato de o IFSul ser uma instituição pública e, como tal, as mudanças não acontecem na mesma velocidade das demandas. Exemplo que afirma isto é o caso do próprio Polo Naval, no qual a demanda de profissionais qualificados para o setor necessita ser preenchida imediatamente, sem chance das vagas serem proteladas, adiadas até o cumprimento de todos os requisitos para que possa ser criado um curso novo que atenda a essas demandas. Essa condição pode ser percebida no trecho a seguir:

O Polo Naval quando veio se instalar, há mais de 5 anos atrás, eu também participei das comissões iniciais de preparação para esse mundo novo de trabalho da região sul aqui no Rio Grande, e não só Rio Grande mas da grande Porto Alegre pra baixo, verificando exatamente as condições de alguma alteração nas escola normais pra que elas pudessem ter esse vícios, até porque o Polo Naval veio pra ficar, não é um Polo que vai fazer um navio ou uma plataforma e vai embora, ele vai ficar, não sei se é 20 anos, 15 anos, 25 anos, mas como hoje em dia as situações são muito pontuais e muito velozes as informações, elas tem que ser, pelo ensino, atendidas pontualmente quase, quase que uma ala minuta naquilo para que se necessita nos próximos 4, 5, 6 anos não interessa, mas a Rede Federal é muito lenta pra isso. A Rede Federal tem todo um processo pra se criar o curso, modificar o curso, então nós do IFSul realmente nós não atendemos a priori as carências pontuais, diretas do Polo Naval, porque teria modificado o currículo, ou inserção de novos cursos para o Polo Naval, mas o que a gente tem feito é dentro dos cursos que se tem aí eles atendem, muitos deles, ou quem sabe todos eles, atendem o Polo Naval diretamente ou indiretamente. (Entrevistado GGIF-8)

O imediatismo e o grande número de trabalhadores a serem contratados pelo Polo Naval a cada etapa da construção das plataformas, contribuem de forma determinante para o não atendimento pelo IFSul das demandas do Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande, conforme pode-se verificar no trecho abaixo:

Quando nós começamos o trabalho no Polo Naval, eu não lembro bem, mas 7, 8 anos atrás ou quem sabe quase 10, já existia isso, era uma demanda para daqui a 2, 3 anos tantas pessoas assim, tantos técnicos, tantos engenheiros, tantos soldadores, tantos metalúrgicos, só que é um mundo assim, eu preciso pra março de 2014, eu preciso pra setembro de 2014, eu preciso pra janeiro de 2015 tantos, é números grandes realmente, a escola não forma assim, não existe essa fabricação dessa mão de obra em série, em lotes, grandes lotes, a cada aluno que entra num curso técnico regular dentro da escola, a cada 20 alunos saem 2 ou 3 daqui há 2

anos, olha bem, o ensino público entram 20 e saem 2, 3, na regularidade dos 2 anos, né? se agente pegar como informação dos últimos anos que a gente tem no IFSul, de cada 20 alunos que adentram eu formam daqui a 4, 5 anos o curso que era 2, então vejam, 20 alunos levam na média de 4, 5 anos pra sair, somente 2, ou 3, ou 4 saem nos 2 anos que é o tempo normal que deveria ser feito, e o mercado como o Polo ele não espera como eu disse, ele não espera todo esse tempo. (Entrevistado GGIF-8)

É possível perceber nas entrevistas, a partir dos relatos dos gestores do IFSul, que o Instituto demonstra interesse em atender às demandas do Polo Naval e *Offshore*, mas poderia ser mais eficaz, como pode ser verificado nos trechos a seguir.

[...] a gente tá parado, por exemplo, a gente poderia melhor muito no sentido de ir atrás, as coisas vão chegando, aí um campus, de novo vou citar, o exemplo de Lajeado vai começar, requisita um estudo para o Observatório, o Observatório vai lá e estuda, acho que tá faltando talvez a gente começar, a nova gestão que começou agora em abril, esse ano, ser proativa nesse sentido, vamos buscar, vamos tentar fornecer um estudo lá pro campus Pelotas do que que seria importante pra região, pra tentar modificar os cursos que estão aí [...]. (Entrevistado GGIF-5)

Eu entendo que poucas mudanças ocorreram, a gente precisa avançar mais nesta questão. O que eu quero dizer é o seguinte, a gente tem que olhar mais para o Polo naval, do que a gente tem olhado. Essa é minha opinião pessoal. (Entrevistado GGIF-4)

Na opinião pessoal de mais um entrevistado, a relação entre IFSul e Polo Naval e *Offshore* é uma relação fraca, embora haja, por parte da Instituição, interesse em atender à demanda da indústria naval.

A minha opinião assim, hoje, não estou falando pela Instituição, estou falando por mim, é fraca essa relação, por isso tudo o que eu tô te dizendo, acho que poderia ser bem mais forte, poderia ter essa relação muito mais forte das entidades, todo mundo que está envolvido com o processo do Polo com as instituições de ensino. A Instituição por si só também poderia se articular mais, eu acho que é uma das metas dessa nova gestão de tentar fazer com que o Observatório, os campus em si que estão nessa região aqui possam, porque não fazer visitas ir até lá enfim. Não estou dizendo que não aconteça, acontece, por exemplo, nós tivemos recentemente uma parceria com os Estado Unidos, com a Álamo lá, que são escola profissionais como a nossa assim, um professores de solda veio aqui e dá um treinamento de solda já visando alguma coisinha lá do Polo Naval, fizeram visitas no Polo também. As coisas acontecem mas não talvez da forma que deveria acontecer, acho que tem que amadurecer muito mais coisas, consolidar, propostas claras, formais, assim, a gente tem essa demanda, onde o IFSul pode atuar, vamos fazer uma turma de PRONATEC, por que não? Vamos, então tá, vamos formalizar isso, eu acho que a gente

poderia melhorar essa relação e muito mais, essa relação poderia passar de fraca para pelo menos regular nos próximos dois anos, pra quem sabe um dia ficar totalmente afinidade, com a entidades de classe, com as associações, SINDOSCON de Pelotas, com todas às áreas, não só do Polo, acho que no geral. (Entrevistado GGIF-5)

Outro problema encontrado em relação ao preenchimento de vagas para o Polo Naval e *Offshore* é a experiência de, no mínimo, dois anos exigida pelas empresas para alguns cargos. Conforme uma das empresas do Polo Naval,

[...] a gente nem pede cursos de qualificação a gente pede experiência comprovada em carteira, se o cara já trabalhou 2 anos ali como encanador municipal ele tá qualificado pra trabalhar aqui com a gente, o soldador já é diferente, a gente já solicita o curso de qualificação de solda, eletricista também, todo mundo da parte elétrica só entra aqui com a NR-10, tem que ter o curso de NR-10, que é o curso de uma norma regulamentadora, então tem que ter, a gente controla bem esse curso, e é oferecido em Rio Grande, Pelotas... é o curso de atualização, e depois que eles fazem o curso, aqui dentro da empresa que tem que agora eu vou te falar de uma outra, dentro da empresa depois que eles fazem o curso, eles entram pra dentro da empresa, e vão para tipo uma escolinha [...]. (Entrevistado GEPL-2)

Outra empresa entrevistada pertencente ao Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande diz que

mão de obra qualificada existe, só não existe mão de obra com experiência. Eles são qualificados, fizeram o curso, estão capacitados na verdade, mas qualificada... [...] a maioria da mão de obra fez o curso, mas não tem experiência. São contratados somente com o curso, dai a empresa capacita, treinam, eles ficam 2, 3 meses treinando, e ai depois vão para a função. (Entrevistado GEPL-1)

Em alguns casos, os trabalhadores são capacitados a partir de cursos profissionalizantes, são contratados pelas empresas, mas não permanecem empregados por não apresentarem um perfil adequado, como é demonstrado no trecho seguinte:

[...] depende 80% do próprio aluno, o perfil dele, se ele realmente ele pode muito bem terminar um curso de solda, ir para dentro da área, como acontece muito, e não tem perfil, não se adapta, não se identifica. Então eu te falo, o curso é uma coisa, e o curso ele não te habilita para o dia a dia. (Entrevistado GEPL-1)

Outra dificuldade para o atendimento das demandas do Polo Naval e *Offshore*, facilitando, assim, a entrada de mão de obra de fora da região e a continuidade de trabalhadores locais desempregados, é a baixa qualidade dos cursos de capacitação para a indústria naval, oferecidos por empresas particulares.

Este acontecimento fez com que muitas empresas do Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande colocassem restrições quanto à aceitação dos certificados de alunos formados nestas empresas, mesmo que, após a contratação, estes trabalhadores sejam treinados na “escolinha” das empresas.

O IFSul possui tradição na educação profissional. Seus alunos e futuros profissionais, ao concluírem o curso e almejam vagas no mundo do trabalho, além do conhecimento sólido que adquiriram na Instituição, possuem um diferencial perante os outros: o reconhecimento, tanto pela sociedade de um modo geral, como pela comunidade empresarial, da tradição deste espaço de educação profissional.

O reconhecimento por parte da sociedade no que se refere ao tipo de formação oferecida pelo IFSul é confirmada pelo entrevistado que segue:

Olha, isso é uma coisa que muito nos orgulha, porque assim... nós sempre fomos reconhecidos como uma Instituição de referência, uma Instituição de bem formar pessoas para o mundo do trabalho. (Entrevistado GGIF-2)

Ainda que a qualidade na formação fornecida pelo IFSul seja reconhecida pela sociedade, são as empresas que mantêm forte o elo entre Instituição e mundo do trabalho. Em sua fala, o próximo entrevistado confirma essa ligação entre a Instituição e o mundo do trabalho e o reconhecimento por parte das empresas no que se refere a qualificação profissional fornecida pela Instituição.

[...] empresas que há 20 anos todos os semestres vem buscar estagiários aqui, então isso eu acho... a relação do IFSul campus Pelotas com o mundo do trabalho eu acho que ela é excelente, excelente reconhecidamente excelente por parte das próprias empresas. Egressos nossos que a gente vê assim ó, olha abriu um concurso na CEEE o pessoal fez e passou, trabalhando na CEEE, então assim... a gente larga as pessoas qualificadas na sua área de formação e as empresas reconhecem. O que que está mudando hoje um pouco, por exemplo, há alguns anos atrás não tinha uma escola, um instituto por exemplo em algumas cidades, então por exemplo, o pessoal de Caxias vinha buscar daqui de Pelotas pra ir pra Caxias, hoje tem uma escola técnica em Caxias que forma, faz a formação semelhante a nossa. Então, ao invés deles buscarem um técnico daqui, e essa pessoa ir morar em Caxias, obviamente pra eles é mais fácil pegar um nativo da própria cidade, porque pra eles é o custo, não existe período de adaptação, não existe nada disso, a pessoa já trabalha, já mora naquela cidade, já conhece ali, e com o nosso aluno já é diferente, então algumas cidades a busca está caindo por técnicos nossos, não porque o nosso técnico tenha perdido a qualidade, porque o nosso técnico esteja dando problema, ou uma coisa e outra, não, é porque eles tem como buscar essa mão de obra mais fácil, mais perto deles e apesar disso algumas empresas de algumas cidades que tem escola com formação, com cursos iguais aos que os nossos formam, ainda

preferem buscar de nós que buscar deles, porque o nosso técnico é melhor formado que o deles, já tem uma história. (Entrevistado GGIF-2)

Seria limitado pensar apenas nas vagas oferecidas diretamente pelo Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande. É de grande valia pensar também nas vagas disponibilizadas por outros setores a partir da consolidação do Polo Naval, setores que vêm a contribuir para a consolidação deste empreendimento na região.

[...] o Polo Naval precisa de soldador, soldador falta, falta, falta 1000 soldador, onde tiver eles contratam, acontece que o soldador precisa comer, precisa vestir, precisa morar, precisar o nenê, o filho, o pai ou a mãe num estacionamento e essas preocupações são primeiras do que um soldador. O PRONATEC vê isso, ele não vê só o fim, ele vê o antes, pra esse rapaz, essa menina possa ser soldadora, ela tem alguns passos anteriores que tem que ser atendidos para a capacitação, e tem muitos exemplos disso em que a gente tem trabalhado por esse caminho, nesse primeiro momento e não puramente atender o pontual final. As empresas evidentemente querem o soldador, não interessa se o filho vai ficar na creche, o pai ou filho tem alguém pra cuidar, se tem casa, se tem roupa e tal, pra ele interessa é o final. Para o Programa o que interessa pra ele justamente a preparação. Não adianta tu colocar a mãe e o pai se não montar, não ajudar para que se tenha essa função, então o Programa PRONATEC vê isso, junto com o Ministério do Desenvolvimento Social, muito disso, de preparar realmente as pessoas para serem profissionais, então o antes tem sido o mais trabalhoso e é o nosso viés hoje, e o Programa do PRONATEC, tem sido, tem esse viés total embora muitos e muitas instituições busquem, ingessadamente, colocar cursos prontos, com os horários prontos, com turmas fechadas, nós temos dentro da nossa competência mais preocupados com essa questão que eu coloquei. (Entrevistado GGIF-8)

Assim sendo, o PRONATEC auxilia na capacitação de trabalhadores para atuarem nos setores que surgem com a chegada do Polo Naval e *Offshore* na região, pois, conforme avalia o entrevistado a seguir:

[...] a região não tava mobilizada para isso, tá se mobilizando, basta a gente ver o que cresce alguns setores, hoteleiro, construção civil, nós temos vários problemas para além da formação do soldador, do montador, nós temos o problema de gente pra trabalhar em hotel, de gente pra fazer comida, de gente pra fazer uniforme, que a gente poderia estar fazendo aqui [...] (Entrevistado GGIF-3)

O IFSul é um espaço de educação profissional que possui, além da tradição em bem formar seus alunos para o mundo do trabalho, estrutura para formá-los para postos mais avançados que a maioria dos solicitados pelo Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande, a chamada classe operacional ou mão de obra direta, como, os soldadores, lixadores, esmerilhadores etc., uma vez que

[...] uma Escola como a nossa tem possibilidade de trabalhar com qualificação, para postos mais avançados assim, em que pessoas tenham, é... recebam melhor, tem retribuições melhores porque é o nosso feeling... nós temos equipamentos, laboratórios e muitas vezes nesses empreendimentos eles precisam de muita gente às vezes com uma capacitação que não precisa ser tão aprimorada. (Entrevistado GGIF-1)

Para finalizar este capítulo, esclarecendo um pouco mais a respeito de como é a estrutura de trabalho dentro das empresas do Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande, podemos dizer que se subdivide em duas grandes categorias. A primeira, a mão de obra direta, também chamada de operacional, como mencionei anteriormente, é formada por soldadores, pintores, lixadores, caldeireiro etc., e a mão de obra indireta, classe mais técnica, é composta por técnicos em elétrica, mecânica, eletrotécnica, também inspetores, coordenadores, supervisores, entre outros, funções que poderão ser supridas por alunos do IFSul. A lista completa com as profissões demandadas pelas empresas que compõem o Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande encontra-se em anexo.



A CHEGADA: das considerações finais deste estudo



A CHEGADA: DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS DESTE ESTUDO

Chegar ao fim do caminho e querer seguir a caminhada. É assim que me sinto neste momento. Investigar a respeito de como se dá a relação entre o campo da educação e o mundo do trabalho, provocou em mim o desejo de seguir adiante. Por enquanto, o que pude compreender sobre a relação entre trabalho e educação, está presente nesta dissertação, descritos em nove capítulos, os quais trago neste momento, a partir de uma pequena síntese sobre cada um deles.

“Percorrendo um caminho de terra que leva ao mar”, título do capítulo de introdução do meu trabalho de pesquisa, discorro sobre como se deu meu interesse em pesquisar a relação entre o mundo do trabalho e campo da educação, sendo eu graduada em Artes. Explico que, embora o foco deste estudo se refira a uma área de conhecimento diferente da que tem feito parte da minha trajetória, esta pesquisa tem muito a ver com a minha história de vida, com a minha busca de qualificação profissional e minha inserção no mundo do trabalho. Neste capítulo introdutório, além de esclarecer aos leitores sobre a escolha por este tema, trabalho e educação, informo qual a minha questão de pesquisa e exponho como está estruturada esta dissertação.

No capítulo seguinte, “*TRAJETÓRIA METODOLÓGICA DA PESQUISA: o caminho de faz ao caminhar*”, retomo o objetivo geral deste trabalho e informo quais são os objetivos específicos. Esclareço a respeito da metodologia utilizada nesta pesquisa, conceituo o que é uma pesquisa qualitativa, entrevista semiestruturada e informo que a interpretação das informações recebidas a partir das entrevistas semiestruturadas, foi realizada a partir da metodologia de Análise Textual Discursiva, uma análise de informações que transita entre duas formas conhecidas de análise: a Análise de Conteúdo e a Análise de Discurso.

Em seguida, no capítulo “*TRAJETO I: trabalho e educação*”, faço uma breve análise de como vem se constituindo a relação entre o mundo do trabalho e o campo da educação, buscando, na área da Sociologia, conceituar estes dois mundos: o do trabalho e o da educação.

No capítulo “*TRAJETO II: Polo Naval e Offshore de Rio Grande*”, faço um relato sobre a história da indústria naval no Brasil, como se deu seu nascimento, renascimento e expansão, bem como a implantação e consolidação do Polo Naval e

Offshore na cidade de Rio Grande e, futuramente, na cidade de São José do Norte. Também neste capítulo saliento o que percebi a partir das entrevistas realizadas com os setores de Recursos Humanos de duas significativas empresas que compõem o Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande.

No capítulo seguinte, “*TRAJETO III: da Escola de Artes e Offícios ao IFSul*”, trago a história do Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, desde a implantação das 19 Escolas de Aprendizes e Artífices instituídas no Brasil, em 1909, até os dias de hoje, e como este espaço de educação profissional vem se organizando para continuar qualificando os estudantes de Pelotas e da região sul do Estado.

Após, no capítulo intitulado “*TRAJETO IV: os locais que envolvem esta pesquisa*”, a história da cidade de Pelotas e de Rio Grande é trazida. No subcapítulo intitulado “*Pelotas: Tradição em Educação Profissional*”, a história da cidade é contada, ressaltando a trajetória desta cidade que se constituiu e ainda se constitui como um respeitável e importante espaço de qualificação profissional, não só para a região Sul, mas para todo o país. No subcapítulo “*Rio Grande, a cidade e o mar*”, é retratada a história da cidade de Rio Grande e sua relação com o mar, com a indústria naval, bem como os impactos provocados pela implantação do Polo Naval e *Offshore* na cidade.

A análise resultante das informações obtidas a partir das entrevistas com o Grupo de Empresas do Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande e com o Grupo de Gestores do IFSul, é trazida nos capítulos “CONSTRUINDO O ÚLTIMO PERCURSO I: IFSul e a relação com os Arranjos Produtivos Locais” e “CONSTRUINDO O ÚLTIMO PERCURSO II: Atendimento ao Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande pelo IFSul”. A partir destes dois capítulos, que representam duas categorias obtidas a partir das entrevistas, é possível obter informações acerca do que pensam e como agem as empresas privadas que compõem o Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande, bem como pensam e como agem os gestores do IFSul a respeito do atendimento às demandas do Polo.

“*A CHEGADA: das considerações finais deste estudo*”, apresento os resultados obtidos nesse processo de pesquisa, retomando os temas mais relevantes desta discussão que tratava sobre como se dá a relação entre um espaço de educação profissional e o mundo do trabalho, exemplificado pelo IFSul e pelo Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande.

Durante a realização desta pesquisa pode perceber que a relação entre esses dois mundos, o da educação e o do trabalho, vem se alterando conforme as mudanças ocorridas na sociedade. Ao mesmo tempo, se mantém como uma relação complexa, em que diferentes interesses – do mundo do trabalho e do campo da educação – fazem parte deste contexto. Uma dessas mudanças refere-se à finalidade da Educação Profissional. Diferente do seu propósito inicial, em que o objetivo das escolas técnicas era apenas a formação de seus alunos para atender ao mundo do trabalho, atualmente, estes espaços de profissionalização se preocupam também com a formação humana e cidadã. Deste modo, o IFSul busca conciliar uma educação que promova a capacitação profissional ao mesmo tempo em que contribua para a formação humana e cidadã de seus alunos.

Ao longo de seus setenta anos, o IFSul vem sendo reconhecido pela sociedade como um espaço de qualidade na educação profissional, visto a grande procura dos alunos pelos seus cursos, bem como o olhar atento das empresas nos profissionais que ali se formam. Esse fato é evidenciado no relato de um dos entrevistados do GGIF, ao corroborar que o IFSul não foi um articulador da vinda do Polo Naval e *Offshore*, mas, com certeza, influenciou na decisão de que aqui se instalasse o empreendimento muito em função da existência deste espaço de qualificação profissional.

Mesmo não sendo o IFSul um dos articuladores da vinda do Polo Naval e *Offshore* para a região, o Instituto participa do processo de consolidação deste empreendimento através de reuniões com representantes da PETROBRAS, empresas que compõem o Polo Naval e *Offshore*, Sistema S, Prefeitura de Rio Grande etc. Nestas reuniões são discutidas as possibilidades de qualificação profissional dos trabalhadores para o setor naval, a partir da oferta de cursos técnicos de extensão realizados nas dependências do Instituto, bem como ministrados pelos próprios professores do IFSul *campus* Pelotas, em horários diferentes da carga horária do Instituto. Esses cursos de extensão ocorrem a partir de programas do Governo Federal, como PROMINP e PRONATEC, ou através da parceria entre empresas privadas e o Instituto, desde que a realização destes cursos respeite a legislação.

Deste modo, além dos cursos já existentes na Instituição que atendem de forma direta – Mecânica, Eletromecânica, Eletrônica, Eletrotécnica etc. –, e indireta – Edificações, Tecnologia em Gestão Ambiental, Tecnologia em Saneamento

Ambiental etc. –, o IFSul *campus* Pelotas atende de forma mais eficaz às demandas do setor naval a partir da disponibilidade de cursos de capacitação profissional oferecidos pelo Governo Federal, como PROMINP e PRONATEC, citados anteriormente. Assim, a partir de sua estrutura física e de professores capacitados, o IFSul *campus* Pelotas vem proporcionando o atendimento às demandas que surgem com a implantação do Polo Naval e *Offshore* na região através de cursos de extensão, sem a necessidade de alteração na sua grade curricular e com benefícios tanto para a Instituição, como a aquisição de maquinário para uso permanente, como para os alunos, que recebem auxílio transporte, alimentação, material didático etc. Através dos Programas PROMINP e PRONATEC, o Instituto vem capacitando os trabalhadores para atuarem no Polo naval e *Offshore* de Rio Grande, um tipo de formação aligeirada que se adequa à urgência exigida por este setor devido a carência de profissionais qualificados.

Percebi durante a realização desta investigação, que programas como o PROMINP e o PRONATEC, atendem de forma eficaz as necessidades do mercado, disponibilizando a formação técnica que atenda de forma imediata as necessidades de mão de obra qualificada para determinado mercado, mas não tendo como propósito a formação humana e cidadã do trabalhador.

Por ser a educação e o trabalho inerentes à vida humana se faz necessário que o debate a respeito de como se dá esta relação entre o campo da educação e o mundo do trabalho faça parte das discussões, tanto de pesquisadores, gestores educacionais e que, se reflita nas políticas educacionais de formação.

Penso a educação, desde a educação básica até a educação profissional, como possibilidade de construção de um ser humano consciente de seus direitos e deveres, um cidadão crítico, sendo a educação pensada para todas as dimensões da vida. Como diz Hobsbawm (2000) "as pessoas vêm em primeiro lugar e não podem ser sacrificadas" em prol de "compromissos econômicos". Uma formação educacional que se preocupa apenas com o desenvolvimento profissional dos alunos, não contribui para a formação humana e cidadã. Um tipo de formação preocupada apenas com a inserção dos alunos no mundo do trabalho acaba por contribuir na construção de indivíduos alienados, não cientes de seus direitos e de seus deveres, não críticos sobre o que acontece a sua volta.

É através da educação que podemos contribuir para a não alienação dos indivíduos, não só no que se refere ao mundo do trabalho, como também em outras

esferas, visto que a história da humanidade é construída a partir da dominação de um grupo sobre outro grupo, de uma classe sobre outra classe. Educar de forma que, ao adentrar no mundo do trabalho, este não esterilize ainda mais as capacidades deste indivíduo, impedindo que se desenvolva de forma íntegra, completa, abrangente, capaz se superar qualquer tentativa de exploração.

Iniciei esta caminhada por uma íngreme estrada de chão, com encruzilhadas que exigiam de mim escolhas por trajetos ainda desconhecidos a serem percorridos. Meu destino era o mar. E lá cheguei. E o mar provocou em mim o desejo de navegar, de desbravar, de descobrir outras terras e outros mares.

Chego ao final – ou ao começo – deste estudo que trata a respeito da relação entre educação e trabalho com a certeza de que um diálogo mais abrangente se faz necessário. É preciso que se promova um olhar mais atento a esses dois mundos, pois, tanto o campo da educação como o mundo do trabalho, participam da vida das pessoas de forma significativa, marcante.

E talvez por isso, pela importância que têm na vida das pessoas, faz-se necessário que esses dois mundos, a da educação e do trabalho, sejam discutidos ampla e cuidadosamente, alargando os debates, buscando compreender como se dá esta relação na vida das pessoas.



REFERÊNCIAS



REFERÊNCIAS:

ALVES, Francisco das Neves. **A cidade do Rio Grande: uma abordagem histórico-historiográfica**. Rio Grande: Universidade do Rio Grande, 1997.

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Etnografia da prática escolar**. Campinas: Papyrus, 1995. Série Prática Pedagógica

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação?** 4ed. São Paulo: Editora Brasiliense S. A., 1983.

BRASIL. **Lei 11.892, de 29/11/2008: comentários e reflexões**. Organização: Caetana Juracy Resende Silva. Natal: IFRN, 2009.

BRASIL. MEC/Setec. **Concepção e diretrizes: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia**. Brasília: MEC/Setec, 2008.

BRASIL. MEC/Setec. **Concepções e diretrizes: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia**. Brasília: MEC/Setec, 2010.

CARVALHO, Andréa Bento. **Polo Naval do Rio Grande: Desafio a estruturação técnico-produtiva do território**. 147 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Universidade Federal do Rio Grande. Rio Grande: 2011.

CARVALHO, Diogo Sá; CARVALHO, Andréa Bento; DOMINGUES, Marcelo Vinicius de La Rocha. **Polo Naval e Desenvolvimento Regional na Metade Sul do Rio Grande do Sul Estudos: Setoriais, Cadeias Produtivas e SIp**.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna. **O planejamento da Pesquisa Qualitativa: Teorias e abordagens**. Porto Alegre: ARTMED, 2006.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais. **Desenvolvimento e consolidação do Polo Naval e Offshore de Rio Grande**. Coordenação Prof. Dr. Marcelo Vinicius de La Rocha Domingues. Execução Universidade Federal do Rio Grande – FURG. 2009.

FARIAS, Jairo Luiz Caetano. **Os princípios básicos da educação ambiental na lei – PNEA 9.795/99 e o ensino técnico profissionalizante de nível médio no IFSul Rio-Grandense campus Pelotas: aproximações e distanciamentos**. 144 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Católica de Pelotas. Pelotas: 2010.

FIORIN, José Luiz. **Linguagem e ideologia**. 4ed. São Paulo: Editora Ática, 1998.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. Tradução de Moacir Gadotti e Lillian Lopes Martin. 24ed. São Paulo: Editora Paz e Terra S.A., 2001.

FREITAS, Marcos Cezar de. **Economia e educação: a contribuição de Álvaro Vieira Pinto para o estudo histórico da tecnologia.** Revista Brasileira de Educação. Rio de Janeiro: jan./abr. 2006, v.11, nº. 31, p. 80-95.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Trabalho, conhecimento e consciência.** In: IV CBE. Goiânia: 1986.

_____. **Educação e a crise do capitalismo real.** 6ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI.** In: Revista Brasileira de Educação – Conferência de Abertura da 33ª. Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd). Caxambu: jan./abr. 2011, v. 16, nº. 46.

FRIGOTTO, Gaudêncio (org). **Educação e crise do trabalho.** 11ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

FRIGOTTO, G, CIAVATTA, M., RAMOS, M. **Ensino Médio Integrado: Concepção contradições.** São Paulo: Cortez, 2005.

GOMEZ, Carlos Minayo; FRIGOTTO, Gaudêncio; ARRUDA, Marcos; ARROYO, Miguel; NOSELLA, Paolo. **Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador.** 6ed. São Paulo: Cortez, 2012.

HOBSBAWM, Eric. **O Novo Século** (Entrevista a Antônio Polito). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

JOHNSON, Allan G. **Dicionário de sociologia: guia prático da linguagem sociológica.** (Tradução: Ruy Jungmann) Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

KONDER, Leandro. **A construção da proposta pedagógica do SESC Rio.** Rio de Janeiro: Editora SENAC, 2000.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Pedagogia da fábrica.** 4ed. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **As mudanças no mundo do trabalho e a educação: Novos desafios para a gestão.** In: FERREIRA, Naura S. C. Gestão democrática da educação: Atuais tendências, novos desafios. São Paulo: Cortez, 1998, p. 33-58.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1986.

MAGALHÃES, Mario Osório. **História e tradições da Cidade de Pelotas.** 2ed. Caxias do Sul: Instituto Estadual do Livro/RS, 1981.

_____. **História e tradições da Cidade de Pelotas.** 3ed. Pelotas: Editora Armazém Literário, 1999.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**, livro I. v. I (O processo de produção do capital). Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

_____. **O capital: crítica da economia política**, livro I. v. I (O processo de produção do capital). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã: crítica da novíssima filosofia alemã em seus representantes Feuebach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas**, 1845-1846. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MEIRELES, Ceres Mari da Silva. **Educação profissional: uma visão histórica sobre o processo de criação, fins e princípios da Escola Técnica Federal que tornou Pelotas centro de referência**. Dissertação (Mestrado em História da Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas: 2010.

_____. **Das artes e ofícios à educação tecnológica: 90 anos de história**. Pelotas: Editora da UFPel, 2007.

MICT – 1997 – **Ações setoriais para o aumento de competitividade da indústria brasileira**. Documento base. Brasília, Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo – Secretaria de Política Industrial.

MORAES, R.; GALIAZZI, M.C. **Análise textual discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces**. In: Revista Ciência & Educação, v.12, nº.1, p. 117-128, 2006.

OLIVEIRA, A.; ROCHA.C. F.; BRITO, J. **Polos supridores regionais; oportunidades, desafios e estratégias**. Rio de Janeiro: Mimeo, 2010.

PACHECO, Eliezer Moreira; MORIGI, Valter. **Ensino técnico, formação profissional e cidadania: a revolução da educação profissional e tecnológica no Brasil**. Porto Alegre: Tekne, 2012.

PINTO, Álvaro Vieira. **El pensamiento critico en demografia**. Santiago do Chile: Centro Latinoamericano de Demografia (CELADE), 1973.

PORTO JÚNIOR, Manoel José. **A exclusão escolar nos cursos técnicos do CEFET-RS (1980 – 2006)**. 247 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas: 2008.

RIFKIN, Jeremy. **A Terceira Revolução Industrial**. São Paulo: M. Books, 2012.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil: (1930/1973)**. 37 ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política**. São Paulo: Cortez, 1984.

SHOR, Ira; FREIRE, Paulo. **Medo e ousadia – o cotidiano do professor**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

SILVA, Caetana Juracy Resende (org.). **Institutos Federais lei 11.892, de 29/11/2008: comentários e reflexões**. Nata: IFRN, 2009.

TIRIBA, Lia; CIAVATTA, Maria. **Trabalho e educação de jovens e adultos**. Brasília: Líber Livro e Editora UFF, 2011.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VAROTO, Renato Luis Mello; SOARES, Leonor Almeida de Souza. **Lendo Pelotas**. 2ed. Pelotas: Editora da Universidade, 1995.

SITES VISITADOS:

<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/escola-e-cidadania> (Acessado em 22 de fevereiro de 2014)

<http://www.sinaval.org.br/docs/Balanco-Historia.pdf> (Acessado em 17 de fevereiro de 2013)

<http://www.onu.org.br/onu-no-brasil/cepal/> (Acessado em 17 de fevereiro de 2013)

http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/O_BNDES/A_Empresa (Acessado em 13 de fevereiro de 2013)

<http://www.sobena.org.br/institucional.asp> (Acessado em 13 de fevereiro de 2013)

<http://www.sinaval.org.br/sinaval.php> (Acessado em 13 de fevereiro de 2013)

<http://www.brasil.gov.br/sobre/o-brasil/defesa-e-seguranca-publica/marinha> (Acessado em 12 de fevereiro de 2013)

<http://www.petrobras.com.br/pt/quem-somos/perfil/principais-subsidiarias> (Acessado em 12 de fevereiro de 2013)

<http://www.robertomoraes.com.br/2012/09/estaleiros-no-brasil.html> (Acessado em 23 de fevereiro de 2013)

<http://fatosedados.blogspotpetrobras.com.br/2010/10/21/petrobras-inaugura-polo-naval-do-rio-grande> (Acessado em 23 de fevereiro de 2013)

<http://polonaval.com.br/polo-naval-de-rio-grande-trabalhadores-protestam-contratraso-no-salario> (Acessado em 23 de fevereiro de 2013)

<http://www.sinaval.org.br/noticia-27.php> (Acessado em 03 de fevereiro de 2013)

<http://www.sestsenat.org.br/Paginas/Quem-Somos.aspx> (Acessado em 11 de fevereiro de 2013)

http://www.senairs.org.br/entidades_senai.asp?idArea=12&idSubMenu=16 (Acessado em 13 de fevereiro de 2013)

<http://www.riogrande.rs.gov.br/pagina/index.php/noticias/detalhes+96e97,,prefeitura-e-ctrin-rg-assinaram-convenio-de-apoio.html> (Acessado em 13 de fevereiro de 2013)

<http://www.kingcompras.com.br/oferta/34> (Acessado em 13 de fevereiro de 2013)

<http://www.olhasoaqui.com/empresas-detalhes/escola-estilo> (Acessado em 16 de fevereiro de 2013)

<http://www.institutodimensao.com.br/historia.php> (Acessado em 16 de fevereiro de 2013)

<http://institucional.educacao.ba.gov.br/noticias/emitec-recebe-premio-nacional-pelo-carater-inovador> (Acessado em 16 de fevereiro de 2013)

<http://www2.transportes.gov.br/bit/05-mar/1-portos/riogrande.pdf> (Acessado em 16 de fevereiro de 2013)

<http://www2.transportes.gov.br/bit/05-mar/1-portos/riogrande.pdf> (Acessado em 16 de fevereiro de 2013)

<http://www.ecovix.com/sobre-a-ecovix/Paginas/perfil.aspx> (Acessado em 13 de fevereiro de 2013)

<http://www.portalnaval.com.br/estaleiros-no-brasil> (Acessado em 13 de fevereiro de 2013)

http://pt.wikipedia.org/wiki/Dique_seco (Acessado em 04 de janeiro de 2013)

<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2012/10/plataforma-p-55-sera-removida-do-dique-seco-em-rio-grande-rs.html> (Acessado em 16 de fevereiro de 2013)

<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2012/10/plataforma-p-55-sera-removida-do-dique-seco-em-rio-grande-rs.html> (Acessado em 16 de fevereiro de 2013)

<http://www.flickr.com/photos/pacgov/7007179786/> (Acessado em 23 de fevereiro de 2013)

<http://www.clicrbs.com.br/pdf/3236771.pdf> (Acessado em 16 de fevereiro de 2013)

http://www.quip.com.br/site_2011/apresentacao.asp (Acessado em 16 de fevereiro de 2013)

<http://www.sinaval.org.br/docs/SINAVAL-Cenario2012-4tri.pdf> (Acessado em 17 de fevereiro de 2013)

<http://polonaval.com.br/suprg-realizara-audiencias-publicas-em-rio-grande-e-sao-jose-do-norte> (Acessado em 23 de fevereiro de 2013)

<http://www.sinaval.org.br/docs/SINAVAL-Cenario2012-4tri.pdf> (Acessado em 17 de fevereiro de 2013)

<http://novajpmdbnortense.blogspot.com.br/2012/12/sao-jose-do-norte-amamos-mui-heroica.html> (Acessado em 23 de fevereiro de 2013)

<http://www.quip.com.br/p55.html> (Acessado em 21 de fevereiro de 2013)

<http://www.quip.com.br/p63.html> (Acessado em 21 de fevereiro de 2013)

<http://www.sinaval.org.br/docs/SINAVAL-Cenario2012-4tri.pdf> (Acessado em 17 de fevereiro de 2013)

<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2012/12/obras-do-estaleiro-de-sao-jose-do-norte-rs-comecam-ate-fevereiro.html> (Acessado em 16 de fevereiro de 2013)

<http://hidroviasinteriores.blogspot.com.br/2010/03/canal-sao-goncalo-altura-livre-das.html> (Acessado em 26 de fevereiro de 2013)

<http://www.sinaval.org.br/docs/SINAVAL-Cenario2012-4tri.pdf> (Acessado em 08 de fevereiro de 2013)

http://www.ifsul.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=20&Itemid=45 (Acessado em 16 de fevereiro de 2013)

http://www.ifsul.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=20&Itemid=45 (Acessado em 02 de dezembro de 2012)

http://www.ifsul.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=58&Itemid=43 (Acessado em 02 de dezembro de 2012)

http://www5.ifpi.edu.br/index.php?option=com_content&view=category&id=18 (Acessado em 22 de fevereiro de 2014)

http://pt.wikipedia.org/wiki/Instituto_Federal_Sul-rio-grandense#Ensino_t.C3.A9cnico

http://pelotas.ifsul.edu.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=1&Itemid=2 (Acessado em 12 de fevereiro de 2013)

http://pt.wikipedia.org/wiki/Rio_Grande (Acessado em 14 de dezembro de 2012)

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Maca%C3%A9> (Acessado em 03 de fevereiro de 2013)

<http://www.altamira.pa.cnm.org.br/portal1/municipio/historia.asp?ildMun=100115009> (Acessado em 03 de dezembro de 2013)

<http://blogbelomonte.com.br/tag/altamira/> (Acessado em 03 de dezembro de 2013)

http://pt.wikipedia.org/wiki/Porto_Real (Acessado em 03 de fevereiro de 2013)

<http://www.riogrande.rs.gov.br/pagina/index.php/noticias/detalhes+bba2e,,prefeito-abre-neste-domingo-programacao-festiva-do-aniversario-da-cidade.html> (Acessado em 23 de fevereiro de 2013)

http://fortalezas.org/?ct=fortaleza&id_fortaleza=376 (Acessado em 23 de fevereiro de 2013)

http://www.fee.tche.br/sitefee/download/eeg/6/mesa7/Polo_Naval_e_Desenvolvimento_Regional_da_Metade_Sul_do_RS.pdf (Acessado em 17 de fevereiro de 2013)

<http://www.infoescola.com/geografia/mercosul/> (Acessado em 20 de fevereiro de 2013)

<http://www.turismo.rs.gov.br/portal/index.php?q=destino&cod=3&opt=23&fg=2&tp=23> (Acessado em 17 de fevereiro de 2013)

http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/busca_escolas.jsp (Acessado em 13 de fevereiro de 2013)

http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/educ_prof.jsp?ACAO=acao2# (Acessado em 13 de fevereiro de 2013)

<http://www.unisinos.br/institucional/onde-estamos/rio-grande> (Acessado em 13 de fevereiro de 2013)

<http://blogdofavre.ig.com.br/tag/industria-naval/> (Acessado em 13 de fevereiro de 2013)

<http://www.pelotas.rs.gov.br/cidade/historia.php> (Acessado em 18 de dezembro de 2012)

http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/busca_escolas.jsp (Acessado em 20 de fevereiro de 2013)

<http://almanaquedazonasul.blogspot.com.br/2012/09/opiniao-do-blog-o-que-pelotas-realmente.html> (Acessado em 23 de fevereiro de 2013)

<http://conservacaoerestauo.wordpress.com/alunos/programa-de-bolsas/> (Acessado em 05 de dezembro de 2012)

http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=&gid=6691&option=com_docman&task=doc_download. (Acessado em 12 de janeiro de 2013)

http://www.fee.tche.br/sitefee/download/eeg/6/mesa7/Polo_Naval_e_Desenvolvimento_Regional_da_Metade_Sul_do_RS.pdf (Acessado em 17 de fevereiro de 2013)

<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n31/a07v11n31.pdf> (Acessado em 15 de setembro de 2013)

<http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v12n1/08.pdf> (Acessado em 23 de janeiro de 2013)

http://www.ifsul.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=20&Itemid=45 (Acessado em 17 de fevereiro de 2014)

http://www.ifsul.edu.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=32&Itemid=37 (Acessado em 23 de fevereiro de 2014)



ANEXO



ANEXO**LISTAGEM DOS PROFISSIONAIS DEMANDADOS PELAS EMPRESAS QUE
COMPÕEM O POLO NAVAL E OFFSHORE DE RIO GRANDE****MÃO DE OBRA DIRETA**

Ajudante

Almoxarife

Apontador

Apropriador

Arquivista

Caldereiro

Carpinteiro

Carvoeiro

Copeiro

Eletricista de Manutenção

Eletricista Força e Controle

Eletricista Montador

Encanador

Encarregado Administrativo

Encarregado de Almoxarifado

Encarregado de Andaime

Encarregado de Elétrica

Encarregado de Esmeril

Encarregado de Estrutura

Encarregado de Instrumentação

Encarregado de Mecânica

Encarregado de Montagem

Encarregado de Pintura

Encarregado de Rigger

Encarregado de Serviços Gerais

Encarregado de Solda

Encarregado de Tubulação

Encarregado Serviços de Cais
Esmerilhador
Ferramenteiro
Instalador Hidro Sanitário
Instrumentista
Instrutor de Esporte e Lazer
Jatista Industrial
Jovem Aprendiz
Líder
Lubrificador
Maçariqueiro
Mestre Caldeireiro
Mestre Civil
Mestre de Andaime
Mestre de Elétrica
Mestre De Estrutura
Mestre de Mecânica
Mestre de Montagem
Mestre de Pintura
Mestre de Rigger
Mestre de Solda
Mestre de Tubulação
Mestre de Instrumentação
Mecânico Ajustador
Mecânico de Manutenção
Mecânico Montador
Meio Oficial
Montador
Montador de Andaime
Motorista da Administração
Motorista de Ambulância
Motorista Socorrista
Nivelador
Operador CFTV

Operador de Elevador
Operador de Empilhadeira
Operador de ETE
Operador de Guindaste
Operador de Máquinas Especiais
Operador de Plataforma Elevatória
Operador de Ponte Rolante
Operador de Processo Junior
Pedreiro
Pintor
Pintor Industrial Airless
Pintor Industrial
Pintor Letrista
Pintor Rolista
Recepcionista
Rigger
Soldador AT (Arame Tubular)
Soldador de Arco Submerso
Soldador de Ligas Especiais
Soldador ER (Eletrodo revestido)
Soldador ER/AT
Soldador MIG/ER
Soldador MIG/MAG
Soldador Ponteador
Soldador TIG
Soldador TIG/ER
Topógrafo
Torneiro Mecânico
Tradutor
Zelador

MÃO DE OBRA INDIRETA

Administrador de Contratos
Administrador Financeiro de Contrato

Advogado
Analista Ambiental
Analista de Contratos
Analista de Controle
Analista de Logística
Analista de Meio Ambiente
Analista de Sistemas
Analista de Sistemas de Almoxarifado
Analista de SMS
Analista de Suporte Service Desk
Analista de RH
Analista de Suprimento
Analista de SGI
Analista de Qualidade
Arquiteto
Assessora Comunitária I
Assistente Técnico Elétrica
Assistente Técnico de Rigger
Assistente Técnico de Mecânica
Assistente Técnico de Tubulação
Assistente Técnico Estrutura
Assistente Técnico de Comissionamento
Assistente Técnico Andaimos
Assistente de Comunicação
Assistente Executiva Bilingue
Assistente Administrativo de Contratos II
Assistente Administrativo
Assistente Contábil
Assistente de Compras
Assistente de Engenharia
Assistente de Planejamento
Assistente de SGI
Assistente Executiva
Assistente Financeiro

Assistente Fiscal
Assistente Técnico
Auxiliar Administrativos Contratos
Auxiliar Administrativo
Auxiliar de Almoxarifado
Auxiliar de Compras
Auxiliar de Contabilidade
Auxiliar de Controladoria
Auxiliar de Controle
Auxiliar de Controle de Qualidade
Auxiliar de Escritório
Auxiliar de Manutenção
Auxiliar de Marinharia
Auxiliar de Materiais
Auxiliar de Meio Ambiente
Auxiliar de Preservação
Auxiliar de Recursos Humanos
Auxiliar de Segurança do Trabalho
Auxiliar de Segurança Patrimonial
Auxiliar de SGI
Auxiliar de CDA
Auxiliar de Topografia
Auxiliar Financeiro
Auxiliar Fiscal
Auxiliar Técnico
Auxiliar Técnico de Documentação
Auxiliar Técnico de Engenharia
Auxiliar Técnico de Planejamento
Auxiliar Técnico de Suprimentos
Comprador
Contador
Coordenador de Estrutura Metálica / Mecânica
Coordenador de Instrumentação
Coordenador de Elétrica

Coordenador de Tubulação
Coordenador de Mecânica
Coordenador de Comissionamento
Coordenador de Preservação
Coordenador de Instrumentação
Coordenador de Conformidade Legal
Coordenador Administrativo
Coordenador de Pintura
Coordenador de Qualidade
Coordenador Administração de Contratos
Coordenador de Documentação
Coordenador de Logística
Coordenador de Planejamento
Coordenador de Service Desk
Coordenador de SGI
Coordenador de SMS
Coordenador de Suprimentos
Coordenador de RH
Coordenador Fiscal
Desenhista
Desenhista Projetista
Engenheiro de Comissionamento
Engenheiro de Controle da Qualidade
Engenheiro de Planejamento
Engenheiro de Produção
Engenheiro de Segurança do Trabalho
Engenheiro de Meio Ambiente
Engenheiro de Suprimento
Engenheiro Mecânico
Engenheiro Junior
Engenheiro Pleno
Engenheiro Sênior
Gerente Administrativo
Gerente Administrativo Financeiro

Gerente de Controle da Qualidade
Gerente de Custo
Gerente de Construção e Montagem
Gerente de Documentação
Gerente de Gestão Integrada
Gerente de Obras
Gerente de Planejamento e Controle
Gerente de Produção
Gerente de Qualidade
Gerente de SMS
Gerente de Suprimento
Gerente de Tecnologia da Informação
Gerente Tributário
Inspetor - LP/PM/Visual
Inspetor - Ultrassom
Inspetor de Elétrica
Inspetor de Equipamentos
Inspetor de Estrutura Metálica
Inspetor de Instrumentação
Inspetor de Tubulação
Inspetor de Instrumentação
Inspetor de Isolamento Térmico
Inspetor de Pintura N1
Inspetor de Solda N1
Inspetor de Solda N2
Inspetor de Teste por Ponto
Inspetor Dimensional
Inspetor Dimensional N1
Inspetor Dimensional N2
Inspetor de Recebimento
Inspetor NR 13
Médico do Trabalho
Projetista
Supervisor de Montagem

Supervisor de Pintura
Supervisor de Rigger
Supervisor de Segurança do Trabalho
Supervisor de Meio Ambiente
Supervisor de Serviços Gerais
Supervisor de Solda
Supervisor de Tubulação
Supervisor Financeiro
Supervisor Geral de Almoxarifado
Supervisor Técnico de Operações
Supervisor Técnico de Rigger
Supervisor de Andaime
Supervisor de Planejamento
Supervisor de Documentação
Supervisor Administrativo
Supervisor de CDA
Supervisor de Comissionamento
Supervisor de Controle da Qualidade
Supervisor de Elétrica
Supervisor de Equipamentos
Supervisor de Estrutura
Supervisor de Instrumentação
Supervisor de Recebimento
Supervisor de Automação
Supervisor de Mecânica
Técnico de Andaime
Técnico de CDA
Técnico de Comissionamento
Técnico de Custo
Técnico de Documentação
Técnico de Elétrica
Técnico de Telecom
Técnico de ETI
Técnico de Arquitetura

Técnico de Estrutura
Técnico de Instrumentação
Técnico de Logística
Técnico de Materiais
Técnico de Mecânica
Técnico de Montagem
Técnico de Pintura
Técnico de Enfermagem
Técnico de Enfermagem do Trabalho
Técnico de Segurança do Trabalho
Técnico de Planejamento
Técnico de Rigger
Técnico de Solda
Técnico de Suprimento
Técnico de Tubulação



APÊNDICES



APÊNDICE 1

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Nome da Pesquisa: “Demandas de Formação Profissional para atuação no Polo Naval e Offshore de Rio Grande: desafios e perspectivas”.

Pesquisadores responsáveis: Simone da Cruz Vara, aluna do curso de Mestrado Profissional em Educação e Tecnologia, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense – IFSul e Prof^a. Dr^a. Cristhianny Bento Barreiro (Orientadora).

Informações sobre a pesquisa:

Estamos realizando um estudo sobre as novas demandas de formação profissional para atuação no Polo Naval e Offshore de Rio Grande e, para isso, solicitamos a sua colaboração respondendo a algumas questões sobre este assunto. O objetivo desta pesquisa é identificar quais são as novas demandas profissionais que estão sendo geradas na Região Sul com a consolidação do Polo Naval e Offshore de Rio Grande e como os espaços educacionais com tradição na qualificação profissional, como o IFSul, estão reagindo a este acontecimento.

Pesquisador responsável

Instituição: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense

Eu, _____, portador de RG: _____, abaixo assinado, tendo recebido as informações acima, e ciente dos meus direitos abaixo relacionados, concordo em participar da pesquisa.

a- A garantia de receber todos os esclarecimentos sobre as perguntas do questionário antes e durante o transcurso da pesquisa, podendo afastar-me em qualquer momento se assim o desejar, bem como está assegurado o absoluto sigilo das informações obtidas.

b- A segurança plena de que não serei identificada mantendo o caráter oficial da informação, assim como, está assegurada que a pesquisa não acarretará nenhum prejuízo individual ou coletivo.

c- A segurança de que não terei nenhum tipo de despesa material ou financeira durante o desenvolvimento da pesquisa, bem como, esta pesquisa não causará nenhum tipo de risco, dano físico ou mesmo constrangimento moral e ético ao entrevistado.

d- A garantia de que toda e qualquer responsabilidade nas diferentes fases da pesquisa é dos pesquisadores, bem como, fica assegurado poderá haver divulgação dos resultados finais em órgãos de divulgação científica em que a mesma seja aceita.

e- A garantia de que todo o material resultante será utilizado exclusivamente para a construção da pesquisa e ficará sob a guarda dos pesquisadores, podendo ser requisitado pelo entrevistado em qualquer momento.

Tenho ciência do exposto acima e desejo participar da pesquisa.

Pelotas, _____ de _____ de _____

Assinatura do entrevistado

APÊNDICE 2

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA REALIZADA COM O POLO NAVAL E *OFFSHORE* DE RIO GRANDE

- Quais são os tipos de profissionais demandados?
- Existe na região mão de obra qualificada para atender a demanda do Polo?
- De onde tem vindo estes profissionais?
- Se existisse mão de obra qualificada na região, estes profissionais seriam contratados pelo Polo Naval ou faz parte da política da empresa a contratação de profissionais de outros lugares? Por quê?
- Como estão sendo qualificados os trabalhadores da nossa região para atuarem no Polo Naval?
- O que o Polo Naval espera do IFSul como espaço de profissionalização?

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA REALIZADA COM O GRUPO DE GESTORES DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE *CAMPUS* PELOTAS

- Como avalia a relação IFSul *campus* Pelotas e o Polo Naval e Offshore de Rio Grande?
- Como o IFSul *campus* Pelotas tem tomado conhecimento sobre as demandas do Polo Naval e Offshore de Rio Grande?
- O que já foi observado até o momento com a instalação do Polo Naval e Offshore na região?
- A partir dessas observações, que mudanças poderão ocorrer no Projeto Político Institucional? Já houve alguma mudança no PPI devido a implantação do Polo Naval e Offshore na região?
- Existe algum planejamento para a criação de novos cursos e/ou aperfeiçoamento dos cursos já existentes para atender a demanda do deste setor?
- O que tem sido feito em relação as novas demandas de profissionalização do Polo Naval e Offshore de Rio Grande?

- Quais perspectivas em relação ao Polo Naval e Offshore de Rio Grande? O que é discutido dentro da Instituição a respeito do Polo Naval e Offshore de Rio Grande?
- Qual direcionamento do Projeto Político Pedagógico do IFSul: Formação educacional ou profissional? Ou os dois?
- Comente sobre a relação IFSul e mundo de trabalho.

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA REALIZADA COM OS RESPONSÁVEIS PELOS PROGRAMAS PRONATEC e PROMINP.

- O que é o PRONATEC? O que é o PROMINP? O que são e como funcionam estes programas?
- Como é realizado o trabalho do PRONATEC dentro do IFSul?
- Como é realizado o trabalho do PROMINP dentro do IFSul?
- Como os programas têm tomado conhecimento sobre as demandas do Polo Naval?
- O PRONATEC/ PROMINP está atento as demandas do Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande?
- Os Programas têm qualificado mão de obra para o Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande?
- O que tem sido feito em relação as novas demandas de profissionalização do Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande?
- Como é organizada a seleção de cursos para atender a indústria naval, mais especificamente o Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande?
- Quais os cursos oferecidos?
- Quais cursos atendem a demanda do Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande?
- O que já foi observado até o momento com a instalação do Polo Naval e *Offshore* na região?
- Como avalia a relação PRONATEC/ PROMINP e o Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande?
- Quais perspectivas em relação ao Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande? O que é discutido dentro dos Programas a respeito do Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande?